

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

20(1) jan./jul., 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E
LINGUÍSTICA
PORTUGUESA

20(1), jan./jul. 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Esperança Carneira, *Universidade de Lisboa*, Portugal

Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil

Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil

João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil

Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil

Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal

Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista*, Brasil

Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2018 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,
volume 20, número 1

Sumário

Apresentação

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa
7-8

A Noção de Conectivo nas Gramáticas Brasileiras do Século XIX

Ricardo Cavaliere
9-30

Nomes deverbais não sufixados e os equívocos da falsa “derivação regressiva” no português brasileiro e europeu

Graça Rio-Torto
31-46

Os participios rizotônicos emergentes no português brasileiro e sua gênese histórica

Luiz Henrique Milani Queriquelli
47-59

Competência morfológica e gênese histórica

Maurício Sartori Resende
61-76

As Relações de poder em uma abordagem modular da organização do discurso

Gustavo Ximenes Cunha, Rafael Picinin
77-96

*Aspectos paleográficos de um processo crime de roubo e estupro do início do século XX:
análise das abreviaturas*

Damara Oliveira de Souza, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
97-114

Impressos da instrução pública no Império Brasileiro sob a lente da filologia

Suzana Lopes de Albuquerque, Carlota Boto
115-125

Apresentação

O volume 20(1) da *Filologia e Linguística Portuguesa* publica sete artigos de grande interesse para pesquisadores de Filologia e Linguística do português. Apresentam-se pesquisas sobre temas relacionados com a Gramaticografia, a Gramática, o Discurso e a Filologia.

Ricardo Cavaliere abre o volume com o trabalho intitulado *A Noção de conectivo nas gramáticas brasileiras do século XIX*. O artigo faz um amplo comentário sobre o conceito de conectivo e a sua descrição nas gramáticas brasileiras do século XIX. Com base em dez gramáticas pertencentes ao Período Racionalista e ao Período Científico, oferece-se aos pesquisadores contemporâneos uma visão abrangente e segura sobre o papel que os gramáticos brasileiros conferiam ao conectivo, seja como classe gramatical, seja como termo sintático integrante da construção do enunciado frasal.

Graça Rio-Torto apresenta o trabalho intitulado *Nomes deverbais não sufixados e os equívocos da falsa “derivação regressiva” no português brasileiro e europeu*. O estudo descreve questões fundamentais sobre a formação de nomes deverbais não-sufixados, como *afronta*, *ajuste*, *despiste*, *desvio*, *embarque*, *engorda*, *esforço*, *gargarejo*, *murmurejo*, *passaio*, *voo*. Examinam-se os equívocos que ainda subsistem na abordagem do tema e propõem-se soluções metodológicas e teóricas que permitam um tratamento dos nomes deverbais não-sufixados, adequado ao conhecimento mais atualizado sobre o tema.

Luiz Henrique Milani Queriquelli estuda *Os participípios rizotônicos emergentes no Português Brasileiro e sua gênese histórica*. Investiga-se a formação histórica de participípios rizotônicos emergentes no português brasileiro, como *tinha falado*, *tinha comprado*, *tinha chegado*, entre outros. Pergunta-se no artigo de onde vem a avaliação social e/ou estilística positiva para formas rizotônicas e como surge essa variante emergente. Sugere-se a correlação do fenômeno com processos de derivação erudita, intensificados durante o português clássico e identifica-se o surgimento da variante ainda no romance.

Maurício Resende, no artigo intitulado *Competência morfológica e gênese histórica: limites entre diacronia e sincronia*, faz a releitura de operações morfológicas do português a partir de uma abordagem sincrônica, que também leva em conta aspectos diacrônicos, sob a forma de um traço de categoria [\pm erudito]. Discutem-se características epistemológicas e metodológicas das linguísticas sincrônica e diacrônica e tecem-se considerações quanto ao papel do latim na composição do léxico português. Estuda-se o comportamento morfológico dos sufixos *-al*, *-ar* e *-(i)dade*, a fim de demonstrar a aplicabilidade da análise defendida.

Com o trabalho intitulado *As relações de poder em uma abordagem modular da organização do discurso: um estudo contrastivo de cartilhas de agências reguladoras do Estado*, Gustavo Ximenes Cunha e Rafael Vinicius de Carvalho Picinin procuram demonstrar, com base no Modelo de Análise Modular do Discurso, que duas cartilhas de agências reguladoras do Estado, a ANAC e a ANATEL, evidenciam e reforçam as relações de poder entre instâncias governamentais e diferentes segmentos da população. Os autores fazem um estudo contrastivo para verificar como a instância de produção articula os constituintes do texto, estabelecendo relações de discurso.

FLP 20(1)

No artigo intitulado *Aspectos paleográficos de um processo crime de roubo e estupro no início do século XX: análise das abreviaturas*, Damares Oliveira de Souza e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresentam um estudo sobre aspectos paleográficos e codicológicos selecionados a partir de um processo de roubo e estupro. Concentram-se, mais especificamente, na identificação e classificação de abreviaturas utilizadas na escrita manuscrita dos diversos punhos que participam na redação do documento.

Como fecho do volume, Suzana Lopes de Albuquerque e Carlota Boto apresentam o estudo intitulado *Impressos da instrução pública no império brasileiro sob as lentes da Filologia*. As autoras examinam os embates sobre a atuação de Antônio Feliciano de Castilho e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha referentes aos impressos destinados à instrução pública primária e secundária no Império brasileiro. Dá-se ênfase à atuação de José de Castilho e às disputas sobre a adoção de seu livro *Iris Classico* (1859) em diferentes províncias brasileiras.

Os editores

Maria Clara Paixão de Sousa
Sívio de Almeida Toledo Neto

FLP 20(1)

A Noção de conectivo nas gramáticas brasileiras do século XIX

The Notion of connective in the 19th century Brazilian grammars

Ricardo Cavaliere *

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo: Este trabalho visa a traçar um comentário genérico sobre o conceito de conectivo e sua descrição nas gramáticas brasileiras do século XIX. Nesse intuito, selecionaram-se dez gramáticas pertencentes aos dois períodos históricos que figuram no Brasil ao longo dos Oitocentos: o Período Racionalista, pautado nas teses da gramática filosófica, e o Período Científico, em sua fase inicial, pautado nas ideias linguístico-evolucionistas. O propósito deste estudo resume-se a conferir aos pesquisadores contemporâneos uma visão abrangente e segura sobre o papel que os gramáticos brasileiros conferiam ao conectivo, seja como classe gramatical, seja como termo sintático integrante da construção do enunciado frasal.

Palavras-chave: Conectivos. Gramática brasileira. Século XIX.

Abstract: This paper aims to draw a generic comment about the concept of connective and its description in the 19th century Brazilian grammars of Portuguese language. In this purpose, ten grammars belonging to the two historical periods that appeared in Brazil throughout the 19th century were selected: the Rationalist Period, based on the theses of the philosophical grammar, and the Scientific Period, in its initial phase, based on linguistic-evolutionist ideas. The purpose of this study is to give contemporary researchers a comprehensive and secure view on the role that Brazilian grammarians confer to the connective, either as a part of the discourse or as a syntactic term that belongs to the construction of the sentence.

Keywords: Connectives. Brazilian grammar. 19th century.

FLP 20(1)

1 INTRODUÇÃO

O século XIX testemunhou, no Brasil, o surgimento de duas vertentes de descrição gramatical do português fundadas em modelos teóricos distintos. De início, com o alvorecer do século, vem a lume o *Epítome da gramática portuguesa* (1806), obra com que Antônio de Morais Silva (1755-1824) inaugura o denominado *período racionalista*¹ dos estudos linguísticos brasileiros. O fato de Morais Silva haver publicado o *Epítome* em Portugal tem motivado alguns historiógrafos da linguística a

* Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil; ricardocavaliere@id.uff.br

¹ Sobre a periodização dos estudos linguísticos no Brasil, leia Nascentes (1939), Câmara Jr. (1972), Elia (1975), Cavaliere (2002).

desconsiderá-lo como texto precursor da gramaticografia do português no Brasil, a que se alia a evidência de que, embora nascido no Rio de Janeiro, Morais Silva tenha sido súdito da Coroa portuguesa². A melhor postura historiográfica é a de agasalhar o *Epítome* como obra gramatical brasileira, já que fruto de um gramático brasileiro, não obstante nascido em solo colonizado por Portugal³.

O *Epítome* pauta-se na descrição da língua à luz dos conceitos racionalistas de Port-Royal, mediante inspiração sensível em nomes como Étienne de Condillac (1715-1780), César Chesneau Dumarsais (1676-1756), Charles Pinot Duclos (1704-1772) e, mais diretamente, Antônio Soares Barbosa (1734-1801). Não nos cabe aqui determo-nos em análise aprofundada dessa obra tão significativa da história da linguística brasileira⁴. Cumpre-nos, tão somente, salientar que, na esteira do *Epítome*, vários foram os textos gramaticais publicados no Brasil a partir da criação da Impressão Régia em 1808⁵, em que as bases teóricas são fundamentalmente as mesmas, de cunho filosófico, motivo pelo qual ao longo de aproximadamente meio século se multiplicam os textos gramaticais que visam ao ensino da língua vernácula em sala de aula.

Citem-se, entre os gramáticos brasileiros mais proeminentes deste período, Inácio Felizardo Fortes (?-1856), Antônio da Costa Duarte (?-?), Filipe Benício Conduro (1818-1878) José Alexandre Passos (1808-1898), Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), Charles Grivet (1816-1876), Antônio Alvares Pereira Coruja (1806-1889) e Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), entre outros. O legado mais visível que nos deixou a gramática racionalista brasileira foi a de um prescritivismo acentuado, sem fundamentação em corpus definido, característica que, efetivamente, sobrepõe-se à análise detida do fato linguístico à luz dos cânones doutrinários. Tal fato deixa transparecer, em leitura superficial, apenas a face meramente normativa dessas gramáticas, o que, a nosso juízo, não corresponde ao verdadeiro perfil dos textos produzidos no período em tela⁶.

A partir do último quartel do século XIX, surge no Brasil uma gramática do português erigida sobre os pilares do evolucionismo linguístico. Agora, em clara mudança de rumos paradigmáticos, a tarefa do gramático prescritivista, cujos cânones fundamentam-se em corpus de língua literária, irmana-se à do linguista interessado na descrição e análise dos fatos da língua à luz dos novéis conceitos trazidos pela escola de August Schleicher (1821-1868) e Wilhelm Scherer (1841-1886). Sai o normativismo de índole purista, entra a análise do fato linguístico mediante percurso de todas as áreas de descrição do português: fonética, morfologia (taxionomia, ptoseonomia), sintaxe, semântica, estilística. Na historiografia gramatical

² Essa é uma questão que também atinge, por exemplo, os poetas árcades nascidos do século XVIII, embora já não se discuta se eram ou não brasileiros. Sobre o tema, leia Dal Ri Jr. (2002) e Dal Ri (2010).

³ Considere-se, a respeito, a expressiva nota “natural do Rio de Janeiro”, que Morais Silva faz estampar na folha de rosto de seu *Dicionário* (1831[1789]).

⁴ Sobre o *Epítome*, leia necessariamente Assunção (2001), Murakawa (2006) e Cavaliere (2006).

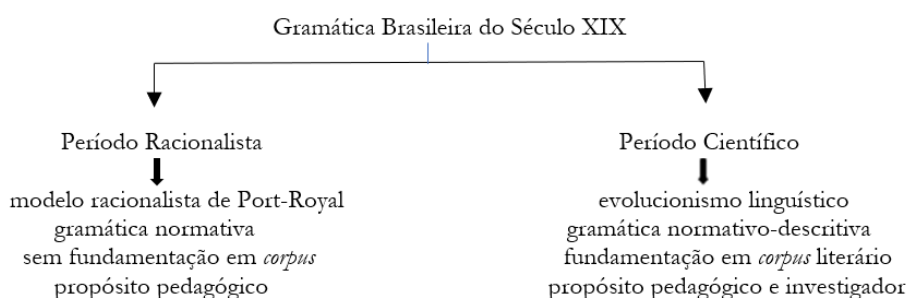
⁵ A primeira gramática brasileira publicada pela Impressão Régia é a *Arte de gramática portuguesa* (1816), do Padre Inácio Felizardo Fortes (?-1856).

⁶ Sobre o período racionalista, leia Cavaliere (2014[a]).

brasileira, identifica-se este momento de nossa produção linguística como *período científico*. Nomes como Júlio Ribeiro (1845-1890), João Ribeiro (1860-1934), Fausto Barreto (1852-1908), Alfredo Gomes (1859-1924), Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899), José Ventura Bôscoli (1855-1919), Maximino de Araújo Maciel (1866-1923), entre outros, integram esse movimento tão profícuo de nossa produção gramatical, cujo legado inclui, além de gramáticas propriamente ditas, várias teses sobre linguística diacrônica, mormente no campo da morfologia. Também é desse período o primeiro texto sobre linguística geral publicado no Brasil: referimo-nos aqui ao opúsculo *Traços gerais de linguística* (Ribeiro, 1880), cujo teor perpassa temas nodais do evolucionismo linguístico, tais como o processamento da língua no cérebro, a produção dos sons pelo aparelho fonador e a linhagem hereditária das famílias linguísticas.

Em síntese, o panorama gramatical brasileiro no século XIX apresenta, a partir dos anos 1880, uma descontinuidade paradigmática claramente identificada pela introdução do modelo evolucionista, aliado às bases da gramática histórico-comparativa, em um cenário antes dominado pelo modelo racionalista, cujos efeitos, no âmbito da difusão do saber linguístico, foram o de intensificar a produção de textos que serviam tanto ao escopo pedagógico quanto ao propósito investigador, fato que, decerto, desconstruiu a antiga ordem pedagógica e traçou novos rumos ao ensino do português como língua vernácula.

Quadro 1 - Perfil sintético da gramática brasileira do século XIX



FLP 20(1)

2 FUNDAMENTOS DA GRAMÁTICA RACIONALISTA

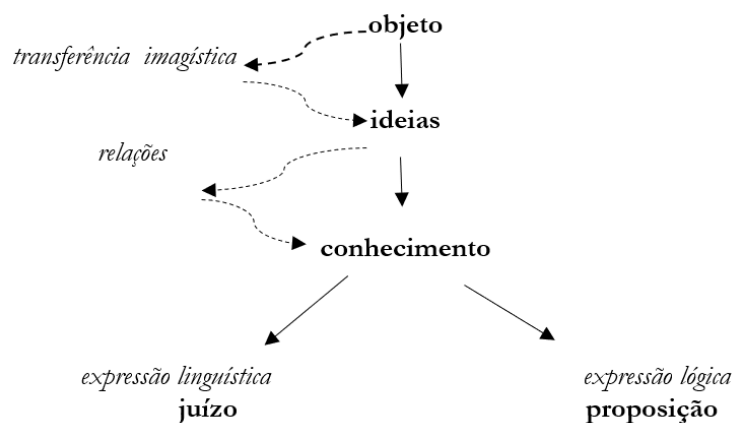
Antes de ingressarmos detidamente na conceituação dos conectivos, convém traçar juízo, ainda que em rápidas palavras, acerca da concepção de língua e de sua descrição nos modelos teóricos referidos. Iniciemos pelo modelo racionalista.

Pautada no princípio de que a língua é uma faculdade da razão humana, a gramática racionalista, também denominada *gramática filosófica* ou *gramática razoada*, trata o fenômeno linguístico mediante aparato teórico que originalmente se aplicava para o entendimento do raciocínio e das relações lógicas estabelecidas na construção do pensamento. Um deles, fundamental, é o conceito de *ideia*, assim entendido como uma imagem que se fixa no organismo humano através dos sentidos. Segundo os gramáticos racionalistas, os objetos que circundam o homem no cotidiano de sua existência firmam uma imagem representativa de todos os atributos que os caracterizam, de que decorre construir-se, na mente humana, conceitos ou concepções imagísticas desses objetos, isto é, *ideias conceituais* (cf. Burgraff, 1863, p. 1).

Esta noção de *ideia* remete necessariamente à de abstração, no sentido de que a imagem que se constrói na mente humana não se confunde com a coisa imaginada ou conceitualmente elaborada, já que se está aqui no plano imanente do raciocínio⁷. Em outros termos, na proposta racionalista, o mundo que conhecemos não é o mundo das coisas no plano fático, mas o mundo das construções imagísticas que fazemos dessas coisas, razão por que, ao estabelecermos relação entre os objetos, na realidade estamos relacionando entre si essas imagens conceituais, que são, por assim dizer, estratégias do raciocínio e da concepção lógica do mundo de que são dotados todos os homens. Para valer-se dessa faculdade, recorre o homem a atributos que lhe são característicos, tais como a percepção, a memória, a atenção e a imaginação (Burggraff, 1863, p. 1).

A presença dessas ideias na mente humana, ou no *espírito humano*, resulta em um mecanismo de relações⁸ que as vincula, normalmente uma comparação que lhes identifica semelhanças e dessemelhanças ou lhes atribuem relação de causa e efeito, relação de temporalidade entre tantas outras. Na concepção racionalista, as relações entre ideias conferem ao homem a faculdade do conhecimento das coisas, ou seja, cuida-se de um processo mental em que a realidade fática é transferida imagisticamente para o espírito, de que decorre a criação do conhecimento ou ciência do mundo. Alguns metatermos inerentes a esse processo cognitivo se encontram com expressiva frequência nas páginas das gramáticas racionalistas, entre eles a noção de *juízo* e *proposição*. O primeiro resume-se na denominação que a lógica confere ao conhecimento na mente humana, ao passo que o segundo é a expressão do juízo no plano linguístico⁹.

Quadro 2 - Conceito dos metatermos juízo e proposição na gramática racionalista.



⁷ Em certa medida, pode-se estabelecer uma analogia entre a relação *ideia-coisa imaginada*, no âmbito da gramática racionalista, com a relação *significante-objeto* na conceituação do signo saussuriano.

⁸ Burggraff adverte que, na gramática do francês, é comum usarem-se os termos *relation* e *rapport* indistintamente, embora considere ser mais conveniente reservar o termo *relation* para a comparação entre dois objetos do ponto de vista em que ela efetivamente se faz e *rapport* para o resultado da comparação. Exemplificando, Burggraff observa que na frase “être assis sur le bord d’une fontaine”, a preposição *sur* assinala uma *relation* de vínculo e um *rapport* de superioridade (1863, p. 3-4).

⁹ Lembremo-nos aqui da concepção de gramática em Destutt-Tracy: “La grammaire est, dit-on, la science des signes. J’en conviens. Mais j’aime mieux que l’on dit, et sur-tout que l’on eût dit, de tout tems, qu’elle est la continuation de la science des idées” (1803, p. 1).

Em outra dimensão, ao cuidarem da língua como atributo do homem, os gramáticos racionalistas se valem de um aparato teórico que serve originalmente ao estudo da razão humana, de que decorre, naturalmente, o uso de terminologia atinente à Filosofia, em especial no âmbito da Lógica. Aqui reside alguma dificuldade quanto ao tratamento da metalinguagem na leitura dos textos gramaticais antigos¹⁰, pois a dimensão conceitual que certos metatermos detêm nesses textos pode diferir significativamente da que hoje se lhes atribui. Vejamos o exemplo abaixo extraído de Reis (1871[1866], p. 33):

“O viajante, *que*, ou o *qual*, ou a *quem*, procuras, não existe nesta cidade, a *que*, ou á *qual*, ainda não chegou”

Neste exemplo, *que*, o *qual*, exprimem uma relação de pessoa; a *que*, á *qual*, de cousa; mas, a *quem*, uma relação só de pessoa.

Observe-se que, ao descrever a ligação sintática entre os termos que se vinculam pelos pronomes relativos *que* e *quem*, Reis salienta que o uso de um e outro pronome submete-se a uma *relação* que não se expressa propriamente no plano linguístico, senão no plano conceitual: “relação de pessoa” e “relação de coisa”. Em outras palavras, a justificação que o gramático encontra para o uso desse ou daquele pronome relativo não se constrói no plano estritamente linguístico, mas sim no plano ideativo. Comparemos com o que diz um gramático do século XX (Melo, 1970, p. 276), que cuida do tema em perspectiva estritamente linguística:

Que é relativo fundamental, que pode ser substituído por o *qual* (*a qual*, *os quais*, *as quais*), desde que o antecedente seja substantivo [...] *Quem*, na língua atual, só se emprega com referência a pessoa ou coisa personificada, e pode vir preposicionado, de acordo com a função que desempenha.

FLP 20(1)

Aqui, o emprego de *que* e *quem* depende do valor semântico do antecedente – substantivo que expressa coisa ou substantivo que expressa pessoa –, ou seja, trata-se de uma descrição que não ultrapassa o plano sintático-semântico da gramática, bem diferente da proposta racionalista, que remete o fato sintático ao plano abstrato das relações ideativas.

Não obstante admitam a existência de línguas particulares, que se caracterizam por ter regras de construção frasal próprias, representativas das diversas nações¹¹, a premissa do modelo racionalista é de que todas as línguas conhecidas são dotadas de universais linguísticos: a existência necessária de vogais e consoantes, tempos e modos verbais, relações sintáticas subjetivas e predicativas, classes gramaticais comuns, tais como o nome, o verbo, a preposição e o advérbio etc. Em decorrência, a par de uma gramática particular, há uma gramática geral, que cuida de leis gerais¹² que dizem respeito à natureza própria do homem, do fato de todos os

¹⁰ Sobre o adequado tratamento da metalinguagem no estudo historiográfico, leia-se (Koerner, 1995), (Bartlett, 1984).

¹¹ Leia-se: “L’ensemble des mots, avec toutes leurs formes, dont se sert une nation pour exprimer ses connaissances, est ce qui constitue sa *langue particulière*” (Burggraaf, 1863, p. 4).

¹² Sobre o conceito de leis na gramática racionalista, leia especialmente Ricken (s.d.). Convém advertir que o termo *lei*, aqui, não assume o sentido que viria a ter no âmbito da escola neogramática, de caráter evolucionista.

homens serem dotados dos órgãos produtores de sons e da mesma inteligência que estabelece relações entre ideias. Em outras palavras, se a arquitetura mental para produção do conhecimento e elaboração do juízo é o mesmo em todos os homens, então, naturalmente, a construção das proposições haverá de seguir os mesmos princípios em todas as línguas, conforme se lê na seguinte passagem do maranhense Antônio da Costa Duarte (1877[1829], p. 7):

Na formação de seus pensamentos é uniforme, unico, e imutavel o procedimento do espirito humano; pois que todo o homem, de qualquer Nação que seja, pensa porque tem idéas, e comparando-as aprende as relações que entre ellas há: mas como entre as operações de nosso espirito e a Linguagem articulada, por meio da qual se exprimem, ha uma íntima conexão e correspondencia; é forçoso que esta mesma imutabilidade se comunique ás linguas de todos os Povos.

Em consonância com o que aqui se disse, chegamos a alguns exemplos de definição de gramática em obras brasileiras do período racionalista, conforme exemplário seguinte:

- a) Grammatica e arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras (Silva, 1806, p. 9).
- b) A *Grammatica* divide-se em *Grammatica Geral* e *Grammatica Particular*. A *Grammatica Geral* é a sciencia dos princípios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as línguas. A *Grammatica particular* é a arte de aplicar aos princípios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua. Grammatica Portugueza, pois, é a arte de aplicar aos princípios immutaveis e geraes da palavra os usos e idiotismos da lingua portugueza. Grammatica portugueza tambem se pode definir a arte de falar e escrever correctamente a língua portugueza (Reis, 1871[1866], p. V-VII).
- c) Grammatica Portugueza é a Arte que ensina a falar, ler, e escrever sem erros a Língua Portugueza (Duarte, 1877 [1829], p. 9).
- d) Grammatica Portugueza é a arte que ensina a falar, escrever e ler com acerto a língua portugueza (Condurú, 1840, p. 5).

FLP 20(1)

3 FUNDAMENTOS DA GRAMÁTICA CIENTÍFICA

Conforme acima referido, a primeira edição, em 1881, da *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, inaugura uma nova fase na historiografia dos estudos gramaticais brasileiros, inspirada no evolucionismo linguístico e na doutrina histórico-comparativista. Essa vertente, a que denominamos gramática científica¹³ no panorama historiográfico brasileiro, ingressa na gramaticografia brasileira como natural efeito dos estudos histórico-comparativistas desenvolvidos no Velho Mundo. O traço de modernidade que distingue a nova ordem reside na descrição da língua com foco sobre o fato concreto, ou, como se costumava dizer, sobre a ‘matéria

¹³ Em Cavaliere (2000), denominamos *gramática científica* este período que se inicia com Júlio Ribeiro (1845-1890)—pautado na nova ‘ciência da linguagem’—e se encerra com a geração de gramáticos que surge na terceira década do século XX. Sílvio Elia (1975) opta pela denominação *período científico*, que, em sua concepção, se estende até meados do século XX. Sobre os parâmetros da gramática científica, leia também Fávero e Molina (2006), Santos (2010), Parreira (2011) e Gonçalves (2012).

linguística', em detrimento da especulação meramente conceitual. Em outros termos, rompia-se com o mentalismo severo da escola racionalista, para ingressar-se com entusiasmo no empirismo envolvente que as ciências naturais tanto fizeram disseminar já nas primeiras décadas do século XIX.

As teses mais presentes nessa fase da gramaticografia brasileira pautam-se, como já se afirmou, no evolucionismo linguístico, entendido como o paradigma que busca identificar a origem da língua e as leis que regem sua evolução como ser análogo aos seres vivos. Sob inspiração da Biologia e da História Natural, Schleicher introduz as teses da evolução dos seres vivos¹⁴ para edificar uma árvore genealógica das línguas indo-europeias¹⁵, cujos reflexos se podem verificar mais concretamente na maneira como os linguistas passaram a interpretar o próprio fenômeno da língua, que deixa de ser uma consequência da faculdade da razão humana, submetida às relações mentais, para ser dotada de regras próprias que disciplinam sua evolução e sua caracterização como atributo do homem.

Destarte, no plano da ciência linguística, é com grande entusiasmo que os compêndios gramaticais brasileiros se deixam atrair pelas novéis propostas, cujas fontes imediatas eram sobretudo as gramáticas inglesas, francesas e portuguesas. Citem-se, por exemplo, os volumes lusitanos *A lingua portugueza; phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (1868) e *A lingua portugueza; noções de glotologia geral e especial portugueza* (1881), de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), além da *Gramática portuguesa elementar; fundada sobre o método histórico-comparativo* (1876), de Teófilo Braga (1843-1924). Igualmente relevantes, sobretudo na teoria sintática, a *Grammaire comparée de la langue française* (1885 [1876]), obra de Nicolas-Louis Cyprien Ayer (1825-1884), que obteve intensa repercussão na pesquisa e ensino de língua vernácula no Brasil, e *A higher English grammar* (1875), de Alexander Bain (1818-1903).

O que se abstrai da avaliação criteriosa dos textos publicados no período da gramática científica brasileira é um conceito plural de gramática, que se define em função do objeto específico de determinada área de pesquisa: *gramática geral*, que trata das leis universais da língua; *gramática descritiva*, que cuida da exposição sistemática de uma dada língua particular; *gramática histórica*, que visava ao restabelecimento do percurso diacrônico da língua; *gramática prática*, de caráter ordinariamente prescritivo, que se voltava exclusivamente para o ensino de língua materna. Observe-se que, no plano metalinguístico, parece haver uma linha de continuidade que perpassa do período racionalista ao período científico, conforme se observa nos termos *gramática geral*, *leis*, *língua particular*, todos eles presentes nas duas escolas. A questão resolve-se, primeiro, pela constatação de que, no curso das ideias linguísticas, não há propriamente uma sequência de ruptura paradigmática, senão uma superposição de paradigmas que fluem em linhas de continuidade e descontinuidade, porém sempre presentes no ambiente acadêmico¹⁶. Por outro lado, evidencia-se que os metatermos

¹⁴ Sobre a controversa ligação entre Schleicher e Charles Darwin (1809-1882), leia Koerner (1995, p. 62).

¹⁵ O método desenvolvido por August Schleicher para a reconstituição histórica das línguas (*Stammbaumtheorie*) — de grande repercussão no Brasil — é inspirado nos princípios de classificação botânica, em gêneros e espécies.

¹⁶ Sobre continuidades e descontinuidades no desenvolvimento da Linguística, leia especialmente (Koerner, 1989).

sofrem ajustes de significação teórica, pois não permanecem, a toda evidência, petrificados nos conceitos que antes expressavam. Assim, por exemplo, *gramática geral* não cuida propriamente de universais na língua como resultantes da unicidade do raciocínio lógico no ser humano, mas de universais como identidades de caráter fonéticos, sintáticos, morfológicos, lexicais etc., que se revelam no plano eminentemente linguístico, sem qualquer fundamento filosófico. Igualmente, advirta-se para a presença do termo *leis* em ambos os movimentos teóricos, cujo sentido difere significativamente.

Em outra dimensão, as melhores gramáticas brasileiras do período científico, conforme já ressaltado, a despeito de terem efetivo caráter prescritivo, jamais se desviaram totalmente de um escopo descritivo, o que lhes dá feição híbrida, descritivo-prescritiva, bastante diferente da que caracteriza os antigos compêndios normativos que se limitavam a arrolar sinteticamente as regras do uso correto da língua. A feição genérica da gramática brasileira do período científico, portanto, espelha uma formulação em que coexistem os aspectos *universal*, *descritivo* e *prescritivo*. Nos melhores volumes, esta concepção tridimensional integra as preocupações do gramático, com natural ênfase em um dos aspectos, via de regra o descritivo.

A presença do aspecto universal, sem dúvida, resulta da própria perspectiva universalista da linguística do século XIX, com suas leis gerais sobre a concepção da língua. Em sua definição de gramática, Maximino Maciel (1866-1923) afirma que se trata da “systematização logica dos factos e normas de uma língua qualquer” (1922 [1894], p. 1). Os termos presentes nessa definição merecem atenta reflexão, pois atuam como ícones do pensamento linguístico da época. A busca de uma “systematização logica” inscreve-se no ideário positivista da ordenação dos fatos como premissa de análise, além de servir de investigação empírica eficaz. Nesse sentido, a sinopse das gramáticas trazidas a lume no período científico — em que, via de regra, se alinham três grandes setores: *fonologia*, *lexiologia* e *sintaxe* — é extremamente precisa na denominação e hierarquização da matéria desenvolvida. *Fatos* e *normas* são termos de referência na linguística do século XIX, que, na busca das leis gerais que regem a evolução da língua, mergulha na análise diacrônica das línguas vernáculas modernas, com retorno necessário às fontes clássicas, de tal sorte que se possam descrever e comparar seus elementos constituintes.

O cunho universalista da definição de Maciel, entretanto, reside na expressão “língua qualquer”. Seu uso implica uma visão do fato gramatical no nível mais abstrato que então se podia conceber: o das leis universais que configuram a própria gênese da linguagem humana. O próprio Maciel ratifica essa postura ao definir “gramática geral” ou “glossologia” como o tratado das “normas gerais e abstractas que se poderiam applicar á expressão do pensamento ou á linguagem” (1922 [1894], p. 2).

Esse conceito de gramática denota intenção de reposicionar o objeto da pesquisa gramatical, que sai do *locus* menor da língua vernácula para o *locus* mais amplo da “expressão do pensamento” ou da “linguagem”. Há uma preferência latente pelo termo *glossologia* na definição de Maciel, que bem revela a percepção do linguista de que o uso de *gramática* para conceituar área de investigação tão abstrata poderia implicar entendimento deturpado da exata dimensão deste estudo. Em outra

FLP 20(1)

definição de gramática, essa residente no opúsculo *Philologia portugueza*, Maciel ratifica a tese do estudo universalista (1889: p. 1):

Grammatica é o tractado dos factos e dos phenomenos da linguagem em todas as suas manifestações exteriores.

Em accepção mais ampla e considerada sob o domínio philologico, a *grammatica* pode definir-se — o estudo circunstanciado e methodico dos phenomenos e das leis da linguagem humana.

Na verdade, a gramática brasileira pautada na escola histórico-comparativa não tinha olhos para o estudo mentalista da linguagem humana. O campo de atuação circunscrevia-se ao estudo “material” da língua, com notável ênfase, *ipso facto*, na fonologia (que trata dos “elementos materiais”) e na morfologia (voltada para os elementos orgânicos). Nesse sentido, as bases epistemológicas que norteavam a História Natural, a Física e a Biologia passaram a ser empregadas analogamente na Linguística, que, assim, intitulava-se “ciência da linguagem”.

A título de maior exemplificação, leiam-se as definições de gramática do período em tela:

- a) Considerada de modo theorico, pode a *grammatica* definir-se a sciencia da linguagem: é seu objeto o estudo das leis ou normas segundo as quaes se exprime o pensamento pela linguagem, quer escripta, quer falada (Ribeiro, 1890, p. 3).
- b) *Grammatica* é o estudo das leis que regem o desenvolvimento da linguagem humana (Bôscoli, 1998[1993], p. 11).
- c) *Grammatica* é systematização logica dos factos e normas de uma língua qualquer (Maciel, 1922 [1894], p.1).
- d) Gramatica é a exposição methodica dos factos da linguagem (Ribeiro, 1910[1881], p. 1).
- e) GRAMMATICA GERAL é o estudo dos factos e das leis da linguagem em toda sua extensão [...]. O objeto da *grammatica* portugueza, é pois o estudo geral, descriptivo, histórico, comparativo e coordinativo, mas tão somente no dominio da língua portugueza, dos factos da linguagem e das leis que os regem (Silva Jr & Andrade, 1887, p. 6-7).

FLP 20(1)

4 A NOÇÃO DE CONECTIVO E SUA REPERCUSSÃO NA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS

Neste estudo, utilizamos um corpus constituído de dez gramáticas brasileiras oitocentistas, cinco filiadas ao período racionalista e cinco publicadas no período científico. São elas:

1. Silva, Antonio de Moraes. Epitome da *grammatica* da lingua portuguesa (1806).
2. Duarte, Antonio da Costa. Compendio da *grammatica philosophica* da língua portugueza (1877[1829]).
3. Conduru, Felipe Benício de Oliveira. Gramática elementar da língua portuguesa (1840).

4. Reis, Francisco Sotero. Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica (1871[1866?]).
5. Costa e Cunha, Antonio Estevam da. Grammatica elementar portugueza (1880).
6. Ribeiro, João. Grammatica portugueza, curso superior (1930[1889]).
7. Ribeiro, Julio. Grammatica portugueza (1911[1881]).
8. Silva Jr., Manuel Pacheco da & Andrade, Boaventura P. Lameira de. Noções de grammatica portuguesa (1887).
9. Bôscoli, José Ventura. Grammatica portuguesa (1898 [1893]).
10. Maciel, Maximino. Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernácula (1889).

Uma consulta superficial às dez gramáticas de que nos servimos revela uma descrição heterogênea das classes gramaticais. Observe-se que, embora haja certo equilíbrio quanto ao número de classes, algumas delas, como no caso do particípio e do artigo, pouca referência detêm como classe autônoma. O artigo não raramente é entendido como um tipo taxionômico que se inscreve na classe dos adjetivos ou dos pronomes. Dentre os pontos de convergência em todas as propostas, observa-se a unanimidade de referência ao verbo, à preposição e à conjunção como classes autônomas, bem como a ausência do numeral, uma invenção taxionômica que a gramática brasileira viria a consagrar com a edição da nomenclatura gramatical de 1959 (cf. Kury, 1961).

Quadro 3 - Classes de palavras em dez gramáticas brasileiras do século XIX

	Art	Nom.		Pro.	Ver.	Adv.	Par.	Pre.	Con.	Int.
		Sub.	Adj.							
Silva ¹⁷		•	•		•	•		•	•	•
Duarte ¹⁸		•	•		•			•	•	•
Conduru ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Reis ¹⁸		•	•		•	•		•	•	•
Costa e Cunha	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Júlio Ribeiro	•	•	•	•	•	•		•	•	
João Ribeiro		•	•	•	•	•		•	•	•
Pacheco & Lameira		•	•	•	•	•		•	•	•
Bôscoli		•	•	•	•	•		•	•	•
Maximino Maciel		•	•	•	•	•		•	•	

FLP 20(1)

Não há, como se percebe, qualquer referência ao conectivo como classe gramatical, ou parte do discurso, já que os modelos de que se servem nossos gramáticos são reformulações que as tradições racionalista e histórico-comparativa impuseram à proposta de classificação das palavras da gramática latina, em que não se cuida do termo *conectivo* como parte do discurso. Cabe, pois, investigar em que

¹⁷ Arrolam o artigo e os pronomes entre os adjetivos.

medida a noção de conectivo percorre os textos gramaticais brasileiros produzidos neste momento de nossa historiografia gramatical.

Para dar conta dessa tarefa, convém partir do conceito que se atribui a esse tipo lexical na tradição das gramáticas de base filológica do século XX, sobretudo as que pertencem ao período da chamada ‘geração NGB’¹⁸, visto que é efetivamente a partir dessa unificação metalinguística para o ensino básico que se chega a um razoável consenso a respeito das características basilares das classes de palavras. Podemos afirmar que, no corpo da doutrina norteadora dessas gramáticas, reúnem-se na noção de conectivo a preposição, a conjunção e o pronome relativo, tendo em vista o fato de expressarem ao menos um dos seguintes papéis gramaticais:

- a) o papel de liame vocabular ou oracional;
- b) o papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional;
- c) o papel de atribuidor de uma relação no plano sintático;
- d) o papel de termo anafórico dotado de uma função sintática.

Embora não se detenham na explicitação desses papéis, as gramáticas da geração NGB a elas se referem claramente nas propostas de análise sintática, razão por que as aulas de língua portuguesa no período em foco, herdeiras do espírito analista do período científico, também costumavam atribuir às classes gramaticais reunidas sob a rubrica de conectivos os referidos papéis. O papel de liame vocabular ou oracional, decerto, se aplica a todas as três classes nomeadas, não obstante se faça a ressalva de que o pronome relativo não é precipuamente um liame, senão uma palavra que cumpre a função de representar na oração subordinada a função sintática de um dos termos integrantes da oração principal. E é justamente por tal fato que a ele, pronome relativo, atribui-se singularmente o papel de termo anafórico¹⁹. Já o papel de atribuidor de uma relação, aplicando-se aqui a noção que se confere a esse termo na tradição racionalista como um processo de vinculação de ideias, é típico das preposições. Interessante notar que os gramáticos do período científico do século XIX atribuíam conceito mais amplo à *relação*, para nele expressarem a atribuição de valores semânticos como causa, tempo, posse, matéria, lugar, etc. Já o papel de indicar a fronteira oracional no período tem maior relevo no plano pedagógico, caso em que se inscreve, sobretudo, a classe das conjunções.

Não obstante fuja ao escopo deste estudo, cabe observar em rápidas linhas que as gramáticas brasileiras mais recentes ampliaram o emprego de hiperônimos metalinguísticos para referir-se às classes de palavras que exercem os papéis acima arrolados, tendo em vista sua filiação a um dado modelo teórico. Assim, ao lado do termo *conectivo*, leem-se com frequência os termos *conector* e *transpositor*, dada a renovada visão que se aplica aos papéis exercidos pelas classes das conjunções, das preposições, dos pronomes e do advérbio na estruturação da frase²⁰. Uma outra

¹⁸ Por ‘geração NGB’ entendemos o grupo de gramáticos brasileiros que publicaram textos gramaticais pautados na tradição filológica, com influência subsidiária do estruturalismo linguístico, tendo como referência as bases metalinguísticas propostas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959. Nesse sentido, pertencem à geração NGB não apenas os gramáticos que se filiaram às suas diretrizes, mas também os que o fizeram parcial ou restritivamente ou a elas se opuseram.

¹⁹ Saliente-se que o metatermo *anafórico* não habita as páginas da gramática da geração NGB.

²⁰ Exemplos do emprego destes hiperônimos encontram-se em Azeredo (2008) e Bechara (1999). Em Neves, encontra-se ainda o termo *junção*: “Algumas palavras da língua que pertencem à esfera

observação necessária reside no fato de que os estudos mais recentes, sobretudo os vinculados à teoria do texto e da enunciação, incluem os conectivos de maneira geral numa classe de operadores discursivos que cuidam do alinhamento do texto, numa missão de estabelecer vínculos de coesão interna e exofórica, fato que nos permitiria incluir entre os papéis dos conectivos acima referidos um item (*e*) *instrumento de coesão textual*. Como veremos adiante, esse papel não era estranho aos gramáticos brasileiros oitocentistas no tocante ao emprego da conjunção.

Voltando à presença do conectivo na base metalinguística da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de imediato emerge seu emprego para referir-se a palavras que exerçam papel de liame sintático, conforme atesta sua definição em Kury (1961, p. 81): “palavras que estabelecem uma ligação ou conexão entre palavras ou partes de uma frase”. Note-se, por sinal, que o texto oficial da NGB não inclui o metatermo *conectivo*, fato possivelmente resultante da ausência de consenso entre os gramáticos que a elaboraram no tocante a seus domínios. São conectivos as conjunções e as preposições, ou apenas as conjunções? Devemos incluir entre os conectivos o pronome relativo? Como se situam as denominadas “palavras denotativas” quanto ao papel de conexão? Essas são questões que os gramáticos da geração NGB foram solucionando segundo suas convicções pessoais, não obstante se tenha chegado a razoável consenso, conforme já se assinalou acima, de que são conectivos a preposição, a conjunção e o pronome relativo, com a ressalva de que a primeira se especifica no cumprimento dos papéis *a* e *c*, a segunda no cumprimento dos papéis *a* e *b* e o terceiro no cumprimento dos papéis *b* e *d*.

Nesse aspecto, revela-se uma clara linha de continuidade, que parte dos textos gramaticais oitocentistas – sobretudo se considerarmos as gramáticas do período científico – para desembocar nos textos da geração NGB. A pesquisa não nos esclareceu ainda em que obra específica se introduz o metatermo *conectivo* no âmbito da gramaticografia brasileira, mas evidencia-se sua circulação frequente entre os nomes mais representativos do século XIX. Em seu *Dicionário gramatical* (1906[1897], João Ribeiro (1860-1934) traça algumas referências ao conectivo como figura relevante na construção frasal, não obstante reconheça que, no contexto dos textos linguísticos então publicados, tratava-se de tipo lexical pouco referido: “Connectivo – termo pouco usual. Palavra de relação entre as proposições” (1906[1897], p. 70). Como se percebe, o fato de Ribeiro haver reservado um verbete exclusivo para o lema *conectivo* já o caracteriza efetivamente como um metatermo da gramaticografia brasileira dos Oitocentos, apesar de “pouco usual”.

Em outras referências, Ribeiro traça juízo mais esclarecedor sobre a natureza do conectivo, como se percebe na seguinte passagem: “As proposições coordenadas são syndéticas ou asyndéticas, e quanto à natureza dos seus conectivos, dividem-se em copulativas, adversativas, disjuntivas e conclusivas” (1906[1897], p. 82). Os dois fragmentos até aqui citados já nos auxiliam na tarefa de investigar a noção gramatical que se atribuía ao conectivo, em que o papel de liame sintático e instrumento relacional nem sempre se irmanam nas propostas de descrição taxionômica.

semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem (2000, p. 601).

Veja-se que, no primeiro fragmento citado, Ribeiro denomina os conectivos “palavras de relação”, sem qualquer referência ao papel de liame entre proposições; aqui não se pode afastar a hipótese de que Ribeiro incluisse na expressão “palavras de relação” a dupla interpretação dos conectivos como liames e instrumentos relacionais. Já no segundo fragmento, os conectivos surgem como palavras gramaticais responsáveis pela atribuição do valor semântico-relacional entre as proposições, visto que a classificação proposta para as proposições assindéticas edifica-se “quanto à natureza de seu conectivo”.

Observe-se, agora, o seguinte trecho da mesma obra de João Ribeiro, em que se traça um juízo mais aprofundado sobre o tema (1906[1897], p. 266):

Os CONNECTIVOS são os termos que ligam uma proposição a outra: *mas*, *e*, *ou*, etc.: Julio desapareceu *ou* morreu; estuda, *mas* não aprende; estuda *e* aprende. Esses exemplos representam *connectivos proposicionaes* ou *syntacticos*, por isso que ligam phrases. Os *connectivos* léxicos são os que ligam vocábulos: Pedro *com* Antonio; estar *em* Paris. Essas duas subdivisões nada têm que vêr com as categorias grammaticae, e por isso o *connectivo syntactico* pôde ser representado por advérbios e por adjectivos conjunctivos ou locuções equivalentes: Casa *em* que Socrates morreu; casa *onde* Sócrates nasceu; nasceu, sofreu, *depois* morreu; veio, *logo* foi empregado, *e* mercidamente. Da mesma sorte, o *connectivo vocabular*, que é em regra uma preposição²¹, pôde ser representado pela conjunção ou equivalente: Dous *e* oito são dez; cinco *mais* seis, onze.

Nítida, nesse trecho, a observação de que o termo *conectivo*, já no ambiente acadêmico dos Oitocentos, circulava como um hiperônimo metalinguístico para algumas classes gramaticais²², notadamente a conjunção, a preposição, o adjetivo conjuntivo (também pronome relativo) e o advérbio. A inclusão do advérbio, aqui, se deve não só ao caráter adverbial de pronomes relativos como *onde* e *aonde*, também denominados *pronomes adverbiais*, como também ao caráter copulativo que o advérbio *mais*, de mesmo étimo da conjunção *mas*, assume quando interposto entre núcleos do sintagma²³.

No âmbito das gramáticas, especificamente, o termo *conectivo* não goza de prestígio, possivelmente devido ao fato de não designar uma classe gramatical única, específica, fato que inibiria sua inclusão no conjunto das partes do discurso. A ausência, entretanto, é suprida aqui e ali em referências genéricas. Maximino Maciel, por exemplo, ao tratar dos pronomes relativos, adverte que tais pronomes também são denominados “conjuntivos, porque servem de connectivos às proposições, de sorte que o termo conjuntivo nos parece mais apropriado, mais característico” (1922[1894]: p. 127). Veja que, aqui, o emprego do termo não tem propriamente valor metalinguístico, já que visa a justificar a denominação de *conjuntivos* para os pronomes relativos em face de sua semelhança construcional com as conjunções.

²¹ No original “proposição”, por erro óbvio.

²² A hesitação de uso entre os termos *partes do discurso*, *classes gramaticais* e *categorias gramaticais* constitui tema que merece estudo especializado, razão por que não nos ocupamos de sua análise neste estudo.

²³ Ao fazer referência às línguas africanas no verbete *negro*, João Ribeiro assinala: “É de notar-se igualmente a reação que o portuguez exerceu a seu turno sobre a língua africana. Essa reação affecta a própria grammatica com a adopção de certos connectivos e preposições” (1906[1897], p. 221). Observe-se que conectivo e preposição aqui são referidos como entidades gramaticais distintas.

Em outras palavras, para Maciel o papel de conectivo é originalmente o que exercem as conjunções.

Encontra-se, por outro lado, em Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (?-?) uma referência às *palavras conectivas* ou *relativas*, em oposição às *palavras nominativas* ou *ideais*, fruto do viés positivista que lhes impunha maior pendor pelos temas taxionômicos (1887, p. 76):

Tocante ás suas funções naturaes, dividem-se as palavras em:

- a) Nominativas, ideaes (dependentes e independentes). São as que servem para distinguir os seres, as substancias reaes ou abstractas, as qualidades e acções, os diversos estados das pessoas e cousas, todas as manifestações da vida (*nome e verbo*).
- b) Connectivas ou relativas. São as que exprimem as numerosas relações de tempo, logar, numero, quantidade, causa, efeito, etc. (*preposição e conjunção*).

Mais afeitos ao viés diacrônico, fato que lhes conferia acentuado comprometimento com os modelos de descrição gramatical nas línguas clássicas, Silva Jr. e Andrade vão além do latim, para referirem-se a uma concepção unificada da preposição e da conjunção como “palavras conectivas” na tradição gramatical grega. E assim destacam: “Os grammaticos gregos classificam as preposições com as conjunções, sob o nome de connectivas (sundesmos)” (1887, p. 109). Cuida-se aqui de uma referência à classe mais genérica dos conectivos presente na Poética de Aristóteles, que s.m.j. não tem par na gramaticografia brasileira dos Oitocentos.

Em princípio, a referência de Pacheco e Lameira a esse fato da gramatização do grego soa como uma informação menos relevante, não obstante enriquecedora como viés descritivo da preposição e da conjunção, visto que sua posição é claramente favorável ao tratamento distinto das duas classes gramaticais em questão. Entre os primeiros intérpretes da Poética de Aristóteles – podemos citar Amônio Sacas (175-240), Anício Boécio (480-525) e James Harris (1709-1780), cujas referências se podem encontrar em Arens (1984) –, há reiterado entendimento do *súndesmos*, também *syndesmos*, como liame, ligadura que torna muitos em um. O termo é efetivamente usado por Aristóteles como uma das quatro categorias linguísticas: *ónoma*, *rhēma*, *árthron* e *syndesmos*²⁴, embora, conforme nos ensina Neves (1981, p. 65), a noção de *syndesmos* em Aristóteles nem sempre tenha significação gramatical, senão a de um recurso estilístico que faz de muitas coisas uma unidade²⁵. No que tange ao nosso interesse nessas linhas, a citação de Pacheco e Lameira ao termo aristotélico, que por sinal se faz sem o cuidado da referência bibliográfica, serve para atestar a postura mais ortodoxa desses gramáticos dentro do paradigma da escola histórico-comparativa.

Saliente-se, na esteira dessa referência às línguas clássicas, que na gramática latina a preposição e a conjunção são interpretadas sintaticamente de modo distinto. A preposição é ordinariamente entendida como a parte do discurso que se posiciona antes de uma outra, completando, alterando ou diminuindo sua significação²⁶. Já a

²⁴ Para aprofundamento do tema, leia Swiggers (1997) e Laspia (1997).

²⁵ Neves traça referência específica ao uso do termo no livro 3 da *Retórica*.

²⁶ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis, quae preposita aliis partibus orationis significationem

conjunção é a parte do discurso que estabelece um vínculo entre duas outras na organização da proposição (*sententia*)²⁷. Essa interpretação distintiva das duas classes gramaticais perdurou nas gramáticas de línguas vernáculas, de tal sorte que sua visão unificada como tipos de conectivos somente se fez notar a partir dos estudos realizados no século XIX.

Efetivamente, não se pode atribuir à preposição o caráter de um mero liame vocabular, visto que seu papel, no plano diacrônico das línguas românicas, inclui a atribuição de valor sintático aos termos da oração, papel que no paradigma das línguas sintéticas, como o latim erudito, era cumprido pela flexão desinencial de caso. Nesse diapasão, merece destaque a observação de Pacheco e Lameira de que a definição dos gramáticos latinos “era errônea, e não indicava a natureza interna da preposição”, pois que “em latim ella nem sempre precedia o nome ou verbo (Tenus colloca-se depois do ablativo ; cum, depois de me, te, se, nobis, vobis, qui)” (1887, p. 109). Salientam os autores que “no portuguez, porem, sempre a preposição é precedente” (1887, p. 109), fato que, afinal, legitimou a definição dos gramáticos latinos para além do próprio latim.

5 A NATUREZA CONECTIVA DO PRONOME RELATIVO, PREPOSIÇÃO E DA CONJUNÇÃO

No item 4 deste estudo, fizemos menção aos papéis atribuídos aos conectivos pela tradição gramatical de base filológica: a) papel de liame vocabular ou oracional; b) papel de indicação da fronteira vocabular ou oracional; c) papel de atribuidor de uma relação no plano sintático; d) papel de termo anafórico dotado de uma função sintática. Para termos ideia do entendimento com que os gramáticos brasileiros do século XIX descreviam o emprego dos conectivos, tomando por base essas premissas, leiamos um conjunto de definições para cada uma das classes gramaticais estudadas.

FLP 20(1)

5.1 Definições de pronome relativo²⁸

Oferecem-se, a seguir, oito definições, extraídas do corpus sob análise, identificadas segundo o papel específico dos conectivos referido no item 4. Destacamos algumas palavras-chave para melhor percepção dos valores gramaticais expressos pelo gramático.

- I. [Adjetivos] *Demonstrativos Coniunctivos* são os que mostram ou o sujeito, ou o atributo de uma oração antecedente e unem ao mesmo tempo as orações parciais com as de que são parte (Duarte, 1877[1829], p. VIII). (papéis a e d)

earum aut complet aut mutat aut minuit”. Uma recente tradução da Arte de Donato para o português encontra-se em Dezotti (2011). Em Prisciano (1855, p. 24): “Est igitur praepositio pars orationis indeclinabilis, quae praeponitur aliis partibus vel appositione vel coinpositione”.

²⁷ Em Donato (2007), lê-se: “Pars orationis adnectens ordinansque sententiam”. Em Prisciano (1855, p. 93) lemos: “Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis”.

²⁸ Também pronome conjuntivo, adjetivo relativo ou adjetivo conjuntivo.

- II. [Adjetivos] *Demonstrativos relativos* são os que se referem a pessoas, a cousas, ou a juízos enunciados em frase antecedente (Condurú, 1840, p.12). (papel d)
- III. Adjectivo conjuntivo, é, como sôa a palavra, o que tem a virtude de conjunctar proposições, fazendo as vezes de conjuncção: liga proposições incidentes a outras por ellas modificadas, isto por meio de dois termos de relação, um na proposição modificada, outro na modificante, dos quaes o primeiro se chama o seu antecedente, o segundo o seu consequente (Reis, 1871[1866], p. 30). (papéis a e c)
- IV. [Adjetivos] Conjunctivos são os que conjuctam cláusulas [...]. Os conjunctivos referem-se a alguma cousa já expressa em outra proposição, mas cuja determinação elles mais tornam precisa (Silva Jr. & Andrade, 1887, pp. 87-93). (papéis a e d)
- V. É conjunctivo ou relativo o adjectivo que estabelece relação entre duas clausulas (Bôscoli, 1898[1893], p. 80). (papel c)
- VI. Os adjectivos conjunctivos referem-se sempre a um nome de clausula principal: esse nome chama-se antecedente (Ribeiro, 1910[1881], p. 248). (papel d)
- VII.[Adjetivos] Relativos são os que se referem a nome ou pronome, que é determinado ou qualificado pela proposição [...]. Vê-se, pois, que o relativo substitue o nome e ao mesmo tempo faz as vezes de conjuncção, ligando o nome determinado com a proposição determinante que se segue. Por isso póde também ser denominado *nome conjunctivo*. (Ribeiro, 1930[1889], p. 82). (papéis a e d)
- VIII. Pronome relativo é aquelle que, conjuntando duas proposições, sempre se refere a um nome anteriormente expresso (Maciel, 1922[1894], p. 127). (papéis a e d)

A leitura dessas definições, em princípio, revela uma visão do pronome relativo significativamente uniformizada entre as gramáticas racionalistas e científicas. Há expressiva predominância do papel de liame, a que se segue o papel de instrumento anafórico. Por sinal, conforme se verá nas definições de preposição e conjunção, esse papel anafórico é o que mais distingue o pronome relativo no conjunto dos conectivos, razão por que, embora não seja o elemento de perfil mais presente nas definições estudadas, constitui-se, sem dúvida, no que detém caráter mais distintivo.

O fato de não se fazer referência ao pronome relativo como instrumento gramatical que determina a fronteira oracional bem expressa a noção de que aqui temos uma subclasse gramatical que trabalha mais na arquitetura sintática da frase do que no estabelecimento da topologia sintática, sobretudo levando-se em conta que o pronome relativo, de modo geral é caracterizado como termo sintático da oração subordinada. Em outras palavras, não lhe cumpre estabelecer as fronteiras oracionais exatamente em face de sua posição interna a uma das proposições sintaticamente vinculadas.

5.2 Definições de preposição

Passemos às definições da classe das preposições:

- I. *Preposição* é uma parte invariável da oração, que posta entre duas palavras, mostra que a segunda está completando a primeira, como: Vou *para* casa *de* João. A Preposição rege, isto é, demanda depois de si uma palavra, e mostra só a relação de complemento, isto é, que ella com a palavra seguinte está completando a significação de outra palavra antecedente (Duarte, 1877[1829], p. 94). (papéis b e c)
- II. Preposição é a parte da oração que, posta entre duas palavras, faz que a segunda restrinja, complete ou modifique a significação da primeira (Condurú, 1840, p. 66). (papéis b e c)
- III. Preposição é a parte invariável da oração que exprime uma relação entre duas palavras, ou entre um termo *antecedente* e outro *consequente*, ligando o segundo ao primeiro (Reis, 1871[1866], p. 139). (papel c)
- IV. *Preposição* é uma palavra que liga um substantivo ou um pronome a outro substantivo, a um adjetivo, a um verbo, mostrando a relação que há entre elles (Ribeiro, 1910[1881], p. 71). (papéis a e c)
- V. Preposição é uma palavra intervocabular que indica a relação syntactica entre dous termos (Maciel, 1992[1894], p. 141). (papéis b e c)
- VI. Preposição é uma partícula invariável que serve para ligar duas palavras (subst. ou pronome a substantivo, pronome, adjectivo ou verbo) com o fim de indicar-lhes a mutua relação (Silva Jr. & Andrade, 1887, p. 109). (papéis a e c)
- VII. Preposição é a parte que posta entre dous vocábulos determina a natureza da relação que existe entre elles (Ribeiro, (1930[1889], p. 102)²⁹. (papéis b e c)
- VIII. Preposição é a palavra que liga dous termos, mostrando de modo determinado a relação existente entre elles (Bôscoli, 1898[1893], p. 88). (papéis a e c).

Perceptível, nessas definições, a predominância do papel relacional, seja nas gramáticas racionalistas, seja nas científicas. O papel de liame vocabular revela-se secundário, ao passo que o papel anafórico evidentemente não se aplica às preposições. A análise das definições, ainda que superficial, revela que a noção de instrumento sintático atribuidor de uma dada função, fato mais flagrante na definição de Filipe Condurú, é o principal traço caracterizador da preposição.

²⁹ Em outra referência, Ribeiro atesta que a preposição “é uma palavra relativa, que com o seu complemento necessário fórma um adverbio ou locução adverbial: com ardor = ardentemente, etc.” (1930[1889], p. 105). Há, nessas observações, clara noção do papel da preposição como transpositor.

5.3 Definições de conjunção

Por derradeiro, leiamos as definições de conjunção:

- I. Conjunção é uma parte da oração, que ata e ordena entre si as orações, para fazerem um corpo de período, e um discurso continuado (Duarte, 1877[1829], p. 100). (papéis a e f)
- II. Conjunção é uma palavra invariável, que une as partes homogêneas da oração ou do discurso, indicando conveniência, oposição, dependencia ou condição entre ellas (Condurú, 1840, p. 68). (papéis a e c)
- III. *Conjunção*, é uma parte invariável da oração que liga uma palavra á outra, uma proposição á outra, um sentido a outro, ou um termo *antecedente* a outro consequente (Reis, 1871[1866], p. 153). (papel a)
- IV. Conjunção é uma palavra que liga sentenças entre si, e que prende também entre si palavras usadas do mesmo modo em uma sentença (Ribeiro, 1910[1881], p. 72). (papel a)
- V. Conjunção (lat. *conjunctionem*, de *cum jungere*) é a palavra invariável e relacional, que serve para ligar palavras e proposições (Silva Jr. & Andrade, 1887, p. 112). (papel a)
- VI. Conjunção é a palavra que serve para indicar as relações entre duas proposições (Ribeiro, 1930[1889], p. 103). (papel c)
- VII. Conjunção é a palavra que liga asserções entre si [...]. A conjunção é um poderoso elemento pãra (sic) relacionar asserções; sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido (Bôscoli, 1898[1893], p. 91). (papel a, c e f)
- VIII. Conjunção é uma palavra invariável que liga duas proposições e ás vezes duas palavras (Maciel, 1922 [1894], p. 145). (papel a)

No tocante às conjunções, evidencia-se a predominância de seu papel como liame vocabular ou oracional – o que, por sinal, só não se expressa em uma única definição -, fato que a distingue das demais palavras conectivas no tocante à ausência de papel relacional. O papel anafórico pode-se incluir, em parte, na constatação do papel de instrumento de coesão textual verificado em Bôscoli e Costa Duarte, não obstante haja nessas definições um conceito de vinculação entre elementos textuais bem mais amplo do que o da simples anáfora. A expressão “para fazerem um corpo no período e um discurso continuado” em Duarte é nitidamente caracterizadora de uma visão construcional da conjunção como classe indispensável para a arquitetura e organização semântico-sintática do texto, ainda que o metatermo texto, obviamente, não esteja presente entre as palavras do gramático maranhense.

Diga-se o mesmo da passagem “sem ella todo o discurso seria um esqueleto sem colorido” de que se serve Bôscoli, metaforicamente, para justamente corroborar a tese da indispensabilidade da conjunção como instrumento de coesão textual. A ideia do papel exercido pela conjunção como classe que “dá cor ao esqueleto” e, na melhor exegese, a de que um texto sem conjunções não atinge o desiderato necessário de transmitir seu conteúdo semântico com clareza, eficácia e estilo.

6 CONCLUSÃO

O percurso dos estudos gramaticais brasileiros no século XIX segue uma linha de continuidade, em que se reúnem sob a rubrica *conectivos* as classes do pronome relativo, da preposição, da conjunção e do advérbio, esse último quando em função análoga à do pronome relativo ou da conjunção intervocabular. Não obstante a distinção conceptual acerca da descrição linguística entre as gramáticas do Período Racionalista e do Período Científico, percebe-se certa linha de continuidade no tocante ao reconhecimento da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo) como partes do discurso, não obstante seu reconhecimento como termo conectivo seja expressivamente divergente.

Conclui-se, ademais, que embora o termo conectivo não seja propriamente um metatermo no âmbito das gramáticas, raramente referido em textos avulsos e nos dicionários gramaticais, verifica-se haver uma clara noção de seu emprego como hiperônimo da preposição, da conjunção e do pronome relativo (conjuntivo), bem como, numa certa medida, do advérbio, para designar um certo termo que cumpre uma das funções especificadas no item 4 deste estudo.

Por outro lado, os referidos papéis que essa geração de gramáticos atribui aos conectivos – liame vocabular e oracional, estabelecimento da fronteira vocabular e oracional, instrumento de uma relação e instrumento anafórico – são os mesmos que, em medidas distintas, se aplicam na conceituação dos conectivos no século XX, pelo menos até a época da Geração NGB, com a ressalva de que um quinto papel, o de *instrumento de coesão textual*, que entraria no panorama acadêmico brasileiro nas décadas derradeiras do século passado, com a chegada do estudo da enunciação e da teoria do texto, também se encontra pontualmente em pelo menos dois gramáticos oitocentistas, Antonio da Costa Duarte e José Ventura Bôscoli, curiosamente pertencentes a períodos historiográficos distintos da gramaticografia do português no Brasil.

FLP 20(1)

REFERÊNCIAS

Arens H. Aristotle's theory of language, texts form 500 to 1750. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 1984.

Assunção C da C. António de Morais Silva – um gramático inovador. Anais do Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Rio de Janeiro, 8-13 de agosto de 2001. [citado 4 abr. 2010]. Disponível em: http://www.oocities.org/ail_br/antoniomoraessilvaumgramatico.html.

Ayer N-LC. Grammaire comparée de la langue française. 4ª ed. Bale, Genève e Lyon: H. Georg, Libraire-Éditeur; 1885[1876].

Azeredo JC de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha; 2008.

Bain A. A higher English grammar. London: Longmans, Green, and Co; 1875.

Bartlett BE. Metalanguage as object-language. In: Auroux, S et al. Matériaux pour une histoire ds théories linguistiques. Lille: Université de Lille; 1984. p. 517-524.

Bôscoli JV. Grammatica portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: [editora desconhecida]; 1898[1893].

- Braga T. *Grammatica portugueza elementar – fundada sobre o methodo histórico-comparativo*. Porto/Rio de Janeiro: João E da Cruz Coutinho/AA Cruz Coutinho; 1876.
- Burggraff P. *Principes de grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments du langage*. Liège: Imprimerie de H. Dessain; 1863.
- Câmara Jr JM. *Os estudos de português no Brasil*. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1972.
- Cavaliere R. *A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX*. In: Cavaliere R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon Digital; 2014a. p. 44-58.
- _____. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon Digital; 2014b.
- _____. *Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII*. In: Thielemann W, organizador. *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main: TFM – Teo Ferrer de Mesquita; 2006. p. 537-540.
- _____. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Eduff; 2000.
- _____. *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*. *Confluência*. 2002;23:102-120.
- Coelho FA. *A lingua portugueza; noções de glotologia geral e especial portugueza*. Porto: Livraria Universal; 1881.
- _____. *A lingua portugueza; phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade; 1868.
- Conduru FB de O. *Gramática elementar da língua portuguesa*. Maranhão: Typ. do Paiz; 1840.
- Costa e Cunha AE da. *Grammatica elementar portugueza, adaptada ao ensino das escolas de instrucção primaria, quer dos menores, quer dos adultos, e bem assim dos Collegios, Liceos e Escolas Normaes e aulas preparatorias*. Rio de Janeiro: [editora desconhecida]; 1880.
- Dal Ri Jr. A. *Evolução histórica e fundamentos políticos jurídicos da cidadania*. In: Dal Ri Jr. A; Oliveira, OM de, organizadores. *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais – regionais – globais*. Ijuí: Ed. da Unijuí; 2002.
- Dal Ri L. *Espaço jurídico. A construção da cidadania no Brasil, entre Império e Primeira República*. *Espaço Jurídico*. 2010;11(1):7-36.
- Dezotti LC. *Arte menor e arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório [dissertação]*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo; 2011.
- Donatus A. *Ars minor: de partibus orationis*. I Intratext Edition CT.; 2007. [citado 5 out. 2016]. Disponível em: <http://www.intratext.com/X/LAT0192.htm> .
- Duarte A da C. *Compendio da grammatica philosophica da língua portugueza*. 6ª ed. Maranhão: Antonio Pereira Ramos d'Almeida editor; 1877[1829].
- Elia S. *Os estudos filológicos no Brasil*. In: Elia, S. *Ensaio de Filologia e Linguística*. São Paulo: Editora Grifo; 1975.
- Fávero LL, Molina MAG. *As concepções linguísticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna; 2006.

- Fortes IF. *Arte de grammatica portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia; 1816.
- Gonçalves MF. Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a “gramática científica”. *La lengua, lugar de encuentro: actas del XVI Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares; 2012. p. 2571-2579.
- Koerner EFK. “Metalanguage” in linguistic historiography. In: Koerner EFK. *Professing linguistic historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 1995. p. 27-46.
- _____. The natural science impact on theory formation in 19th and 20th century linguistics. In: Koerner EFK. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.; 1995. p. 47-76.
- _____. Continuities and discontinuities in the history of linguistics. In: Koerner EFK. *Practicing Linguistic Historiography; selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 1989. p. 69-78.
- Kury A da G. *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora; 1961.
- Laspia P. *L’articolazione linguistica; origini biologiche di una metáfora*. Roma: La Nuova Italia Scientifica; 1997.
- Maciel M de A. *Grammatica descriptiva*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; 1922[1894].
- Maciel M. *Philologia portugueza: ensaios descriptivos e historicos sobre a lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Typ. de José de Oliveira; 1889.
- Melo GC de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; 1970[1967].
- Murakawa C de AA. *Léxico e gramática no Dicionario da Lingua Portugueza (1813) de António de Morais Silva*. Alfa. 2006;50(2):55-67.
- Nascentes A. *A filologia portuguesa no Brasil*. In: Nascentes A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1939.
- Neves MH de M. *A teoria linguística em Aristóteles*. Alfa. 1981;25:57-67.
- _____. *Gramática de usos da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp; 2000.
- Parreira AD. *Contribución a la historia de la gramatica brasileña del siglo XIX*. [tese]. Salamanca: Universidad de Salamanca, Faculdade de Filologia; 2011.
- Prisciani. *Institutionum grammaticarum*. In: Keilii H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: In Aedibus B.G. Tevbnerei; 1855.
- Reis FS. *Grammatica portugueza, acomodada aos princípios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. 2^a ed. Maranhão: Typographia de R d’Almeida & C; 1871[1866?].
- Ribeiro EC. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos; 1890.
- Ribeiro João. *Diccionario gramatical*. 3^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves; 1906[1897].
- _____. *Grammatica portugueza, curso superior*. 21^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves; 1930[1889].

Ribeiro Julio. Grammatica portugueza. 10ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves; 1911[1881].

_____. Traços geraes de linguistica. São Paulo: Livraria Popular de Abilio A. S. Marques; 1880.

Ricken U. Grammaire et philosophie au siècle des lumières. Lille: Publications de l'Université de Lille III; [data desconhecida].

Santos MHP. As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2010. 2 vol.

Silva Jr MP da, Andrade BPL de. Noções de grammatica portugueza. Rio de Janeiro: J.G. de Azevedo Editor; 1887.

Silva A de M. Diccionario da língua portugueza. 4ª edição, enriquecida por Theotonio José de Oliveira Velho. Lisboa: Na Impressão Regia; 1831[1789].

_____. Epitome da grammatica da lingua portugueza. Lisboa: Off de Simao Thaddeo Ferreira; 1806.

Silva AF da. Grammatica portugueza. 9ª ed. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp; 1906[1875].

Swiggers P. The syndesmos in Ancient Greek grammar: grammatical status and subtypes. Proceedings of the 16th International Congress of Linguistics. [cd-rom]. Oxford: Pergamon; 1997.

Tracy AD. Éléments d'idéologie, second partie. Grammaire. Paris: Courcier Imprimeur-Librairie; 1803. [citado 5 jul. 2010]. Disponível em: <https://archive.org/details/projetdlmentsdi00comgoog>.

FLP 20(1)

Nomes deverbais não sufixados e os equívocos da falsa “derivação regressiva” no português brasileiro e europeu

Deverbal not suffixed nouns and the misconceptions of the false “backformation” in Brazilian and European Portuguese

Graça Rio-Torto*

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Resumo: A formação de nomes deverbais não sufixados, como *afronta*, *ajuste*, *despiste*, *desvio*, *embarque*, *engorda*, *esforço*, *gargarejo*, *murmurejo*, *passaio*, *voo*, tem sido objeto de análises de natureza díspar, no que tange ao seu embasamento teórico e metodológico, à sua história, ao seu modo de construção e/ou à sua morfologia. Neste estudo descrevem-se as questões fundamentais que a descrição destes suscita, os equívocos que ainda subsistem na sua abordagem, e propõem-se soluções metodológicas e teóricas que permitam um tratamento dos nomes deverbais não sufixados consentâneo com o conhecimento mais atualizado dos mesmos. Em 1. apresenta-se o objeto de estudo. Em 2. explora-se a relação cronológica dos nomes com os verbos de base. Em 3. problematiza-se a natureza morfológica da base verbal, bem como a morfologia dos nomes deverbais. Em 4. descrevem-se as áreas temáticas e o semantismo dos nomes deverbais não sufixados. Em 5. traça-se uma panorâmica do percurso deste processo derivacional não sufixal ao longo da história da língua, e avaliam-se as condições de subsistência deste mecanismo concorrencial com outros.

Palavras-chave: Formação de palavras. Morfologia. Derivação. Nomes deverbais. Derivados regressivos. Língua portuguesa.

Abstract: The formation of not suffixed deverbal nouns, such as *desvio* ‘deviation’, *embarque* ‘boarding’, *esforço* ‘effort’, *voo* ‘flight’, has received an heterogeneous amount of analyses, namely with regard to their theoretical and methodological ground, their patterns of construction and/or their morphology. This study describes the fundamental issues that the description of these nouns raises, the misconceptions that still exist in their description, and proposes an updated approach to the morphology and wordformation patterns of brazilian and european portuguese not suffixed deverbal nouns. Section 1. presents the aim of the study. Section 2. explores the chronological relationship of the not suffixed deverbal nouns with their verbal bases. Section 3. discusses the morphological nature of the verbal bases and the morphology of the deverbal nouns. Section 4. describes the thematic areas and the semantics of the not suffixed deverbal nouns. Section 5. presents an overview of the not suffixed derivational process throughout the history of the language, and evaluates the conditions of permanence of this mechanism in competition with others.

Keywords: Wordformation. Morphology. Derivation. Deverbal nouns. Backformation. Portuguese language.

* Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas e CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; gracart@gmail.com

1 NOMES DEVERBAIS NÃO SUFIXADOS: INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A formação de nomes deverbais não sufixados, como *afronta*, *ajuste*, *despiste*, *desvio*, *embarque*, *engorda*, *esforço*, *gargarejo*, *murmurejo*, *passaio*, *voo*, tem sido objeto de análises de natureza díspar, no que tange ao seu embasamento teórico e metodológico, à sua história, ao seu modo de construção e/ou à sua morfologia.

Dada a diversidade de estudos publicados no Brasil e em Portugal sobre esta temática, impõe-se uma síntese crítica dos mesmos, em vista a uma clarificação do “estado da arte” e das perspectivas de análise mais atualizadas e cientificamente mais fecundas. Neste estudo descrevem-se as questões fundamentais que a descrição destes nomes suscita, os equívocos que ainda subsistem na sua abordagem, e propõem-se soluções metodológicas e teóricas que permitam um tratamento dos nomes deverbais não sufixados consentâneo com o conhecimento mais atualizado dos mesmos.

Os nomes em análise têm sido encarados como formados por supressão de Vogal Temática e de Morfema de Infinitivo ($\text{apoia}\text{\ae} > [\text{apoi}]\text{N}$) — visão regressiva tradicional —, como formados por conversão (Rodrigues, 2001, 2009) e nominalização do radical verbal ($[\text{apoi}]\text{Radical verbal} > [\text{apoi}]\text{Radical nominal}$), com necessária adição de vogal temática ($[[[\text{debat}]\text{Radical eVT}]\text{N}$, $[[[\text{consum}]\text{Radical oVT}]\text{N}$, $[[[\text{permut}]\text{Radical aVT}]\text{N}$), ou como sufixação zero $[\emptyset]$ (Resende, 2016). Esta última interpretação parte do princípio de que toda a nominalização de verbal implica sufixação, explícita ou não ($[\emptyset]$). Não tendo evidências inequívocas de que assim seja, nem tão-pouco de que este mecanismo esteja assente num processo de conversão de radicais (Rodrigues, 2004), opta-se aqui por “formação de deverbais não sufixados”, tal como Rodrigues (2016, p. 235).

Em 2. explora-se a relação cronológica dos nomes com os verbos de base. Em 3. problematiza-se a natureza morfológica da base verbal, bem como a morfologia dos nomes deverbais. Em 4. descrevem-se as áreas temáticas e o semantismo dos nomes deverbais não sufixados. Em 5. traça-se uma panorâmica do percurso deste processo derivacional não sufixal ao longo da história da língua, e avaliam-se as condições de subsistência deste mecanismo concorrencial com outros.

2 NOMES DEVERBAIS NÃO SUFIXADOS E SUA RELAÇÃO CRONOLÓGICA COM OS VERBOS DE BASE

Um nome de verbal, e ainda mais se encarado como derivado “regressivo”, ou seja, como formado por retroformação supressiva, supõe a existência prévia de uma base verbal. Nesta secção procuraremos observar a cronologia relativa dos verbos e dos nomes corradicais, para verificar se os nomes deverbais estão abonados, ou não, antes do respetivo verbo de base. Importa desde já afirmar que a cronologia relativa das ocorrências de ambos não funciona como critério único e decisivo para a correlação estrutural entre uns e outros. Como assinala Rodrigues (2001), as dimensões de natureza morfossemântica que a estrutura e interpretação dos nomes convoca, ajudam a, complementarmente, determinar a natureza de verbal destes nomes. Em todo o caso, sob o ponto de vista genético, um derivado postverbal supõe a existência prévia — real e/ou teórica — do verbo de base.

Dos 1323 nomes deverbais não sufixados elencados em Rodrigues (2001), selecionamos aleatoriamente os que constam do quadro abaixo, com estrutura morfológica diversa e graus diversos de frequência no PE. Em alguns casos os nomes em estudo são cognatos de outros igualmente deverbais, mas sufixados (em -*ção*, -*mento*, -*agem*, -*ncia*) e portadores do mesmo radical.

As datas dos N e dos V são extraídas do dicionário etimológico de A. G. da Cunha; quando mencionado de forma *ad hoc*, as datações foram recolhidas em bases de dados, como o www.corpusdoportugues.org. No quadro 1, sublinhados figuram os casos em que V é posterior a N. A negrito os casos dos N cujas primeiras abonações de que dispomos são contemporâneas das dos V. Quando a ortografia diverge da atual, seja a do N, seja a do V, ambas são explicitadas.

Quadro 1 - Cronologia das abonações de Nomes (N) e de Verbos (V)

	N	V		N	V		N	V
abandono (do fr. <i>abandon</i>)	1813	XVI	rateio	1813	XVI	desempenho	1813	1813
ajuda	XIII	XIII	relance	1813	XVIII	abafo	XVI	XV
amostra	1500	XIII	desempate	XVIII	1750?	uivo	1813	XIV (huyar)
apoio	XVII	XV	arrepio (arripio)	XVI	XV	transbordo	1899	1844
ataque	XIX	XIX	escape	XVIII	XIII	salga	XV	XIII
atraso	1813	XVI	zanga	1844	1813	<u>aroto</u>	<u>XIV</u>	<u>XVI</u>
combate	XIV	XIII	troça	1881	1881	mexerico	XVI	XVI
confronto	1881	XVI	pertença	XIII	XIII	paga	XIII	XIII
consumo	1813	XIII	embarque	1802	XV	desgoverno	XVII	XV
corte	XVI	XIII	ajuste	1813	1658	estalo (estralo)	XVI	XIII
debate (do fr. <i>débat</i>)	XV	XV	desembarque	1813	XVII	<u>varejo</u>	<u>XV?</u> <u>1589</u>	<u>XVI</u> <u>1504-</u> <u>1548</u>
desempenho	1813	1813	recuo	XVIII	XVI	trago	XVI	XVI
desemprego	1899	1858	saque	XVI	XVI	<u>urro</u>	<u>XV</u>	<u>XVI</u>
destaque	1899	XIII	anseio	XIX	XIV	apanha (do cast. <i>apañar</i>)	XIX	XIII
desvio	XVI	XIII	abalo	1562	XIII	enfado	XVII	XIII
emprego	XV	XV	festejo	XVIII	1572	palpite	1881	XVI

	N	V		N	V		N	V
ensino	XIV	XIII	retoque	XVII	XVII	chilreio	1844	1697 ¹
espera	1813	XIII	queima	XV	XIII	visita (do fr. <i>visite</i>)	XVII	XIV
roubo	XIII	XIII	permuta	XVII	XV	voo	XIX	XVI (avoar)
toque	XVI	XV						

No quadro acima, em três casos os nomes podem representar importações do francês (*abandono*(N) do fr. *abandon*, *debate*(N) do fr. *débat*, *visita*(N) do fr. *visite*) e num caso (*apanha*(N)) pode ter havido influência do cast. *apañarem*, *apanha*.

Do universo de nomes e de verbos analisados, apenas em três casos a datação disponível do verbo é posterior à dos nomes. Trata-se de nomes com valores de frequência de uso muito baixos (*arrote* #15, *varejo* #6 e *urro* #27), e o desfasamento epocal entre a abonação disponível do N e do V não ultrapassa um século (cf. *urro*(N) (séc. XV) e *urrar* (séc. XVI)). No caso de *arrote*(N) (séc. XIV) e *arrotar* (séc. XVI) é provável que uma análise minuciosa de outras fontes altere o estado de coisas aqui descrito, pois também se encontra documentado *rotamento*, por *arrotamento* (séc. XV), sendo possível que haja grafias alternativas de *arrotar* não tidas em conta nas fontes compulsadas. Quanto a *varejo*(N), Cunha assinala a sua ocorrência no séc. XV, não especificando onde, e encontra-se documentado em 1589 (www.corpusdoportugues.org), pelo que pode ser anterior ou posterior a *varejar* (1504-1548).

Em dez casos (cerca de 1/6 do total) as primeiras abonações até agora disponíveis de N e de V coincidem no mesmo século: *ajuda*(N) e *ajudar* (séc. XIII), *ataque*(N) e *atacar* (séc. XIX), *desempate*(N) e *desempatar* (séc. XVIII), *desempenho*(N) e *desempenhar* (1813), *emprego*(N) e *empregar* (séc. XV), *paga*(N) e *pagar* (XIII), *roubo*(N) e *roubar* (séc. XIII), *saque*(N) e *sacar* (XVI), *retoque*(N) e *retocar* (XVII), *troça*(N) e *troçar* (1881).

Face ao exposto, a cronologia relativa dos nomes e dos verbos é maioritariamente favorável à posterioridade dos nomes relativamente aos verbos, o que serve de garante, pelo menos complementar, à natureza deverbal dos nomes.

A cronologia, a história e a etimologia das palavras podem ser de enorme ajuda para o esclarecimento da direcionalidade da formação *nome* > *verbo* ou *verbo* > *nome*, mormente quando não há parâmetros formais ou semânticos que permitam clarificar qual a base da unidade lexical.

Por exemplo, em pares do tipo de *gritar*/*grito*, *trabalhar*/*trabalho*, a estrutura fonológica e morfológica não deixa perceber se o nome é derivado ou derivante. A consulta de Cunha permite observar que *gritar*, documentado desde o séc. XVI, tem

¹ Em Cunha o V *chilrear* encontra-se datado de 1844, mas no www.corpusdoportugues.org testemunha-se *chilrear* na *Prosodia* 4, de Bento Pereira, obra de 1697.

origem no latim *CRITĀRE, de QUIRITĀRE. Já *grito* está abonado no séc. XIV e *grita*, desde 1572. Quanto a *trabalho* (< TRĪPĀLIŪ) e *trabalhar* (do lat. vulgar *TRĪPĀLIĀRE) ambos documentados desde o séc. XIII, o semantismo de *trabalho* ‘labor, ocupação’ já não se relaciona com o do seu étimo ‘instrumento de tortura composto de três paus’. Ou seja, face à dificuldade em determinar, mormente em cotextos menos clarificadores (*dar um grito, fazer uma busca*), o estatuto derivante ou derivado do nome, as informações históricas e/ou etimológicas são de grande mais valia para a solução do problema.

Não obstante, a cronologia e a etimologia não se afiguram por si sós, critérios decisivos e únicos para a determinação da forma de construção dos nomes em estudo. Como afirma Rodrigues (2001, p. 106),

o critério diacrónico não deve ser tomado como o principal fundamentador da delimitação dos postverbiais. Para que essa delimitação se possa operar, é necessário compreender as características morfofonológicas, semânticas e sintático-semânticas dos postverbiais. Uma abordagem diacrónica pode fornecer indícios acerca das coordenadas temporais e espaciais — o espaço que é a língua — que envolvem a génese dos lexemas. Todavia, ela não apresenta uma construção sistémica dos traços do lexema. Em suma, a abordagem discrónica não é em si mesma definitiva do post verbal.

3 MORFOLOGIA DOS VERBOS DE BASE E DOS NOMES FORMADOS POR NÃO SUFIXAÇÃO (E NÃO POR SUPRESSÃO/RETROFORMAÇÃO)

Como já foi amplamente demonstrado (cf. Rodrigues, 2001, 2016, §1.6.3.2 *Nomes deverbiais conversos*), estes nomes não são regressivos, no sentido em que seriam formados por supressão de constituintes, nem portanto por retroformação. Não obstante terem uma forma mais encurtada que a de infinitivo verbal — veja-se, por exemplo *avisar* e *aviso*, *bocejar* e *bocejo*, *ensinar* e *ensino* —, o nome não provém de nenhuma forma flexiva, pois para tal esta, que é imposta e formatada sintaticamente, teria sido truncada/privada de um dos seus morfemas flexionais para dar origem a um produto derivacional. Ora, a formação de unidades lexicais não toma por base formas flexionadas, pois a ativação destas é comandada por motivações sintáticas, ao serviço das quais está: a flexão do verbo, em modo, tempo, número-pessoa; é gerida em função de razões sintático-semântico-textuais, e não de razões derivacionais:

- (1) (nós) [[*diʒe*]_{tema verbal} [*mos*]_{Morfema de 1º pessoal do plural}]]
- (2) (tu) [[*tarda*]_{tema verbal} [*va*]_{morfema de imperfeito do indicativo} [*s*]_{Morfema de 2º pessoa do singular}]]
- (3) (vocês) [[*faze*]_{tema verbal} [*m*]_{Morfema de 3º pessoa do plural}]]

As bases de uma unidade lexical são temas ou radicais lexicais (cf. Basílio, 2004; Rio-Torto et al. 2016), prototipicamente ainda não marcados flexionalmente.

Na base dos derivados deverbiais não está uma forma flexiva, mas um tema (*lavá+vel*, *gere+n-te*, *contribuí+n-te*, *repetí+vel*) ou um radical (*aldrab+ão*, *deambul+ismo*), logo formas verbais ainda não providas das vogais de flexão.

Os nomes em estudo também não são deverbais formados por redução ou por truncção, como *boteço*, de *botequim*, *belê*, de *beleza*, *madruga*, de *madrugada*, *salafra*, de *salafatório*.

Todavia, em muitas gramáticas e estudos de referência (Azeredo, 2013; Basílio, 2004; Bechara, 2004; Gamarski, 1988; Gonçalves, 2016) este processo de formação de nomes deverbais continua a ser descrito como derivação ou formação “regressiva”. De modo similar, a denominação de *backformation* é a mais usada para a língua inglesa.

Não são unânimes as posições sobre a classe morfológica da base destes nomes, que têm origem num radical do verbo, seja o radical o de infinitivo (Rodrigues, 2001) ou o de presente do indicativo (Diez, 1838; Kehdi, 1998) como francês *maintien*, *soutien*, *relief*, e o espanhol *pide*.

Há evidências de que estes nomes deverbais replicam o radical das formas rizotônicas do presente do indicativo; confirmam-no exemplos do espanhol *consuelo* (de *consolar*), *sueño* (de *soñar*), do francês *soutien* (de *soutenir*), *preuve* (em fr. antigo *prueve*, “issu des anciennes formes toniques du verbe [*prouver*] avec accent sur le radical” (Rey, 2011), com a conhecida alternância vocálica entre formas rizotônicas e arrizotônicas), e as portuguesas *bloqueio* (de *bloquear*), *cambaleio* (de *cambalear*), *galanteio* (de *galantear*), *manuseio* (de *manusear*), *pastoreio* (de *pastorear*), *rateio* (de *ratear*), *rastreio* (de *rastrear*), *receio* (de *recear*), *veraneio* (de *veranear*). Em todo o caso, a forma de base é o radical verbal, e não a forma flexionada de 1.^a/3.^a pessoa do singular do verbo. Com estas evidências cai por terra a pertinência de um modelo de análise morfológica baseado na palavra, que muitas vezes se socorreu deste tipo de derivados (putativamente derivados do infinitivo verbal) para se legitimar. Neste aspeto, não existe dissidência entre o paradigma lexicalista e o distribuidista da morfologia, tão exaustivamente glosada nos anos mais recentes.

Os deverbais que exibem alternância acentual são cultos, logo mais tardios na língua portuguesa, o que, segundo Kehdi (1998, p. 205-206)

é confirmado pela não-alteração das vogais -Ī- e -Ū- da penúltima sílaba e pela datação correspondente: *cálculo* (séc. XVII) < CALCŪLU-; *fábrica* (séc. XIV) < FABRĪCA-, etc. O deslocamento do acento nas formas verbais correspondentes (*calculo*, *fabrica*) deve-se ao fato de que, nesse período, o presente do indicativo apresenta obrigatoriamente formas paroxítonas.

Sob o ponto de vista morfológico, as bases verbais destes nomes podem ter estruturas morfológicas diversas (Rodrigues, 2016):

- (i) bases simples não derivadas: *jantar*>*janta*, *sacar*>*saque*
- (ii) bases simples derivadas (verbos conversos): *balançar*>*balanço*
- (iii) bases derivadas por prefixação: *afrontar*>*afronta*, *despistar*>*despiste*, *embarcar*>*embarque*, *engordar*>*engorda*; *esforçar*>*esforço*
- (iv) bases derivadas por sufixação: *chorincar*>*chorinca*, *passoar*>*passoio*, *pedinchar*>*pedincha*, *pestanejar*>*pestanejo*
- (v) bases derivadas por circunfixação: *aboquejar*>*aboquejo*, *acarrear*>*acarreio*, *espinotar*>*espinoteio*
- (vi) bases complexas não derivadas: *conversar*>*conversa*, *pernoitar*>*pernoita*.

Estes nomes deverbais não tomam por base verbos em *-ec-* ou *-esc-* (**amadureço*, **amareleço*, **envelheço*, **ruboresço*). Apenas se documenta um deverbais não sufixado formado com base num verbo em *-iz-* (*vocalizço*), mas este tipo de bases encontra-se tipicamente indisponível para a formação de nomes deverbais não sufixados. Também o mesmo acontece com bases verbais em *-ifíc-*. Este mecanismo de formação de nomes opta claramente por estruturas não eruditas, mas alguns nomes (*permuta*, *perlonga*, *deslustre*) acusam marcas claras da sua origem greco-latina.

Em francês estes nomes são essencialmente da primeira conjugação. Em português, estão abonados muitos nomes da primeira conjugação, o que não espanta sendo esta a mais produtiva, mas também da segunda (cf. *debate*, *pertença*) e da terceira (cf. o *consumo*, de *consumir*, a *funda*, de *fundir*) conjugações.

Não discutiremos aqui o problema da direcionalidade relativa dos N face aos V, pois trata-se de temática amplamente dirimida e ultrapassada através da conjugação de critérios semânticos, morfológicos, fónicos e etimológicos.

Em todo o caso, e porque em pares do tipo de *avisar/aviso* a estrutura fonológica e morfológica não deixa perceber se o nome é derivado ou derivante, explicitam-se os critérios que permitem essa identificação (cf. Rodrigues, 2001; Rodrigues, 2009):

- (i) o verbo é derivante e o nome é derivado se estiverem presentes os prefixos *a-*, *en-*, *de-*, *es-*, uma vez que estes apenas atuam na formação de verbos (*atacar* > *ataque*, *demorar* > *demora*, *encaixar* > *encaixe*, *esforçar* > *esforço*) e *des-*, que atua prototipicamente na formação de verbos e de adjetivos, não tanto na de nomes (*desempenhar* > *desempenho*).
- (ii) é derivante o nome com acentuação proparoxítona (*análise* > *analisar*, *crítica* > *criticar*, *dúvida* > *duvidar*, *âncora* > *ancorar*).
- (iii) é derivante o verbo de tema em *-e* ou em *-i*, porque a formação de novos verbos do português recorre à VT *-a*.
- (iv) é derivado o nome que exhibe estrutura argumental (*a recolha do lixo pelos trabalhadores* vs. **o muro de pedra pelo João*).
- (v) é derivante o nome portador de semantismos de carácter apenas concreto (e nunca eventivo): *muro* ‘estrutura que separa terrenos ou forma uma cerca’ > *murar* ‘prover de muro’. É derivado o nome que apresenta significação abstrata de evento: *atavio* ‘conjunto de operações que constituem o cuidado no vestir’, a par com ‘enfeite, adorno’.

FLP 20(1)

4 ÁREAS TEMÁTICAS E SEMANTISMO DOS NOMES

Durante muito tempo afirmou-se que estes nomes recobrem áreas temáticas ligadas ao mundo rural, artesanal, não tecnologicado, como o da agricultura, pecuária, pesca mais tradicionais, e assim é de facto com muitos nomes (Rodrigues, 2004, p. 129-185). Nestas circunstâncias, é natural que alguns sejam apenas conhecidos e/ou usados em Portugal, outros apenas no Brasil, havendo muitos que são comuns a ambos os universos, mas que, de tão pouco usados, o mais das vezes um falante comum, e até mesmo diferenciado em termos de instrução formal, desconhece e/ou não usa. Todavia, como veremos mais abaixo, este estado de coisas só parcialmente é verdadeiro, pois há muitos nomes deverbais não sufixados de elevado valor de frequência e de sentido não circunscrito aos domínios acima mencionados, que são

comuns ao Português Brasileiro (PB) e ao Português Europeu (PE), bem como às variantes africanas da Língua Portuguesa.

Começemos por atentar nos produtos menos comuns, porque mais específicos de cada universo linguístico-civilizacional do PB e do PE.

No dicionário Houaiss e no Aurélio não figuram alguns nomes que os dicionários do PE registam, tais como:

- (4) *debagar* > *debaga* 'ato ou efeito de debagar, de tirar os bagos a'
- (5) *desabelbar* 'debandar como enxame de abelhas' > *desabelho* 'ação ou efeito de desabelhar; desabelhamento; fuga em bando; desarvoramento; recolha de mais de um enxame no mesmo cortiço'
- (6) *descamisar* 'tirar a camisa; tirar as folhas que envolvem a maçaroca do milho' > *descamisada* 'ação de tirar as folhas que envolvem a maçaroca do milho'
- (7) *alimpas* 'resíduos dos cereais depois de serem joirados'

Deve dizer-se que no mundo atual, preocupado com a sustentabilidade e com as boas práticas de natureza ambiental e alimentar, estas atividades outrora depreciadas, porque artesanais, são agora alvo de enorme valorização até económica. Em Portugal, a fileira agro-alimentar de nicho dos setores vitivinícola e silvícola, por exemplo, recorre à produção de produtos de valor acrescentado com recurso a técnicas manuais, de transformação artesanal, biológica, porque mais ecológica e de elevado valor acrescentado, pelo que a *debaga* ou a *debulha*, além de não caírem em desuso, deixam de ser objeto de depreciação para passar a integrar áreas de crescente valorização a todos os níveis.

No Brasil há também nomes deverbais não sufixados não usados em Portugal, ou usados no PE com outros valores e/ou em outros contextos (cf. (12 e 13)):

- (8) (o) *afrouxo* 'desaceleração; suavização; redução', de *afrouxar*
- (9) (o) *arraso* 'Algo ou alguém que faz muito sucesso ou tem muita popularidade: a festa foi um arraso! Ação ou efeito de arrasar, de destruir: a chuva foi um arraso para a plantação' (Houaiss), de *arrasar*
- (10) (o) *aprovo* 'ato de aprovar, dar aprovação, aval', de *aprovar*
- (11) (a) *desossa* 'processo de desossar; desossamento', de *desossar*
- (12) (o) *desquite* 'ato de desquitar (-se); separação judicial de um casal; divórcio; separação' [no PE usa-se mais *separação*, *divórcio*]
- (13) (o) *preparo* 'preparação; disposição preliminar': no PB regista-se amiúde *preparo de alimentos*, e no PE, para a mesma circunstância, a formulação tipicamente usada é *preparação de alimentos*.

São comuns ao PB e ao PE muitos nomes, como os abaixo mencionados; porque não usados na língua comum, são por certo desconhecidos até de falantes com elevado grau de instrução formal:

- (14) *debulho* 'Resíduo das espigas dos cereais depois de debulhados, constituído de casulos e praganas' (Houaiss e Dicionário Priberam)
- (15) *ensancha* 'Porção que se deixa a mais, embebida na costura, para se poder alargar a roupa quando for preciso' (Houaiss e Dicionário Priberam)
- (16) *inço* 'Vegetais que durante a colheita são poupados para frutificarem. Restos, resquícos: por mais que se destruam os insetos daninhos, sempre fica inço.'

Ervas daninhas que crescem entre plantas cultivadas' (Houaiss e Dicionário Priberam)

Todavia, um olhar criterioso sobre as áreas temáticas dos nomes em pauta, revela que no conjunto das unidades mais frequentes, incluem-se muitas que são comuns ao PE e ao PB (e às demais variantes pluricêntricas da Língua Portuguesa), e que espelham as zonas de preocupação maior do mundo contemporâneo (*emprego e desemprego, ensino, atraso, consumo, apoio, ajuda, abandono, ataque, combate, confronto, roubo, voo*), refletindo portanto a importância cultural e vivencial do que denotam; os exemplos seguintes, em que a cada nome está associada a frequência CORLEX respectiva, ilustram o exposto:

- (17) apoio #3636, visita #2269, emprego #2200, espera #2184, ensino #1851, debate #1631, consumo #1575, ataque #1512, ajuda #1233, combate #994, desemprego #942, atraso #864, voo #838, roubo #380, abandono #437, confronto #353.

No quadro seguinte # indica o valor de frequência CORLEX²², que se explicita para melhor se visualizarem os patamares de frequência de uso dos nomes nele presentes. Note-se que 10 nomes têm frequência superior a 1000, 22 têm frequência superior a 350, e apenas 18 apresentam frequência igual ou inferior a 51. Para se ter uma noção do peso relativo, em termos de uso, de cada um dos itens, note-se que na base de dados CORLEX os valores de frequência (#) da preposição *a* e *de* são, respectivamente, #23858 e #741070.

Quadro 2 - Valores de frequência dos lemas (N) extraídos de CORLEX

FLP 20(1)

<i>Frequência >350</i>	<i>Frequência 52 < 200</i>	<i>Frequência ≤ 51</i>
(1) destaque (N) #9531	(1) recuo (N) #169	(1) estalo (N) #51
(2) apoio (N) #3636	(2) arrepio (N) #139	(2) uivo (N) #51
(3) visita (N) #2269	(3) queima (N) #130	(3) palpito (N) #37
(4) emprego (N) #2200	(4) anseio (N) #122	(4) trago (N) #37
(5) espera (N) #2184	(5) festejo (N) #109	(5) apanha (N) #36
(6) ensino (N) #1851	(6) abalo (N) #96	(6) urro (N) #27
(7) debate (N) #1631	(7) ajuste (N) #95	(7) paga (N) #24
(8) consumo (N) #1575	(8) pertença (N) #95	(8) mexerico (N) #23
(9) ataque (N) #1512	(9) esca Port. Eur. (N) #94	(9) transbordo (N) #21
(10) ajuda (N) #1233	(10) relance (N) #88	(10) abafo (N) #16
(11) combate (N) #994	(11) troça (N) #87	(11) uivo (N) #15
(12) desemprego (N) #942	(12) desembarque (N) #79	(12) arrote (N) #15
(13) atraso (N) #864	(13) zanga (N) #77	(13) desgoverno (N) #10
(14) voo (N) #838	(14) permuta (N) #76	(14) salga (N) #9

²² O CORLEX (cf. www.clul.ul.pt/pt/recursos/88-project-multifunctional-computational-lexicon-of-contemporary-portuguese) é um *corpus* de frequência lexical organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa com base em 16.210.438 palavras do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, e a ele se recorreu para apurar a frequência absoluta dos lemas nominais em estudo. A adição de (N) a cada item lexical destina-se a explicitar que se trata dos lemas nominais, e não das formas verbais homólogas também no mesmo *corpus* incluídas.

<i>Frequência >350</i>	<i>Frequência 52 < 200</i>	<i>Frequência ≤ 51</i>
(15) desvio (N) #505	(15) retoque (N) #66	(15) chilreio (N) #9
(16) corte (N) #500	(16) rateio (N) #65	(16) enfado (N) #7
(17) toque (N) #457	(17) saque (N) #65	(17) desempenho (N) #6
(18) abandono (N) #437	(18) embarque (N) #58	(18) varejo (N) #6
(19) amostra (N) #407	(19) desempate (N) #54	
(20) desempenho (N) #403		
(21) roubo (N) #380		
(22) confronto (N) #353		

Os produtos denotam tipicamente eventos, processos, situações, sendo o valor eventivo o mais representado. Existem, todavia, outros semantismos, que sumariamente se arrolam.

Para além de evento (*abraço, arranque, ataque, combate, debate, degelo, embarque, espera, roubo, tosquia, voo*), estes nomes denotam também objeto do evento (*arranca 'pernada ou haste que se arrancou', caça*) e ainda, em função do verbo de base, estado (*amuo, desemprego, sufoco, zanga*). Menos frequentemente denotam agente humano (*bufo, pilho 'gatuno', de pilhar 'roubar'*), objeto/instrumento não mecânico (*abafo, adorno, agasalho, físga, lixa, trincha*), locativos (*abrigo, arrumo(s), atalho*).

Não raro, um nome deste tipo apresenta diferentes semantismos (*passeio* 'evento de passear; local onde se passeia'; *visita* 'evento de visitar; o que visita') sendo a sua leitura determinada em função do contexto.

- (18) Este *passeio* tem dois metros de largura. [leitura locativa]
- (19) O *passeio* durou mais de 7 horas. [leitura eventiva]
- (20) Andava no *passeio* e caiu. [leitura eventiva/locativa]
- (21) A *visita* foi longa. [leitura eventiva]
- (22) A *visita* foi-se logo embora. [leitura agentiva]
- (23) A *visita* não foi demorada. [leitura eventiva 'o ato de visita não demorou muito'/leitura agentiva 'o visitante não se demorou muito']

5 PERCURSO E ESTATUTO DESTE PROCESSO DERIVACIONAL AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Recua pelo menos a Darmesteter (1877) a ideia de que os nomes deverbais não sufixados são denominações da língua popular e são anteriores aos sufixados corradicais. Assim é em alguns casos, mas não é legítimo generalizar esta assunção para o conjunto de derivados em análise, como se observa em alguns dados abaixo exibidos.

Reportando-se ao francês, Darmesteter (1877) considera que um processo de formação de nomes elegante e simples como o de formação deste tipo de nomes cedeu terreno à pressão da relatinização erudita que ocorreu após o século XVI: “un procédé de dérivation qui avait donné à la langue tants de mots élégants, nets, courts et simples, se réduit devant les envahissements de la langue savante, et ne trouve

pour dernier refuge que la langue du peuple ou la langue spéciale”. (Darmesteter (1877[1972], p. 53-54).

Assim, Darmesteter (1877[1972], p. 53) considera que a formação de nomes deste tipo foi de alguma forma cerceada pela pressão da norma culta, uma vez que *consultation, dénonciation, diffamation, prononciation* fizeram recuar ou desaparecer *consulte, dénonce, diffame, prononce*. A realidade linguística do português diverge um pouco da que é descrita por este neogramático, pois alguns dos nomes já documentados na Idade Média não foram substituídos por outros sufixados, tendo perdurado até aos nossos dias.

O quadro seguinte permite observar que há nomes deverbais não sufixados abonados desde muito cedo na história da língua, e assim acontece com nomes marcados por valores de frequência muito díspares, que vão de ajuda(N) #1233 a paga(N) #24.

Quadro 3 - Nomes deverbais não sufixados e suas frequências CORLEX

<i>Séculos</i>	<i>Nomes deverbais não sufixados e suas frequências CORLEX</i>		
Séc. XIII	ajuda(N) #1233 roubo(N) #380	pertença(N) #95	paga(N) #24
Séc. XIV	ensino(N) #1851	combate(N) #994 [<i>combato</i>]	arroto(N) #15
Séc. XV	emprego(N) #2200 debate(N) #1631 queima(N) #130	urro(N) #27 abafo(N) #16	salga(N) #9 varejo(N) #6
Séc. XVI	toque(N) #457 desvio(N) #505 corte(N) #500 amostra(N) #407	arrepio(N) #139 abalo(N) #96 saque(N) #65	est(r)alo(N) #51 trago(N) #37 mexerico(N) #23
Séc. XVII	visita(N) #2269 apoio(N) #3636	permuta(N) #76 retoque(N) #66	desgoverno(N) #10 enfado(N) #7
Séc. XVIII	recuo(N) #169 festejo(N) #109	escape(N) #94	desempate(N) #54
Séc. XIX	destaque(N) #9531 espera(N) #2184 consumo(N) #1575 ataque(N) #1512 desemprego(N) #942 atraso(N) #864 voo(N) #838 abandono(N) #437	desempenho(N) #403 confronto(N) #353 anseio(N) #122 ajuste(N) #95 relance(N) #88 troça(N) #87 desembarque(N) #79 zanga(N) #77	rateio(N) #65 embarque(N) #58 uivo(N) #51 palpite(N) #37 apanha(N) #36 transbordo(N) #21 chilreio(N) #9 desempenho(N) #6
Séc. XX	anseio(N) #122	-	-

Como este quadro revela, alguns nomes deverbais não sufixados são contemporâneos dos cognatos sufixados (*paga* e *pagamento*, ambos abonados no séc. XIII; *voo* [XIX] e *voadura* [1844]), alguns são anteriores aos sufixados (*amostra* [1500] vs. *amostragem* [1899]; *arroto* [XIV] vs. (*a*)*rotamento* [XV]; *governo* [XIII] *governança* e

governaçõn [XV]); outros são posteriores a estes (*confronto* [1881] vs. *confrontação* (do fr. *confrontation*) [XVI]; *espera* [1813] vs. *esperança* [XIII]; *voo* [XIX] vs. *avoamento* [XVI]).

Talvez pela proximidade cronológica e/ou formal em alguns casos os dicionários consideram o nome não sufixado como ‘equivalente a’ ou como ‘variante de’ um cognato sufixado: assim acontece com *emperro* (de *emperrar*), que Houaiss descreve como exemplo de derivação regressiva de *emperrar* e como “variação de *emperramento*”.

Na amostra acima exposta regista-se grande volume de nomes deverbais não sufixados no séc. XIX, mas falta apurar se este estado de coisas não se deve à maior acessibilidade das fontes nas quais os dicionários etimológicos e as bases de dados se escudam. Uma análise de fontes mais recuadas no tempo ajuda a apurar com mais acuidade se a irrupção de nomes deste tipo avulta nestes séculos mais recentes, ou se remonta a épocas mais remotas.

Quando comparado com outros processos genolexicais, a formação de nomes deverbais não sufixados não se apresenta como das mais produtivas. Freitas (1990), com base no quadro teórico e metodológico de Dressler, demonstra que no cômputo dos processos de Formação de Palavras, também em português a subtração — e, segundo o mesmo autor, nela incluída a formação de nomes deverbais não sufixados encarada como “derivação regressiva” — ocupa o lugar mais modesto na escala de iconicidade construcional dressleriana. Face à afixação, à afixação + modificação, à modificação, à conversão, a subtração é encarada como o procedimento com o mais baixo grau de “naturalidade” ou de iconicidade, sendo por isso a sua produtividade das mais baixas nas línguas naturais (cf. quadro seguinte).

Quadro 4 - Dados numéricos da produtividade das Regras de Formação de Palavras (numeração árabe: n.º de RFP), extraído de Freitas (1990, p. 86).

<i>Línguas</i>	<i>Grau de produtividade</i>	<i>Afixação</i>	<i>Afixação + modificação</i>	<i>Modificação</i>	<i>Conversão</i>	<i>Subtração</i>
Alemão	Produtivo	22	16	1	2	(1)
	Semiproductivo	57	8	-	-	-
	Improductivo	2	3	3	1	-
Português	Produtivo	45	11	-	6	1
	Semiproductivo	27	3	-	1	-
	Improductivo	13	3	-	-	-

O estudo mais completo sobre formação de nomes deverbais não sufixados, o de Rodrigues (2001), que conjuga para a análise dos mesmos dimensões morfológicas, semânticas, argumentais, diacrónicas, seja das bases, seja dos derivados, elenca 1323 nomes deste tipo, filtrados à luz do entrecruzamento das dimensões mencionadas.

Face a estes dados numéricos, é abissal a comparação com a enorme representação de nomes sufixados cujas bases sejam verbos portadores de *-iz-* ou de outro sufixo assaz produtivo, pelo que se corrobora que os nomes deverbais não sufixados estão muito menos representados na língua que os sufixados, e têm um potencial de produtividade muito menor.

Em todo o caso, há registo de formações novas que não se encontram ainda dicionarizadas e contidas nas bases disponíveis.

Não obstante, existe a possibilidade de se construírem novos nomes deverbais não sufixados, estando ativa não apenas por escritores, sempre muito criativos, mas também pelos falantes comuns, mormente na linguagem mais expressiva e em registos marcados por maior subjetividade.

Da base de dados coligida por Rodrigues (2001) e no Houaiss não constam estes nomes certamente formados e/ou difundidos *a posteriori*:

- (24) (um) *amasso* ‘ato ou efeito de amassar. [informal] Troca de contactos íntimos’ registado no Aurélio (<https://dicionariodoaurelio.com/amasso>) e no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/amasso> [consultado 15 dez. 2017].
- (25) (uma) *curte* ‘[informal] Coisa, facto ou pessoa que provoca prazer. = curtição’ (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/curte> [consultado 13 dez. 2017].
- (26) (a) *funda* (de *fundir*) quantidade que determinada porção de matéria-prima funde, no processo da sua transformação: ‘quantidade de litros de azeite por cada 100 kg de azeitona’ (<http://infinitoemais.blogspot.pt/2013/12/epoca-do-azeite-visita-um-lagar.html>); ‘Ato de produzir bem ou produzir muito (falando-se de uvas, azeitonas, searas’ (cf. <https://dicionariodoaurelio.com/funda>).

São criações expressivas de Guimarães Rosa e de Mário Palmério e registadas por Martins (2008), mas não dicionarizadas:

- (27) o agito (agitar)
- (28) o atrapalho (atrapalhar)
- (29) o chego (chegar)
- (30) o desconfio (desconfiar)
- (31) o oscilo (oscilar)
- (32) o vibro (vibrar)

Como estes exemplos de criação literária mostram, são porosas as fronteiras entre alguns nomes deverbais não sufixados e os formados por truncação. Gonçalves (2016, p. 62) interpreta *agito* ‘acontecimento festivo’ como uma extensão semântica de ‘estado ou circunstância que envolve excesso de agitação’, mas nada invalida que se trate de um deverbais não sufixado. De igual modo, considerar *fico* e *chego* como participios irregulares de *chegar* e *ficar* carece de demonstração. Não obstante, nestes casos nada impede que eles sejam encarados como construídos deverbais, sem recurso a sufixação, e não como formas truncadas dos homólogos sufixados. De resto, a alteração de género entre os sufixados e os não sufixados não é a mais típica da truncação (cf. o *boteco*, o *botequim*, a *belé*, a *beleza*, a *madruga*, a *madrugada*, o *salafra*, o *salafração*), pelo que outra abordagem que não a de se tratar de nomes deverbais não sufixados exige uma fundamentação mais sólida.

A formação de nomes deste tipo é comum a outras línguas românicas, e tem não raro um forte valor de expressividade, como o assinala Kortas (2003, p. 163) para o francês: *cambrioler*>*cambriole*, *diner*>*dine*, *doper*>*dope*, *dormir*>*dorme*, *remballer*>*remballe* ‘ação fraudulenta de reembalamento de produtos frescos para lhes prorrogar a data de validade’.

Nas crianças, a aquisição deste tipo de estruturas ocorre em fases algo tardias da produção derivacional; os exemplos por nós recolhidos não são marcados sob o ponto de vista da expressividade.

- (33) Uma *abra*: O muro tem aqui uma *abra* (*abertura*) (29-2-2004: 7 anos, 11 meses).
 (34) Um *arranco*: Aquele carro faz um *arranco* pior que o teu (3-3-2003: 6 anos, 11 meses) ‘ato ou efeito de arrancar; movimento impetuoso e inesperado’.
 (35) Um *ladro*: A cadela deu um *ladro* que o meu coração pulou! (1-3-2003: 6 anos, 11 meses).

6 CONCLUSÕES

Desde muito cedo e até aos nossos dias a Língua Portuguesa dispõe de um processo de formação de nomes deverbais não sufixados (*afronta, ajuste, despiste, desvio, embarque, engorda, esforço, gargarejo, murmurejo, passeio, voo*) cujo estatuto desafia as teorias linguísticas e os modelos morfológicos. Além de a sua formação estar sujeita a constrições muito fortes (Rodrigues, 2009, 2016), a sua representatividade na língua não ombreia com a formação de nomes por afixação, e a sua baixa produtividade pode justamente dever-se à concorrência com outros processos de nominalização, nomeadamente os sufixais (em *-ção, -mento, -agem*).

Não obstante, a sua presença faz-se sentir não apenas em áreas de especialização muito delimitadas, como as do mundo agro-alimentar e das atividades de cunho mais artesanal e sustentável, como em zonas de enorme relevância para a vida moderna, como as que denotam situações laborais (*emprego, desemprego*), atividades e estados de natureza vária, mas fulcrais no mundo hodierno (*abandono, ajuda, ataque, apoio, atraso, combate, confronto, consumo, debate, ensino, espera, roubo, visita, voo*), para mencionar alguns dos mais ilustrativos e representados.

O estudo efetuado revela que há nomes deverbais não sufixados abonados desde muito cedo na história da língua, e que pervivem até aos nossos dias (cf. *ajuda, paga*).

Alguns nomes deverbais não sufixados são contemporâneos dos cognatos sufixados (*paga* e *pagamento*), alguns (*amostra, governo*) são anteriores aos sufixados (*amostragem, governança* e *governação*), outros são posteriores (*confronto, espera*) aos sufixados (*confrontação, esperança*), pelo que a cronologia relativa da produção de uns e de outros não permite extrair ilações fortes sobre os fluxos de interação entre os dois padrões de formação de nomes deverbais — o que envolve sufixação, claramente mais representado, e o que não envolve sufixos, menos representado e certamente menos disponível na língua.

Na amostra analisada regista-se grande volume de nomes deverbais não sufixados no séc. XIX, mas falta apurar se este estado de coisas não se deve à maior acessibilidade das fontes nas quais os dicionários etimológicos e as bases de dados se escudam.

REFERÊNCIAS

- Azeredo JC de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Publifolha; 2013.
- Basílio M. Formação e classes de palavras no português do Brasil. São Paulo: Contexto; 2004.
- Bechara E. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª edição, revista, ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
- CORLEX Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo. [citado 9 jan. 2018]. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/88-project-multifuncional-computational-lexicon-of-contemporary-portuguese>.
- Cunha AG da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 1986.
- Darmesteter A. De la création de mots nouveaux dans la langue française et des lois qui la régissent (Réimpression de l'édition de Paris, 1877). Genève: Slatkine Reprints; 1972.
- Davies M, Ferreira M. Corpus do Português. [citado 9 jan. 2018]. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.
- Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. [citado 19 dez. 2017]. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com>.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. [citado 19 dez. 2017]. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo>.
- Diez F. Grammaire des langues romanes. 3ª ed. Paris: A. Franck; 1874.
- Freitas MS. A derivação regressiva na perspectiva do modelo Dressler. Algumas considerações. [dissertação]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba; 1990.
- Gamarski L. A derivação regressiva: um estudo da produtividade lexical em português. Goiânia: CEGRAF; 1988.
- Gonçalves CA. Atuais tendências em formação de palavras. São Paulo: Contexto; 2016.
- Kehdi V. A derivação regressiva em português. *Filologia e Lingüística Portuguesa*. 1998;2:205-213.
- Kortas J. Expressivité dérivationnelle en français contemporain: noms d'action. *Studia Romanica Posnaniensia*. 2003;29:155-170.
- Lobato L. A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1995. p. 205-30.
- Martins NSA. Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa. 4ª ed. revista. São Paulo: EDUSP; 2008.
- Nunes JJ. Compêndio de gramática histórica portuguesa. 9ª ed. Lisboa: Clássica Editora; 1989[1919].
- Resende M. Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre aspecto lexical. [dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2016.
- Rey A. Dictionnaire historique de la langue française. Paris: Nathan; 2011.

Rio-Torto G, editora. Gramática derivacional do português. Coimbra: Coimbra University Press; 2016.

Rio-Torto G. Desafios em morfologia: história e (re)conhecimento. In: Viaro M, editor. Morfologia histórica. São Paulo: Cortez; 2013. p. 31-57.

Rodrigues A. A construção de postverbais em português. Porto: Granito Editores; 2001.

Rodrigues A. Aspectos da formação dos substantivos postverbais do português. Filologia e Linguística Portuguesa. 2004;6:7-37.

Rodrigues A. Portuguese converted deverbal nouns: constraints on their bases. Word Structure. 2009;1:69-107.

Rodrigues A. Deverbais que resultam da conversão do radical. In: Rio-Torto G, et al. Gramática derivacional do português. Coimbra: Coimbra University Press; 2016. p. 235-238.

FLP 20(1)

Os participios rizotônicos emergentes no Português Brasileiro e sua gênese histórica

The emerging rizotonic participles in Brazilian Portuguese and its historical genesis

Luiz Henrique Milani Queriquelli*

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Este trabalho visa investigar a formação histórica de participios rizotônicos emergentes no português brasileiro (como: “*tinha falô, tinha compro, tinha chego, tinha perco, tinha trago, tinha escrevo, tinha faço*”, entre outros) a partir de duas perguntas investigativas básicas: de onde vem a avaliação social e/ou estilística positiva para formas rizotônicas (não apenas as emergentes, mas todas); e como surge essa variante emergente aparentemente espelhada na forma da primeira pessoa do indicativo presente. Com relação à primeira questão, o trabalho sugere que o início da valorização prestigiosa das formas rizotônicas está correlacionado aos processos de derivação erudita intensificados durante o período do “português clássico”, por volta dos séculos XV e XVI. Quanto à segunda pergunta, os dados encontrados sugerem que essa variante surge ainda no romance, a partir de – entre outros processos – verbos de aspecto intensivo, que a partir do séc. IV tiveram o seu emprego restrito a construções passivas analíticas.

Palavras-chave: Linguística histórica. Participios rizotônicos. Derivação erudita. Verbos de aspecto intensivo. Passiva analítica.

Abstract: This work aims to investigate the historical formation of emergent rhizotonic participles in Brazilian Portuguese (such as: “*tinha falô, tinha compro, tinha chego, tinha perco, tinha trago, tinha escrevo, tinha faço*,” among others), from two basic questions: where does the positive social and/or stylistic evaluation for rhizotonic forms (not only the emergent ones, but all of them) come from; and how this emergent variant appears apparently mirrored in the form of the first person of the present indicative. Regarding the first question, the work suggests that the beginning of the prestigious valorization of the rhizotonic forms is correlated to the processes of erudite derivation intensified during the period of “classic Portuguese,” around the fifteenth and sixteenth centuries. As for the second question, the data suggest that this variant appears in medieval Romance, from - among other processes - verbs with an intensive aspect, which from the fourth century onwards had their employment restricted to analytical passive constructions.

Keywords: Historical linguistics. Rhizotonic participles. Erudite derivation. Intensive verbs. Analytic passive.

1 INTRODUÇÃO

Em português, são tradicionalmente reconhecidos dois tipos de formas de participio perfeito: a dita “regular”, com sufixo em *-do*, acompanhado da vogal do tema

* Professor do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil; luizqueriquelli@yahoo.com.br

em *-a* ou em *-i* (e.g., *cant(a)do*, *corr(i)do*); e uma forma irregular, nem sempre predizível, sem sufixo, constituída de um radical verbal e a vogal do tema nominal, e que é denominada rizotônica – porque o acento natural recai sobre o radical – ou “forte” (e.g., *preso*, *aceso*, *aceito*, *limpo*, *pago*, *ganho*, *gasto*, *pego*, *entregue* etc.). Quando afirmo que a forma irregular ou rizotônica não tem sufixo (mas apenas as vogais temáticas nominais *o* ou *e*), estou seguindo a interpretação de Mattoso Câmara (1975, p. 161), que também formulou uma importante observação sobre essa questão:

São convencionais os esforços da disciplina gramatical para limitar o número desses participios perfeitos rizotônicos e definir rigorosamente o seu uso. Para a estrutura da língua o que essencialmente importa é a existência desses processos de formação, como mecanismo dinâmico que tende a se expandir.

Compartilhando a mesma posição de Mattoso Câmara, isto é, preocupada mais com a produtividade dos processos de formação dos participios no PB do que com o disciplinamento e a prescrição de regras fixas, Miara (2013) estudou os chamados verbos abundantes (que oferecem participios duplos), os seus padrões de formação participial e os fatores – linguísticos e sociais – que condicionam o uso de cada forma. A autora concluiu que, atualmente no PB, o uso das formas regulares (as formas arrizotônicas, formadas com o prefixo *-do*) está diminuindo gradativamente, enquanto que o uso de formas rizotônicas está em tendência de crescimento, especialmente em textos escritos. Além disso, há avaliação social e/ou estilística positiva para formas rizotônicas, ao passo que, eventualmente, essa avaliação é negativa para a variante arrizotônica do mesmo verbo, o que também foi corroborado em Miara e Coelho (2016).

FLP 20(1)

Ainda na década de 70, Mattoso Câmara (1975, p. 161) tinha afirmado ser “[...] digno de nota da morfologia portuguesa a tendência a incorporar na conjugação verbal novos participios rizotônicos que ficam em variação livre com os participios em *-do* de muitos outros verbos.” A esse propósito, a descoberta mais interessante de Miara (2013) está justamente ligada à formação de formas rizotônicas: segundo a autora, há uma forte tendência em direção a um novo padrão na formação do participio rizotônico; tal padrão é sua formação a partir do radical da 1.^a pessoa do indicativo presente (1PIndP) (ex.: *eu pago*, *eu ganho*, *eu gasto* > part. *pago*, *ganho*, *gasto* em vez de *pagado*, *ganhado*, *gastado*). Portanto, hoje, é cada vez mais natural que *tinha pago* seja privilegiado em vez de *tinha pagado*, assim como acontece com *tinha ganho* ou *tinha gasto*. O mais surpreendente, no entanto, é que, conforme essa regra de produtividade constatada, participios rizotônicos formados por outras raízes (geralmente raízes derivadas do supino latino, como veremos) tendem a ser substituídos pela variante aparentemente nova formada a partir de 1PIndP. Isso explica a ocorrência das seguintes formas emergentes, registradas no estudo de Souza (2011, p. 9):

1) Tinha falo:

“[...] eu tinha *falo* de uma sorveteria que era super famosa [...]”

“Como eu tinha *falo* a vocês [...]”

“[...] tinha *falo* com Rose e acabei confundindo tudo [...]”

2) Tinha compro:

“[...] tirei um pedaço do pão que tinha *compro* e dei pra ela [...]”

- “A diretora tinha *compro* os carimbos e não chegou até hoje [...]”
 “[...] no caminho tinha *compro* um jogo [...]”
- 3) Tinha chego:
 “Chegou julho, e o dinheiro já tinha *chego* aos 53 mil reais [...]”
 “[...] o tempo de Lilthen já tinha *chego* ao fim [...]”
 “[...] ela mal tinha *chego* em São Paulo não conhecia nada [...]”
 “[...] quando tinha *chego* encontrou o padre mexendo no hábito de sua professora [...]”
 “Eu já tinha *chego* a querer desistir desse blog [...]”
- 4) Tinha perco:
 “[...] uma coisa que eu já tinha *perco* a* muito tempo [...]”
 “[...] um ocidental que já tinha *perco* a moral da vida [...]”
- 5) Tinha trago:
 “[...] eu tinha *trago* meu filhote [...]”
 “[...] eu só tinha *trago* ração para ela [...]”
 “[...] vi que nada tinha deixado e nada tinha *trago* comigo [...]”
 “[...] a mãe dela tinha *trago* pra Almenara pensando que era dela [...]”

E posso acrescentar, pelo menos, outros dois casos aos levantados por Souza (2011):

- 6) Tinha escrevo:
 “Eu tinha *escrevo* mais coisas, mas eu fiz merda aqui e apagou tudo [...]”
 “encontrou [...] um papel que ela tinha *escrevo* [...]”
- 7) Tinha faço:
 “Tinha *faço* todos truque [...]”
 “[...] tinha *faço* comida [...]”¹

Entre as muitas questões que poderiam ser formuladas a fim de compreender o problema em questão, interessam-me pelo menos duas: (1) De onde vem a avaliação social e/ou estilística positiva para formas rizotônicas? (2) Como surge essa variante aparentemente nova formada a partir de 1PIndP?

Com relação à primeira questão, como tentarei mostrar adiante, aparentemente, o início dessa valorização das formas rizotônicas está correlacionado aos processos de derivação erudita intensificados durante o período do “português clássico”, por volta dos séculos XV e XVI. Quanto à segunda pergunta, ao que parece, essa variante surge ainda no romance, a partir de – entre outros processos – verbos de aspecto intensivo. Estas formulações serão mais bem detalhadas adiante e constituem, portanto, as principais hipóteses deste trabalho, as quais serão confrontadas com dados extraídos a partir de pesquisa filológica.

¹ Ambos retirados do *Corpus Brasileiro* (GELC, PUC-SP).

2 A GÊNESE DA AVALIAÇÃO POSITIVA SOBRE OS PARTICÍPIOS RIZOTÔNICOS

Quando terá começado essa avaliação social positiva para as formas rizotônicas? Se me é lícito lançar uma hipótese, suponho que o início dessa valorização das formas rizotônicas está correlacionado aos processos de derivação erudita intensificados durante o período do “português clássico”, por volta dos séculos XV e XVI. Portanto, assim como a expansão das formas arizotônicas – as chamadas formas regulares ou fracas, em *-ado*, *-udo*² e *-ido* – está diretamente ligada ao desenvolvimento e expansão dos vernáculos latinos, o resgate das ditas formas rizotônicas “clássicas” deve estar diretamente ligado ao momento em que o latim padrão era supervalorizado em detrimento do vernáculo, por razões obviamente políticas e ideológicas, ligadas à chegada do Renascimento na Ibéria e à afirmação daquela nova nação lusitana, cuja língua nacional deveria estar à altura das letras latinas clássicas. Como afirma Ilari (1997, p. 30):

A outra tarefa dos renascentistas consistiu em enriquecer a língua através de uma convivência íntima com o latim clássico, redescoberto no período do humanismo. Nenhum grande escritor português desse período [clássico] tentou tornar-se famoso escrevendo diretamente em latim – um projeto de vida no qual havia embarcado um século antes uma de suas principais referências literárias, o italiano Francesco Petrarca. Mas os intelectuais portugueses do século XVI foram profundos conhecedores da língua latina. A necessidade de expressar a cultura de seu tempo obrigou-os a criar uma série de termos novos, e esses termos novos acabaram sendo buscados, mais ou menos conscientemente, no latim e no grego clássicos.

Que fatos poderiam confirmar essa hipótese? Proponho que, primeiro, devamos verificar qual é a extensão da presença dos participios rizotônicos no português arcaico e, em seguida, checar se houve alguma expansão no período posterior, o período clássico.

² O participio em *-udo*, presente ainda hoje nas línguas românicas com exceção do português e do espanhol, existiu no português até o século XV, quando foi suplantado pela forma *-ido* basicamente por quatro motivos, conforme Harrys-Northall (1996): (1) embora a forma *-udo* também fosse nativa da Ibéria, a perda de prestígio do romance gálico (ao qual essa forma era associada) na Península Ibérica, devido ao enfraquecimento das relações com os franceses, contribuiu para o seu desaparecimento; (2) conforme provado por Malkiel (1992), a partir de certo momento, com o sucesso da forma *-ido* para participios de 2.^a conjugação, *-udo* passou cada vez mais a se especializar como uma terminação para adjetivos (hoje temos adjetivos pejorativos em *-udo* ligados a partes do corpo); portanto, essa especialização funcional teria sido a causa do desaparecimento do *-udo* participial; (3) talvez o motivo mais importante foi a simplificação na morfologia verbal ibérica (redução de 4 conjugações para 3): as outras línguas que preservaram os participios em *-udo*, também preservaram 4 conjugações; além disso, as estruturas vocálicas das conjugações em *-er* e *-ir* eram muito parecidas, apresentando mínimas diferenças: infinitivos (*-er/-ir*), indicativo pres. (*-emos/-imos*, *-edes/-ides*), imperativo plural (*-ed/-id*) e participio (*-udo/-ido*); fica claro que a forma *-udo* contrastava muito com as demais, e isso pode ter sido um fator influente para que o sistema “expulsasse” essa forma; além disso, muitos verbos antes terminados em *-er* passaram para a conjugação em *-ir*, e assim também o participio passou para *-ido* (por ex., *confunder* e *confundir*); (4) por fim, houve grande produtividade na derivação de novos verbos com o infixado *-esc-* (ex., *gradir/grade(s)cer*, *falir/fale(s)cer*, *guarnir/guarne(s)cer*, *bastir/abaste(s)cer* etc.), que tinha um significado incoativo; esses verbos, como mostram os exemplos, assumiram a conjugação em *-er* e semicategoricamente formavam o participio em *-ido*; isso reforçou a associação entre a conjugação em *-er* e o participio em *-ido*.

Huber (1986[1933]), baseado em um *corpus* que inclui praticamente todos os textos arcaicos já descobertos, atesta no PA a predominante regularidade dos participípios fracos (arrizotônicos) em *-ado*, *-udo* e *-ido*, e afirma o seguinte em relação aos participípios rizotônicos:

O port. ant. conhece os seguintes participípios fortes (acentuados no radical): 1. em *-s*: *preso* < pe(n)su, *despeso* ‘gasto’ < dispe(n)su. – 2. em *-t*: *cinto* e *junto* § 215, 1, *dito* (1214) < dictu, *bêito* § 214, 1, *feito* § 81, *treito* (C.M. 78) < tractu, *colbeito* < collectu e pelo modelo deste *tolbeito*, uma vez que também o infinitivo *tolber* se transformou pelo modelo de *colber* < colligere; *aberto*, *encoberto*, *encuberto* (já adj.) < in-copertu, *morto*; *quisto* < *quaestu em vez de *quesitu* (E. § 195) com analogia da vogal do radical ao pret. perf. definido *quis* (§ 402, 4) *visto* (a par de *veudo*, *viudo*) < *vistu em vez de *visu* (E. § 195). A este grupo pertencem também *ido* < itu e *nado* (a par de *nacido*) < natu. *Aposto* < appos(i)tu é adjetivo ou advérbio (§§ 188, 2; 323).

Portanto, Huber (1986[1933]) não chega a registrar sequer duas dezenas de formas rizotônicas no PA.

Por outro lado, uma investigação empreendida com base nas obras dos príncipes de Avis (*Livro da Montaria*, *Leal Conselheiro*, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*, *Livro dos Ofícios*) (Almeida, 1981) – um dos *corpus* mais representativos do português clássico renascentista – revelou a seguinte lista de participípios rizotônicos:

Quadro 1 – Derivação dos participípios rizotônicos no período clássico

<p><i>aberto</i> (<apertum; aprire), <i>absorto</i> (<absol(u)tum³; absolvere), <i>abstracto</i> (<abstractum, abstrahere), <i>aceito</i> (<acceptus, accipere), <i>acesa</i> (<acce(n)sum; accendere), <i>afecto</i> (<affectum; afficere), <i>afliço</i> (<afflictus; affligere), <i>grato</i> (<gratum adj.), <i>atento</i> (<attentus, attendere), <i>bento</i> (<ben(edic)tum; ben(edic)ere), <i>cativo</i> (captivum; captivare), <i>cego</i> (<caecum adj.), <i>cheio</i> (<*che(n)um⁴ <plenum; implere > encher), <i>coberto</i> (<coopertus; cooperire), <i>concluso</i> (<conclusum; concludere), <i>confuso</i> (<confusum; confundere), <i>convicto</i> (<convictum; convincere), <i>correcto</i> (<correctum; corrigere), <i>corrupto</i> (<corruptum; corrumpere), <i>culto</i> (<cultum; colere), <i>defeso</i> (<defe(n)sum; defendere), <i>descalço</i> (<1PIndP; descalçar <decalcare), <i>directo</i> (<directum; dirigere), <i>disperso</i> (<dispersum; dispergere), <i>dissoluto</i> (<dissolutum; dissolvere), <i>distinto</i> (<distinctum; distinguere), <i>eleito</i> (<electum; eligere), <i>emerso</i> (<emersum; emergere), <i>envolto</i> (<invol(u)tus; involvere), <i>enxuto</i> (<exsuctum; exsuccare), <i>erecto</i> (<erectum; erigere), <i>escuro</i> (<obscurum adj.), <i>exausto</i> (<exhaustum; exhaurire), <i>expresso</i> (<expressum; exprimere), <i>expulso</i> (<expulsum; expellere), <i>extinto</i> (<extintum; extingere), <i>farto</i> (<fartum; farcire), <i>fixo</i> (<fixum; figere), <i>frito</i> (<frictum; figere), <i>ganbo</i> (<1PIndP; ganhar <gaagnar <*waidānjan), <i>gasto</i> (<1PIndP; gastar <vastar <vastum adj.), <i>imerso</i> (<immersum; immergere), <i>impresso</i> (<impressum; imprimere), <i>incluso</i> (<inclusum; includere), <i>incurso</i> (<incursum; incurrere), <i>infecto</i> (infectum; inficere), <i>inquieta</i> (<inquietum; inquietare), <i>inserto</i> (<insertum; inserire), <i>isento</i> (<exemptum; eximere), <i>junto</i> (<junctum; jungere), <i>liberto</i> (<libertum adj.), <i>limpo</i> (<limp(id)um adj.), <i>manifesto</i> (<manifestum; *manifestere), <i>morto</i> (<mortuus; morior), <i>murcho</i> (<murcho adj.), <i>nado/nato</i> (<natum; nascere), <i>oculto</i> (<occultum; occultare), <i>omisso</i> (<omissum; omittere), <i>opresso</i> (<opressum; oprimerere), <i>pago</i> (<1PIndP; pagar <pacare), <i>perdo</i> (<1PIndP; perder <perdere), <i>perverso</i> (<perversum; pervertere), <i>preso</i> (<pre(n)sum; prendere), <i>pretense</i> (<pretensum; pretendere), <i>repulso</i> (<repulsum; repellere), <i>restrito</i> (<restrictum; restringere), <i>revolto</i> (<revol(u)tum; revolvere), <i>roto</i> (<ruptum; rumpere), <i>salvo</i> (<salvum adj.), <i>seco</i> (<siccum adj.), <i>seguro</i> (securum adj.), <i>sepulto</i> (<sepultum; sepelire), <i>sito</i> (<situm; sinere), <i>solto</i> (<sol(u)tum; solvere), <i>submerso</i> (<submersum; submergere), <i>submisso</i> (<submitsum; submittere), <i>sujo</i></p>

³ Síncopa do *u* átono e alternância das líquidas *r* e *l* (rotacismo).

⁴ O grupo *-pl-* sofreu palatalização e se transformou em *-ch-* (primeiro com som de [tʃ], depois, [ʃ]). A raiz **plere* aparecia sempre prefixada em verbos como *complere*, *implere*, *replere*, *explere*, *opplere*.

(<suci(d)um adj.), *sujeito* (<subjectum; subicere), *surto* (sur(re)ctum; surgere), *surpreso* (<su(pe)rprehensum; superprehendere), *suspeito* (<suspectum; suspicere), *suspense* (<suspensum; suspendere), *tinto* (<tinctum; tingere), *torto* (<tortum; torquere), *vago* (<vagum adj.).

Fonte: Queriquelli (2016, p. 169).

Dos 85 participios que constam nessa lista, 80 são derivados de suas formas latinas, sendo 78 por derivação erudita (ou a partir do participio, ou a partir do adjetivo latino que derivara um verbo) e apenas dois por derivação popular (*sujo* e *cheio*), embora a analogia *implere/plenum* > *encher/cheio* possa ser considerada uma derivação semierudita. Os outros 5 participios da lista foram formados a partir de 1PIndP (*descaço*, *ganho*, *gasto*, *pago* e *perco*), o que mostra que esse processo já estava ativo por volta do século XV.

Além disso, dos 78 participios formados por derivação erudita a partir de radicais latinos clássicos, 25 deles são eles mesmos os radicais de seus novos verbos portugueses, que apresentam isomorfia entre 1PIndP e o participio rizotônico. É o caso de: *aceito* (1PIndP e participio de *aceitar*, e não de *accipere*), *cego* (1PIndP e participio de *cegar*, sem verbo latino correspondente), *disperso* (1PIndP e participio de *dispersar*, e não de *dispergir* <*dispergere*), *expresso* (1PIndP e participio de *expressar*, e não de *exprimir* <*exprimerè*), *expulso* (1PIndP e participio de *expressar*, e não de *expelir* <*expellere*), *farto* (1PIndP e participio de *fartar-se*, e não de *farcire*). O mesmo vale para *fixo*, *frito*, *infecto*, *isento*, *junto*, *liberto*, *limpo*, *manifesto*, *oculto*, *salvo*, *seco*, *seguro*, *sepulto*, *solto*, *sujeito*, *surto* e *suspeito*.

Desses resultados podemos inferir que há uma forte probabilidade de que os processos de derivação erudita intensificados no período do português clássico tenham dado início à tendência crescente de avaliação social positiva para os participios rizotônicos em contextos formais, dado constatado ainda nos dias de hoje por Miara (2013) e Miara e Coelho (2016). Em outros termos, foi a partir do renascimento português (o dito período clássico da língua portuguesa) que seus falantes passaram a ver as formas rizotônicas (*feito*, *aberto*, por exemplo) como mais elegantes do que as arrizotônicas (*fazido* e *abrido*, por exemplo).

Se considerarmos que os textos do período clássico (do qual *Os Lusíadas*, a propósito, faz parte) foram a base para a tradição portuguesa de gramáticas prescritivas que até hoje elogiam o uso do participio rizotônico, especialmente quando acompanhado dos auxiliares *ser*, *estar* e *ficar*, essa hipótese ganha ainda mais força. Afinal, isso gera um processo em cadeia: gramáticas prescritivas recomendam o uso da forma rizotônica; logo, os manuais de educação básica tradicionalmente endossam essa recomendação, inclusive ridicularizando o uso de certas formas arrizotônicas (como *fazido*, *abrido* etc.).

Ciente disso, em contextos formais, o falante generaliza essa regra, agindo muitas vezes por hipercorreção: às vezes, mesmo quando a norma padrão prescreveria a forma arrizotônica, o falante usa a outra variante (e.g., *ele tinha salvo o arquivo* em vez de *tinha salvado*), julgando *grosso modo* que a forma “mais curta” é a mais certa; outras vezes, ele busca a forma “mais curta” no seu inventário, mas não a encontra, e então acessa os padrões morfológicos que a língua dispõe para “gerar” uma forma rizotônica. Ele se pergunta: existe um padrão *ativo na língua* para derivar formas semelhantes a *feito* (*fazer*), *revolto* (*revolver*), *aceso* (*acender*) *submerso* (*submergir*)? Provavelmente ele concluirá que não há os sufixos derivacionais *-to* e *-so* disponíveis na língua de hoje para tal formação. Mas então nosso falante se perguntará inconscientemente: ora, para *aceito*

FLP 20(1)

(*aceitar*), *atento* (*atentar*), *descalço* (*descalçar*), *disperso* (*dispersar*), *expulso* (*expulsar*), *fixo* (*fixar*), *junto* (*juntar*), *repulso* (*repulsar*), *salvo* (*salvar*), *solto* (*soltar*), *pago* (*pagar*), existe sim um padrão bem perceptível: *eu aceito* > *eu tinha aceito*; *eu expulso* > *eu tinha expulso*; *eu salvo* > *eu tinha salvo* etc. Em consequência, quando não há a forma clássica disponível no léxico do seu idioleto ou quando ela simplesmente não existe, – em vez de usar a forma regular, por medo de errar (já que “é feio falar *abrido*”, mas ele simplesmente não adquiriu *aberto*) – ele acaba criando um novo particípio rizotônico espelhado na 1PIndP (por exemplo, “*Tinha abro essa exceção*”, como vimos nos dados autênticos acima). Eis o que será aprofundado na próxima seção.

3 A GÊNESE DA NOVA VARIANTE RIZOTÔNICA ESPELHADA NA PRIMEIRA PESSOA

Já temos, portanto, uma hipótese bastante plausível para explicar por que as formas rizotônicas são mais bem avaliadas socialmente hoje do que as arrizotônicas. No entanto, como surgem na língua essas variantes rizotônicas inovadoras espelhadas em 1PIndP? De que maneira o sistema passa a admitir essa possibilidade? Acredito que diferentes processos de derivação verbal ocorridos ainda nos períodos do romance ibérico e do português arcaico sejam a chave para essa questão. Particularmente, suspeito que os verbos de aspecto intensivo – como explicarei adiante – sejam largamente responsáveis por engendrar esse processo.

Os particípios têm um estatuto misto: fazem parte de paradigmas verbais, mas também são adjetivos. Assim sendo, têm uma vida semi-independente em relação aos verbos. Os verbos podem cair em desuso e, mesmo assim, os particípios correspondentes podem sobreviver, quer como particípios (eventivos) quer como adjetivos. Como observa Souza (2011), isso é muito menos comum com outras formas verbais, mas não é raro de ocorrer com particípios, que podem muito bem ser as únicas formas restantes de um paradigma verbal. Exemplos:

Quadro 2 - Formas participiais subsistentes no português

(† <i>accipio</i> , <i>accipĕre</i> , <i>accēpi</i>), <i>acceptum</i> .	Ptg. <i>aceito</i> , part.
(† <i>quiesco</i> , <i>quiescĕre</i> , <i>quievi</i>), <i>quietum</i> .	Ptg. <i>quieto</i> , adj.
(† <i>promō</i> , <i>promĕre</i> , <i>prompsi</i>), <i>promptum</i> .	Ptg. <i>pronto</i> , adj.
(† <i>censĕo</i> , <i>censĕre</i> , <i>censūi</i>), <i>censum</i> .	Ptg. <i>censo</i> , subst.
(† <i>lugĕo</i> , <i>lugĕre</i> , <i>luxi</i>), <i>luctum</i> .	Ptg. <i>luto</i> , subst.

Fonte: Souza (2011, p. 13).

Outros exemplos lembrados por Laurent (1999) são as formas *certum* (> certo), de *cerno* ‘peneirar’, e *castum* (> casto), de *careo* ‘carecer, abster-se’.

No entanto, os particípios não derivam apenas particípios eventivos, adjetivos ou substantivos, mas podem também derivar novos verbos. Para compreender isso numa perspectiva da história linguística românica, é necessário ter em conta que os verbos latinos tinham, pelo menos, três radicais diferentes. Tomemos o exemplo do verbo *laudo*:

Quadro 3 - Radicais dos verbos latinos (ex.: verbo *laudo*)

Radical do presente (<i>infectum</i>):	<i>laudā-</i>	Tempos do aspecto <i>infectum</i>
Radical do perfeito (<i>perfectum</i>):	<i>laudā-v-</i>	Tempos do aspecto <i>perfectum</i>
“Terceiro radical” (Aronoff, 1994):	<i>laudā-t-</i>	Particípio perfeito: <i>laudātus, a, um</i>
		Particípio futuro ativo: <i>laudātūrus, a, um</i>
		Supino: <i>laudātu(m)</i>

Fonte: Queriquelli (2016, p. 162).

Na deriva das línguas românicas, eventualmente os verbos se formaram a partir dos radicais do *infectum* ou do *perfectum*, mas muitos verbos derivaram do terceiro radical, convencionalmente chamado de radical do supino, dando origem a novos verbos. Segundo Aronoff (1994, p. 46), havia três tipos de verbos derivados com base no “terceiro radical” dos verbos latinos: desiderativos, iterativos (ou frequentativos) e intensivos. Os primeiros se formavam pelo acréscimo do sufixo *-urio* ao radical e exprimiam desejo, vontade. Assim se formaram os verbos românicos *esurio* ‘estou com fome’, de *esum*, particípio de *edo* ‘comer’; *parturio* ‘começar a dar à luz’, de *partum*, particípio de *pario* ‘conceber’. Os segundos se formavam com o sufixo *-ito*, pertenciam à 1.^a conjugação e significam geralmente a repetição iterativa do que significava o verbo primitivo. Assim, *dico* ‘dizer’, pelo particípio *dictum*, derivou *dictito* ‘tagarelar’. Os últimos eram formados simplesmente acrescentando terminações da 1.^a conjugação, com a vogal temática *-ā-* à forma atemática do terceiro radical. Listo aqui alguns exemplos de verbos intensivos surgidos a partir de particípios:

- **cantar**, que surgiu de *canto* (***cantum***), antigo particípio de *cano* (*cano, canere, cecini, cantus*).
- **expulsar**, que surgiu de *expulso* (***expulsum***), antigo particípio de *expelir* (*expello, expellere, expuli, expulsus*).
- **juntar**, que surgiu de *junto* (***juntum***), antigo particípio de *jungir* (*jungo, jungere, junxi, junctus*).
- **findar**, que surgiu de *findo* (***finitum***), antigo particípio de *finio* (*finio, finire, finivi, finitus*).
- **fixar**, que surgiu de *fixo* (***fixum***), antigo particípio de *figo* (*figo, figere, fixi, fixus*).
- **aceitar**, que surgiu de *aceito* (***acceptum***), antigo particípio de *accipio* (*accipio, accipere, accepi, acceptus*).

O particípio que originou esse novo verbo, também passou a ser particípio dele, embora também surgisse uma nova forma arrizotônica (e.g., *aceito* > *aceitar* > part. *aceito* e *aceitado*). Entretanto, a isomorfia entre o particípio rizotônico (e.g., *aceito*) e a 1PIndP (eu *aceito*) passa a ser sistematizada pelos falantes, dando origem a um processo de sincretismo direcional.

3.1 Sincretismo direcional

Conforme Souza (2011, p. 6), uma propriedade frequente dos sistemas flexionais é o fato de que “[...] duas ou mais células do paradigma de um lexema podem ter uma coincidência em forma, embora sua função não coincida. Esse é o chamado

sincretismo [...]” Um exemplo desse tipo de situação é a encontrada nos casos de etimologia popular em que:

[...] uma semelhança no significante é ancorada numa palavra fazendo com que haja uma alteração leve no significante de acordo com o que é sentido pelos falantes como algo relacionado. Por exemplo, a expressão *casa geminada*, em que *geminado* está relacionado etimologicamente à palavra *gêmeo*. Como para boa parte dos falantes essa ligação é opaca, alguns acabam alterando a forma do adjetivo para *germinada*, que embora não faça sentido semanticamente, já que as casas não germinam, pelo menos fornece uma associação com um significante existente. (Souza, 2011, p. 6)

Esse conceito é visto com certa crítica pela morfologia distribuída, encabeçada por Halle e Marantz (1993), segundo os quais nenhuma situação de sincretismo é arbitrária, sendo sempre baseada na existência de traços morfossintáticos comuns ou de *defaults*. Conforme essa análise, então, os participípios rizotônicos emergentes seriam formas *default* baseadas em 1PIndP mais morfemas de gênero e número – ou, conforme a análise de Mattoso Câmara (1975) que mencionei na abertura desta seção, baseadas no radical do infinitivo e eventuais alomorfas mais vogal temática nominal (e só depois em morfemas de gênero e número). No entanto, segundo Souza (2011), esse tipo de análise teria problemas para explicar certas evidências de sincretismo: por exemplo, o fato de que esse participípio rizotônico emergente não concorda em gênero e número, e só é possível na voz ativa⁵.

Portanto, caso se trate realmente de um sincretismo e ele seja direcional, “podemos formalizar o que ocorre através de uma regra de remissão em operação nesses casos” (Souza, 2011, p. 6). Logo, é preciso identificar a qual célula do paradigma o participípio remete. Essa forma à qual o participípio tende a se assimilar pode ser considerada seu *atrator*, que determina a *direção* do sincretismo.

Uma vez que esse participípio não concorda em gênero e número, e só aparece na voz ativa, ou seja, uma vez que ainda não são possíveis as flexões *fala**, *falos** e *falas** ou *escreva**, *escrevos** e *escrevas**, o único atrator possível é a forma de 1PIndP. A probabilidade de que a forma de 1PIndP seja o atrator para esse sincretismo direcional pode ser endossada pelo conceito de ilha de confiabilidade, proposto por Albright (2002, p. 686):

One method of hypothesizing rules for a morphological change is the *minimal generalization* algorithm, sketched by Pinker and Prince (1988:130–34) and developed further by Albright and Hayes (2002). The premise of this approach is that language learners explore the space of possible phonological environments, looking for those that have especially high reliability for a given change. An environment is said to be an *island of reliability* when its reliability value is higher than the general reliability of a change.

Assim, considerando que os falantes nativos encontraram uma ilha de confiabilidade na forma de 1PIndP, estaríamos diante de um caso de sincretismo direcional, “em que o participípio espelha a primeira pessoa do singular do presente do

⁵ Usando os exemplos vernáculos que expus antes, podemos encontrar “eu tinha *falo* de uma sorveteria que era super famosa”, mas por enquanto ainda não encontramos “a sorveteria que foi *fala** por mim é famosa”; encontramos “Eu tinha *escrevo* mais coisas”, mas ainda não encontramos “mais coisas foram *escrevas** por mim”.

indicativo do verbo” (Souza, 2011, p. 8). Trata-se de um caso mencionado em Baerman (2005, p. 823), uma situação que é “*clearly systematic and that involves morphosyntactic values so remote from each other that any account in terms of natural classes would void the notion of any explanatory value.*” Por isso, uma análise baseada em subespecificação e *defaults* seria inviável.

3.2 Como essa nova variante se torna produtiva no PB

Agora, ciente da agência do sincretismo direcional na formação do particípio rizotônico em análise, podemos traçar o seguinte *cline*:

1. Os particípios têm uma vida paralela aos verbos; muitas vezes os verbos podem desaparecer, e seus particípios, sobreviver, dando origem a novos verbos. Isso aconteceu na história românica, principalmente com verbos intensivos⁶.
2. O particípio que originou esse novo verbo, também passou a ser particípio dele, embora também surgisse uma nova forma arrizotônica (e.g., *aceito* > *aceitar* > part. *aceito* e *aceitado*).
3. Entretanto, a isomorfia entre o particípio rizotônico (e.g., *aceito*) e a 1.^a sing. do ind. presente (*eu aceito*) passa a ser sistematizada pelos falantes, dando origem a um processo de sincretismo direcional.
4. Outros verbos que não apresentavam isomorfia entre o particípio rizotônico e a 1PIndP, por esse processo, passam a derivar particípios espelhados nesta última forma (e.g., *ganho*, *pego*, *gasto*, *pago*⁷).
5. Verbos abundantes cujo particípio rizotônico era derivado do antigo particípio latino (radical do supino), como *fazer*, passam a ter até três particípios: *fazido*, *feito* e *faço*. O mesmo para *escrever*: *escrevido*, *escrito* e *escrevo*.

FLP 20(1)

3.3 Os verbos intensivos e sua especialização em construções passivas

Mas por que os demais radicais desses verbos desaparecem e só sobrevive o radical do particípio? Aparentemente, a resposta está no fato de que esse tipo de verbo (intensivo) passou a ser usado, no romance, predominantemente em construções passivas, que nessa época já eram mormente analíticas (verbo *ser* + particípio).

Conforme debati em Queriquelli (2016), a partir de Posner (1996), Pinkster (2015), Nunes (1991), Neves (2014) e Ferrari Neto et al. (2010), no século IV d.C., a passiva românica tinha se tornado perifrástica, como se pode compreender no esquema a seguir:

⁶ Vimos os seguintes exemplos antes: *cantar*, que surgiu de *canto* (*cantum*), antigo particípio de *cano*; *expulsar*, que surgiu de *expulso* (*expulsum*), antigo particípio de expelir (*expellere*); *juntar*, que surgiu de *junto* (*juntum*), antigo particípio *jungere*; *findar*, que surgiu de *findo* (*finitum*), antigo particípio de *finire*; *fixar*, que surgiu de *fixo* (*fixum*), antigo particípio de *figere*; *aceitar*, que surgiu de *aceito* (*acceptum*), antigo particípio de *accipere*.

⁷ Pode ser que *pago* tenha surgido a partir do substantivo deverbal *paga* (arcaico). Contudo, mesmo que essa tenha sido a origem, o fato é que essa forma também conflui para o processo de sincretismo direcional ligado à forma da 1PIndP.

Quadro 4 – Passiva no paradigma clássico e no paradigma românico

Paradigma clássico	Paradigma românico
expellor = <i>sou expulso</i> expulsus sum = <i>fui expulso</i>	expellor (†) expulsus sum = <i>sou expulso</i> expulsus fuit = <i>fui expulso</i>

Fonte: Queriquelli (2016, p. 162).

Assim, a partir desse período em diante, particularmente no caso de verbos de aspecto intensivo, que por questões semânticas ligadas aos seus papéis temáticos se especializaram em construções passivas⁸, encontrávamos os verbos intensivos apenas em construções como:

- 8) Aristides **expulsus** est patria quod justus fuit (Cyriacus Morelli, *Rudimenta*, p. 374)
Aristides foi expulso da pátria porque foi justo

Mas raramente (talvez nunca) em construções como:

- 9) Aliqui Aristidem patria **expulit** (†) ...
Alguém expulsou Aristides da pátria ...

O mesmo se pode dizer dos seguintes exemplos:

- 10) Matrimonio **junctus** est Nis (*Lexicon Syriacum*, p. 314)
Nise foi juntado/se juntou em matrimônio
- 11) Pater matrimonio Nisem **junxit** (†)
O padre uniu/jungiu Nise em matrimônio
- 12) Ille pro vobis **fixus** est in cruce (*Commentaria in Vetus et Novum Testamentum*, XXII)
Ele foi fixado na cruz por vocês
- 13) Aliqui pro vobis illum **figit** in cruce (†)
Alguém o fixa na cruz por vocês

Quando novos verbos como *expulsar*, *juntar* e *fixar* surgem, seu participípio consequentemente já nasce também espelhado na 1PIndP:

- *eu expulso/ eu tinha expulso*
- *eu junto/ eu tinha junto*
- *eu fixo/ eu tinha fixo*

Esse processo, ao lado de outros, faz surgir a regra de produtividade de novos participípios rizotônicos espelhados na 1PIndP, que já na época do português clássico se observa espalhada para outros verbos e hoje em dia se encontra em franca ascensão. Essa é uma hipótese que encontra eco em Sousa (2011) e Albright (2002), no entanto

⁸ Por razões semelhantes, o latim desenvolveu verbos depoentes a partir de verbos indoeuropeus que só se comportavam na voz média (reflexiva), que compartilhava o mesmo paradigma da passiva (cf. Baldi, 1975).

ainda carece de um maior volume de dados empíricos que a sustentem com alguma segurança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, levantei basicamente duas questões: de onde vem a avaliação social e/ou estilística positiva para formas participiais rizotônicas; e como surge a emergente variante participial rizotônica no PB, aparentemente nova, formada a partir de 1PIndP.

Com relação à primeira questão, vimos que o início dessa valorização das formas rizotônicas deve estar correlacionado aos processos de derivação erudita intensificados durante o período do “português clássico”, por volta dos séculos XV e XVI, quando os radicais latinos clássicos (entre eles, os participios rizotônicos) foram exaustivamente injetados na língua, com evidente conotação prestigiosa. Quanto à segunda pergunta, ao que parece, essa variante surge ainda no romance, a partir de – entre outros processos – verbos de aspecto intensivo, que – acreditamos – eram usados exclusivamente em construções passivas, fazendo com que somente o radical participial permanecesse na língua, derivando assim novos verbos a partir dele, sendo que tais novos verbos nasciam com o participio rizotônico idêntico à forma de 1PIndP.

A resposta que encaminhamos para a primeira pergunta dispõe de um embasamento empírico mais robusto, ao passo que a resposta esboçada para a segunda pergunta ainda carece de dados factuais mais consistentes, embora encontre respaldo em outros estudos.

FLP 20(1)

REFERÊNCIAS

- Albright A. Islands of reliability for regular morphology: evidence from Italian. *Language*. 2002;78(4):684-709.
- Almeida L, editor. *Obras dos Príncipes de Avis: Livro da Montaria, Leal Conselheiro, Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela, O Livro da Virtuosa Benfeitória, Livro dos Ofícios*. Introd. e revisão de Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores; 1981.
- Aronoff M. *Morphology by itself: stems and inflectional classes*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press; 1994.
- Baerman M, Brown D, Corbett GG. *The syntax-morphology interface: a study of syncretism*. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.
- Baldi P. Remarks on the latin R-form verbs. *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung*. 1975;90(1):222-57.
- Ferrari Neto J, Silva CRT, Fortes F. A interpretação passiva/indeterminada de construções com a partícula *se*. *DLCV*, 2010, jan./jun.;7(1):39-56.
- Halle M, Marantz A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: Hale K, Keyser SJ, editores. *The view from building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press; 1993.

Harris-Northall R. The Old Spanish participle in *-udo*: its origin, use, and loss. *Hispanic Review*, 1996, winter;64(1):31-56.

Huber J. Gramática do português antigo. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1986[1933].

Ilari R. Linguística Românica. 2ª ed. São Paulo: Ática; 1997.

Laurent R. Past participles from Latin to Romance. Oakland: University of California Press; 1999.

Mattoso Câmara Júnior JM. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão; 1975.

Miara FLJ. Participípios duplos: usos, desusos e alguns “intrusos”. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2013.

Miara FLJ, Coelho IL. Participípios duplos: norma, avaliação e uso escrito. *Cadernos de Letras da UFF*. 2016, jan.;25(51). [citado 09 mai. 2018]. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/224>.

Neves G. A voz passiva no latim vulgar. *Ciberdúvidas da língua portuguesa*, 10 dez. 2014. [citado 26 mar. 2015]. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=32908>.

Nunes J. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 1991, jan./jun.;20(1):33-58.

Pinkster H. *Oxford Latin syntax, volume 1: the simple clause*. Oxford: OUP Oxford; 2015.

Posner R. *The romance languages*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996.

Queriquelli LH. Permanências e reincidências latinas do português brasileiro: uma proposta de ensino de latim via linguística histórica. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2016.

Souza PC. Participípios atemáticos no PB: um processo paradigmático. *ReVEL*. 2011; esp.ed.(5):1-30. [citado 25 ago. 2015]. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_esp_5_participios_atematicos_no_pb.pdf.

FLP 20(1)

Competência morfológica e gênese histórica: limites entre diacronia e sincronia*

Morphological competence and historical genesis: boundaries between diachrony and synchrony

Maurício Resende**

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Resumo: O presente trabalho advoga em favor de uma releitura de algumas operações morfológicas do português ancorando-se em uma abordagem sincrônica, mas levando em conta alguns aspectos da gênese histórica das palavras (ou seja, diacrônicos) sob a forma de um traço de categoria [±ERUDITO]. Para tanto, este trabalho discute características epistemológicas e metodológicas das linguísticas sincrônica e diacrônica com vistas a tornar essa interface possível. Em seguida, este artigo tece considerações a respeito do papel do latim na composição do léxico português tanto como língua-mãe quanto como língua de adstrato permanente. Finalmente, este trabalho analisa o comportamento morfológico dos sufixos *-al*, *-ar* e *-(i)dade* com o intuito de demonstrar a aplicabilidade da análise defendida. Em suma, o presente artigo defende que, ao conceber que a formação de palavras é sensível a aspectos da gênese histórica do léxico, é possível fornecer explicações de uma maneira mais elegante e sistemática para uma série de fenômenos tratados como idiossincráticos.

Palavras-chave: Linguística Diacrônica. Gênese Histórica. Morfologia. Léxico do português.

FLP 20(1)

Abstract: This paper proposes a review of some Portuguese morphological processes relying on a synchronic approach, but taking into account some aspects from the historic genesis of words (that is, diachronic ones) under the form of the [±ERUDITE] feature. Thus, the present work discusses epistemological and methodological characteristics of both synchronic and diachronic linguistics, aiming at making this interface workable. Afterward, this paper makes some remarks on the role of Latin in the composition of Portuguese lexicon as both mother-language and adstratum-language. Finally, this work analyzes the morphological behavior of three Portuguese suffixes – *-al*, *-ar* e *-(i)dade* – in order to show the applicability of the proposed analysis. In short, this paper argues that, by considering that word formation is sensitive to historic genesis aspects, it is possible to provide explanations in a more elegant and systematic way for a range of phenomena, treated as idiosyncratic.

Keywords: Diachronic Linguistics. Historical Genesis. Morphology. Portuguese Lexicon.

* Agradeço ao Mário Viaro, à Alina Villalva e, mais especialmente, ao Emílio Pagotto pela leitura de versões anteriores deste trabalho e por suas sugestões e comentários. Um agradecimento especial também ao Rodolfo Ilari pelas conversas sobre diacronia e por seus apontamentos neste artigo; contudo, qualquer problema ou inadequação que tenha eventualmente permanecido é de minha inteira responsabilidade.

** Doutrando em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil; mauricio_resende@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cisão entre diacronia e sincronia é muito antiga dentro dos estudos linguísticos¹, e a instituição dessa dicotomia (firmada pelo próprio Saussure) tem levado os linguistas não somente a adotarem metodologias de pesquisa (e de análise) distintas, mas também a se inscreverem em diferentes campos de investigação dentro da Linguística. Uma das principais asserções que fundamenta a separação entre linguística sincrônica e diacrônica é a de que a compreensão do desenvolvimento histórico-linguístico de uma dada língua ao longo do tempo não é suficiente (e, às vezes, nem mesmo necessária) para explicar os fenômenos linguísticos dessa mesma língua em um recorte sincrônico.

Em outras palavras, a apreensão dos fenômenos linguísticos em diferentes momentos históricos assim como a consciência de estágios anteriores de uma dada língua estariam ausentes da competência linguística do falante nativo dessa mesma língua na sincronia; no entanto, alguns estudos mais recentes (sobretudo no âmbito da Morfologia) têm chamado a atenção para o fato de que a estrutura interna das palavras não somente espelha suas raízes históricas, mas também reflete as tendências evolutivas da língua.

Mais especificamente, ainda que, no plano sincrônico, o falante nativo não tenha conhecimento explícito e consciente a respeito de estágios anteriores da língua ou da origem das palavras, não é totalmente verdade que a sua competência linguística não dispõe de algum tipo de informação diacrônica ou de gênese histórico-lexical que incide sobre sua criatividade/produktividade/intuição linguística, principalmente nos domínios da morfologia.

A ideia de que a competência morfológica do falante contém algum tipo de informação que é sensível a estágios anteriores da língua não é nova. Câmara Jr. (1970), com vistas a explicar a ocorrência de três formas plurais (-ãos, -ães e -ões) para um única estrutura singular em -ão, lança mão de uma “forma teórica” (que, *grasso modo*, reflete a forma que um dado radical tinha em português arcaico – fruto da evolução de estruturas latinas) que descreve de maneira sistemática a relação entre o singular e a sua forma de plural.

A respeito disso, contudo, duas coisas devem ficar claras. Primeiramente, Câmara Jr. (1970) não trata essa forma teórica no mesmo sentido que a presente análise; na verdade, o autor afirma, inclusive, que este é um fenômeno sincrônico e que não se relaciona com a história derivacional/flexional da língua. A relação com a diacronia é estabelecida no presente trabalho. Em segundo lugar, nem todos os autores tratam a questão dos plurais em -ão (sobretudo diacronicamente) na alçada da morfologia; alguns, diferentemente, abordam-na no âmbito da fonética/fonologia;

¹ Agradeço igualmente a um dos pareceristas anônimos por me lembrar que a pancronia já é um conceito plenamente aceito dentro de abordagens funcionalistas – cf., por exemplo, Neves (1997); contudo, o objetivo central deste artigo é explorar, sobretudo, a relação entre a ‘forma’ das palavras e a competência morfológica/linguística do falante nativo; assim, nessa perspectiva, uma abordagem biopsicologizante da linguagem me parece muito mais adequada. De todo modo, comparar diferentes abordagens para esse fenômeno iria muito além dos propósitos deste estudo, ainda que deva ficar claro que a abordagem defendida neste trabalho não é a única possível – cf., por exemplo, Gonçalves (2016) para uma análise dentro da Morfologia Construcional.

esse é o caso, por exemplo, de Williams (1961) e de Mattos-e-Silva (2006).

Adicionalmente, no domínio da morfologia derivacional, Rocha (1998) (entre outros) faz referência à “lexicalização rizomórfica” (e/ou “rizomorfêmica”) que respeita à duplicidade de formas, uma presa (equivalente a um estágio anterior da língua) e outra livre, que um mesmo radical apresenta no cotejo da formação de palavras – o que pode ser visto nos pares *boca/bucal*, *cabelo/capilar*, *maduro/imaturo* etc.

Paralelamente a esses casos, Rio-Torto (2014) entende que as condições etimológicas e/ou históricas regem algumas combinações preferenciais entre componentes marcados com o traço [+ERUDITO] em contraste com combinações com o traço [-ERUDITO]; sob essa perspectiva, a autora mostra que existem certas estruturas morfológicas que são compatíveis com radicais (ou afixos) eruditos (isto é, refletem a forma latina – e/ou grega), tais como *arbóreo*, *vinicultura*, *dulcificar*, ao lado de estruturas que combinam preferencialmente bases e afixos nativos, ou seja, com o traço [-ERUDITO], como em *arvoredo*, *vinhedo* e *adoçante* respectivamente.

Dadas essas considerações, o objetivo deste estudo é analisar de uma maneira mais sistemática se, de fato, a gênese histórica e/ou etimológica das peças morfológicas do léxico português preconiza algum tipo de estrutura (ou impõe algum tipo de restrição) sobre as operações morfológicas subjacentes à competência linguística do falante nativo na sincronia. Para tanto, o presente trabalho primeiramente faz uma breve retomada do percurso histórico do léxico do português – atentando para o papel do latim na sua formação, em diferentes momentos – e, em seguida, analisa o grau de compatibilidade de algumas estruturas morfológicas do português, discutindo se a duplicidade de formas das peças morfológicas está, de fato, lexicalizada – como defende Rocha (1998).

FLP 20(1)

2 O LATIM NA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO PORTUGUÊS

De maneira geral, “latim” é, na verdade, um rótulo que recobre diversas variedades linguísticas presentes e atuantes na constituição do Império Romano e, debruçar-se sobre a formação histórica da língua portuguesa requer atenção especial para duas dessas variedades, quais sejam, o *latim clássico* e o *latim vulgar*. Esta diz respeito à língua falada pelo povo, língua vernácula da maioria da população romana, com pouquíssimos e fragmentados registros escritos, além de ser a variedade empregada como língua de dominação, isto é, aquela levada pelos soldados aos povos conquistados. Em oposição, aquela era uma língua artificial, reservada à escrita da elite – sobretudo à escrita literária – e consistia em uma variedade linguística monitorada e não dinâmica, com preocupação estética.

No âmbito dos estudos de linguística românica, afirma-se consensualmente que a variedade que deu origem ao português – e às outras línguas românicas – foi a do latim vulgar, mediante transmissão oral, seja por situações de dominação seja por instâncias de aquisição da linguagem (como primeira ou segunda língua). Naturalmente, em uma visão macroscópica, com o passar dos séculos, uma língua transmitida oralmente, não assegurada por uma variedade escrita e sujeita tanto a constantes influências linguísticas de contato com diferentes línguas quanto a instabilidades territoriais acabou por fomentar a formação de muitos dialetos de tal sorte que, em um dado momento, essa dialeção ensejou o surgimento de falares

intercompreensíveis entre si, o que culminou na formação de novas línguas.

Além disso, em paralelo ao desenvolvimento linguístico do latim vulgar, a variedade clássica exerceu influência ímpar na constituição do português em diferentes momentos históricos, sobretudo por ter se conservado como uma variedade linguística sinônima de cultura, prestígio e poder. Assim, consensualmente considerado como língua de adstrato permanente, o latim clássico – ao lado do grego – serviu (e continua servindo) tanto de fonte de radicais e afixos quanto de molde para as estruturas morfológicas do português, sobretudo para cunhar palavras que nomeiam técnicas e objetos relacionados aos campos tecnológico e científico, tais como *bicicleta*, *mamífero* etc.².

Na verdade, as formas latinas reinseridas aparecem na língua tanto na forma de novos vocábulos para designar novos objetos, tais como *óculos* (em plena convivência com *olhos* – forma hereditária da própria palavra latina) quanto na substituição de formas vernáculas por latinizadas, por serem estas mais prestigiadas; dentre elas, como exemplifica Teyssier (1997), *digno* (substituindo *dino*) e *crônica* (sobrepondo-se a *corônica*).

A produtividade de formas eruditas, isto é, aquelas que apresentam a forma latina clássica, e semieruditas, as que representam um estágio arcaico do português, mais próximo à forma latina (como *mágoa*, diacronicamente entre *mácula* e *mancha*), também se deu no âmbito da morfologia, principalmente por meio de empréstimo de radicais latinos – mas também gregos – encontrados em palavras como *internacional* e *televisão*, por exemplo.

A despeito disso, é interessante notar que mesmo que a introdução de formas eruditas (isto é, latinas e gregas) tenha sido feita conscientemente, elas parecem estar sujeitas a algum tipo de restrição morfológica sensível à competência lexical do falante nativo; em outras palavras, mesmo que o empréstimo das formas latinas tenha tido motivações externas à língua, existem não somente restrições inerentes à produtividade morfológica que pesam sobre a combinação dessas peças, mas também formas que refletem estágios anteriores da língua e que continuam atuantes na competência linguística sincrônica – mais visivelmente nos processos morfológicos derivacionais.

Em síntese, metodologicamente, é possível subdividir as peças morfológicas (radicais, afixos etc.) que compõem o léxico português em dois grupos: um cujos itens apresentam uma forma latina (ou grega) – que respeita fenômenos morfofonológicos gerais – inseridos na língua por meio de empréstimo das variedades clássicas, e portanto, dispõem de um traço [+ERUDITO] e outro, cujos componentes são fruto da evolução linguística do latim vulgar (ou de empréstimos de

² O crescimento exponencial do léxico do português, inspirado nas línguas clássicas, deu-se principalmente a partir do século XVI, com as tendências gerais do Renascimento, e a partir do século XIX para acompanhar a ascensão científica, tecnológica, artística e cultural brasileira, impulsionada pela instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808.

outras línguas) e que, então, apresentam um traço [-ERUDITO]. E é, sobretudo na manipulação desses dois traços que reside o interesse da presente análise³.

3 O TRAÇO [±ERUDITO]

No bojo da produtividade morfológica e lexical, o que os linguistas (mas também os gramáticos) têm chamado de formas nativas – ou seja, com o traço [-ERUDITO] – são aquelas que entraram na língua por meio do patrimônio linguístico hereditário, mediante uma evolução morfofonológica, tais como *lobo*, *vida* e *água*; por sua vez, as formas eruditas são aquelas que contêm radicais ou afixos latinos (e/ou gregos) introduzidas na língua por meio de empréstimos e, por essa razão, apresentam formas que são encontradas também em estágios anteriores da língua, coexistindo inclusive com as estruturas que lhes são derivadas como *fiel/fidelidade*, *regra/regular*, *chuva/pluvial*; e igualmente, *intermédio/entrever*, *paranaense/inglês*, *amplitude/gratidão* etc.

No que toca às combinações das peças morfológicas eruditas e nativas para a formação de palavras do português, como já antecipado, Rio-Torto (2014) alega que algumas bases e alguns afixos do português são marcados com o traço [+ERUDITO]; como mostra a coluna em (1a), *arbor-*, *dulc-*, *rad-*, *vin-* e *vit-* têm uma configuração [+ERUDITO]; em oposição, na coluna (1b), *arvor-*, *doç-*, *raiz-*, *vinh-* e *vidr-* constituem os mesmos radicais⁴, mas em uma configuração nativa, isto é, de traço [-ERUDITO].

- (1) (a) *arbor-* (*arborizar*)
dulc- (*dulcificar*)
rad- (*radícula*)
vin- (*vinicultura*)
vit- (*vítreo*, *vitrificar*)
 (b) *arvor-* (*arvoredô*)
doç- (*doçura*)
raiz- (*raizame*)
vinh- (*vinbedô*)
vidr- (*vidrado*, *vidro*)

FLP 20(1)

Adicionalmente, Rio-Torto mostra que bases marcadas com [+ERUDITO] se combinam preferencialmente com afixos marcados com o mesmo traço; por outro lado, bases nativas preferem se adjungir a afixos igualmente não eruditos. A autora usa o exemplo do sufixo agentivo [-ERUDITO] *-ão*, que só se adjunge a radicais que carregam o mesmo traço, tais como *chorão*, *fujão*, *respondão* e, do contrário, não é compatível com radicais e/ou afixos (por exemplo, *-iz-* e *-ific-*) com o traço [+ERUDITO], como em **hibernão*, **latinizão*, **solidificação*.

³ Na verdade, é coerente reconhecer que esta exposição simplifica muito a discussão a respeito do estatuto desse traço na competência linguística do falante. Por questão de escopo e de espaço, esta hipótese simplesmente admite que o traço [±ERUDITO] compõe um dos aspectos da gramática periférica do falante (em oposição à gramática nuclear), nos termos de Kato (2013).

⁴ Em virtude disso, alguns autores têm chamado essas bases de “doublets”.

Pondo de lado os casos em que parece existir algum tipo de restrição entre peças morfológicas que provêm de diferentes estágios da língua e/ou de momentos histórico-lexicais distintos, alguns trabalhos têm sugerido que existem restrições morfológicas que pesam sobre a compatibilidade entre bases e afixos de diferentes línguas, ainda que dentro do mesmo recorte sincrônico – em última análise, de diferentes filiações linguísticas.

Rio-Torto (2014) comenta que as línguas germânicas são caracterizadas pela coexistência de um fundo greco-latino e de um fundo germânico que funcionam disjuntivamente em muitos aspectos, sobretudo no que toca a recursos e padrões derivacionais. Como assume a autora, o sufixo latino *-itate*, por exemplo, (*-ity* em inglês, *-iteit* em neerlandês) seleciona somente bases não nativas (no caso, não germânicas) como *absurdity* e *stability* (em inglês) e *absurditeit* e *stabiliteit* (em neerlandês); por outro lado, a adjunção desse sufixo a bases nativas (ou seja, germânicas) gera estruturas agramaticais como **greenity* (do inglês) e **groeniteit* (do neerlandês).

Sob essa mesma perspectiva, Brinton (1995) atenta para a incompatibilidade (e/ou preferência) que existe entre a natureza das bases verbais do inglês e o recurso morfológico empregado na formação dos seus nomes deverbais correspondentes; para a autora, bases verbais nativas revelam preferência pelo sufixo Ø, como em *[love]_V/[love]_N*, *[walk]_V/[walk]_N*, *[work]_V/[work]_N* e *[laugh]_V/[laugh]_N*, ao passo que bases verbais fruto de empréstimo se combinam melhor com sufixos latinos, o que pode ser observado em *[communicate]_V/[communication]_N*, *[move]_V/[movement]_N*, *[prefer]_V/[preference]_N* e *[discover]_V/[discovery]_N*.

A despeito dessa característica, convém notar que mesmo nomes deverbais que aparecem com sufixo Ø em português, tais como *exame* e *renúncia*, aparecem com sufixo latino em inglês: *examination* e *renunciation*. Naturalmente é sabida a influência francesa sobre o léxico inglês, porém, nem sempre os recursos nominalizadores coincidem nessas duas línguas, como pode ser visto em *exam* e *renoncement* para os casos referidos, o que é um indício de que o empréstimo de um radical (ou de uma base) não garante que os processos derivacionais posteriores a ele sejam, *mutatis mutandis*, os mesmos.

Dadas essas considerações, não é equivocado afirmar que os processos morfológicos das línguas parecem, de fato, estar sensíveis a traços históricos e etimológicos e que, portanto, algum tipo de informação diacrônica deve estar presente na competência linguística do falante nativo, ainda que ele não esteja plenamente consciente disso.

4 EXIGÊNCIA MORFOLÓGICA DO TRAÇO [+ERUDITO]

Como já afirmado, o presente trabalho parte da hipótese de que determinados processos morfológicos são sensíveis à natureza erudita da peça morfológica (base, radical ou afixo) que serve de base para a aplicação de uma Regra de Formação Palavra (RFP). Assim sendo, convém analisar de uma maneira mais sistemática essa compatibilidade no caso de três sufixos do português.

4.1 O sufixo *-al*

Said Ali (1921[2001]) explica que o sufixo *-al* provém do sufixo latino *-alis* que, por sua vez, deriva de um antigo elemento *-li*. No português contemporâneo, tal afixo especializou-se em diferentes usos, de tal forma que o tipo de base com que ele se combina determina se sua contribuição é apenas categorial (em última análise, sintática) ou semântica⁵. A respeito disso, a maioria dos linguistas concorda que existem, pelo menos, três RFPs que envolvem *-al*; cada uma delas é apresentada no esquema em (2).

- (2) (a) $-al_1: B_N S_{al} \rightarrow P_A$
 (b) $-al_2: B_A S_{al} \rightarrow P_A$
 (c) $-al_3: B_N S_{al} \rightarrow P_N$

A RFP exemplificada por (2a) prevê que uma base nominal B se adjunge ao sufixo *-al*₍₁₎ gerando como produto (P) um adjetivo; esse é o caso de, por exemplo, *teatro/teatral*, *semana/semanal*, *braço/braçal*, *carne/carnal* etc. Por sua vez, (2b) esquematiza a RFP por trás da formação de adjetivos a partir de bases igualmente adjetivais, tais como *materno/maternal*, *fraterno/fraternal*, *divino/divinal*, *celeste/celestial* etc. Quanto a (2c), trata-se da regra que forma nomes que expressam a ideia de coletividade, como em *pântano/pantanal*, *laranja/laranjal*, *banana/bananal*, *arroz/arrozal* etc.⁶.

Com relação a *-al*₁ (doravante, apenas *-al*), os morfólogos consensualmente reconhecem que se trata de um sufixo muito produtivo em português contemporâneo; a respeito dessa produtividade, Rocha (1998) entende que a RFP desse afixo envolve frequentemente a lexicalização rizomorfêmica, tais como os exemplos em (3). No entanto, o presente trabalho defende que, ao invés de tratar formas como lexicalizadas, essas estruturas envolvem um sufixo que seleciona não somente radicais (para a aplicação da RFP), mas mais especificamente radicais que têm o traço [+ERUDITO]; portanto, as formas que se adjungem a ele espelham formas latinas⁷.

- (3) (a) $[boca]_N S_{al} \rightarrow [bucal]_A / *[bocal]_A - (\text{do latim } bucae) - 1813.$
 (b) $[dedo]_N S_{al} \rightarrow [digital]_A / *[dedal]_A^8 - (\text{do latim } digitā) - 1844.$

⁵ Rocha (1998), por exemplo, classifica essas formas como instâncias de sufixos homófonos, ou seja, na sincronia, sufixos diferentes, mas com a mesma forma.

⁶ Dois casos morfológicos especiais devem ser mencionados: *milbaral* e *matagal*. Cunha (2010) explica que *milbaral* advém da curiosa formação #*milbalal* que envolve a duplicação do sufixo *-al* (com o mesmo sentido de coletividade), mas que, por dissimilação do [l] intervocálico, entra na língua com a forma atual – no século XVI. Quanto a *matagal*, o autor comenta que é possível que o [g] antes do sufixo diga respeito a uma consoante de ligação – fenômeno que se atesta também na forma #*matagoso* no século XX.

⁷ Vale a pena lembrar que, em latim clássico, o radical de uma palavra era obtido a partir da sua forma de genitivo singular. Logo, tal estrutura criou uma oposição entre a forma erudita retirada do genitivo e a forma acusativa, lexicogênica do português por evolução fonética.

⁸ O fato de existirem os nomes *dedal* (instrumento usada pela costureira), *manual* (livro didático) e *bocal* (lugar onde se encaixa a lâmpada) é uma pista de que a exigência de tal traço não recai sobre todas as RFPs *-al*. Para esses casos em que o produto é um nome (e não um adjetivo), a regra de formação é diferente – como pode ser observado em (2).

- (c) [mão]_N S_{al} → [manual]_A / *[mãozal]_A – (do latim *manus*) – séc. XVI.
 (d) [tempo]_N S_{al} → [temporal]_A / *[tempal]_A – (do latim *temporis*) – séc. XIII.
 (e) [mês]_N S_{al} → [mensal]_A / *[mesal]_A – (do latim *mensis*) – 1813.
 (f) [corpo]_N S_{al} → [corporal]_A / *[corpall]_A – (do latim *corporis*) – séc. XX.
 (g) [lei]_N S_{al} → [legal]_A / *[leial]_A – (do latim *legis*) – séc. XV.
 (h) [vida]_N S_{al} → [vital]_A / *[vidal]_A – (do latim *vitalis*) – séc. XII.

Interessante notar que os radicais com o traço [+ERUDITO] são os mesmos que aparecem em outras construções que, segundo Rio-Torto (2014), também requerem uma base erudita, tais como *corporificar*, *temporizar*, *corpóreo* etc. – o que é uma pista de que essas formas não estão (plenamente) lexicalizadas na língua, já que figuram em outros processos morfológicos produtivos. Naturalmente, para uma outra série de palavras formadas pela mesma regra, como a encontrada em (4), não parece haver uma lexicalização do radical, já que a forma encontrada no nome base e no adjetivo é a mesma; contudo, tais exemplos não obstam a análise proposta, já que para algumas bases/produtos, a forma [+ERUDITO] e a [-ERUDITO] são idênticas.

- (4) (a) [dente]_N S_{al} → [dental]_A – (do latim *dentis*) – 1844.
 (b) [língua]_N S_{al} → [lingual]_A – (do latim *linguae*) – 1813.
 (c) [morte]_N S_{al} → [mortal]_A – (do latim *mortis*) – séc. XVI.
 (d) [carne]_N S_{al} → [carnal]_A – (do latim *carnis*) – séc. XIII.

A partir das datas⁹ de entrada das palavras em (3) e (4), é possível fazer uma generalização interessante: durante (pelo menos) sete séculos, adjetivos derivados de nomes latinos têm adentrado a língua portuguesa seguindo uma mesma “deriva derivacional”, qual seja, a de apresentar um radical erudito. Isso é uma evidência para mostrar que independentemente das razões (extralinguísticas) e do período histórico da entrada desses adjetivos, eles parecem estar sofrendo a mesma regra derivacional e, por consequência, respeitando as mesmas exigências/preferências.

Além disso, uma outra evidência em favor de considerar a RFP *-al* como um dispositivo que requer radicais com o traço [+ERUDITO] é o fato de existir um outro sufixo em português, formador de adjetivos a partir de bases nominais, que é compatível somente com bases de traço [-ERUDITO], como exemplificam os exemplos em (5) para a RFP *-udo*¹⁰.

- (5) (a) [boca]_N S_{udo} → [bocado]_A / *[bucudo]_A.
 (b) [mão]_N S_{udo} → [mãozudo]_A / *[manudo]_A.
 (c) [dedo]_N S_{udo} → [dedudo]_A / *[digitudo]_A.
 (d) [peito]_N S_{udo} → [peitudo]_A / *[peitorudo¹¹]_A.

⁹ Segundo Cunha (2010).

¹⁰ É verdade que *-al* e *-udo* não dão a mesma contribuição semântica/pragmática; todavia, esta análise se debruça somente sobre a natureza categorial dessas bases.

¹¹ Em latim *pectus/pectoris*. A respeito disso, sabe-se que na passagem do latim clássico para o latim vulgar, os grupos consonantais em que a segunda consoante é dental (no caso, [t]) tendiam a se desfazer pela perda da consoante inicial (no exemplo, [k]), que se assimilava à segunda, vocalizando-se ou caindo.

Ainda sobre a RFP *-al*, vale a pena observar que, embora se trate de uma regra bastante produtiva, ela não é adequada para formar adjetivos de nomes emprestados de outras línguas, tais como **showzal* (do inglês, *show*) ou **shopping(z)al* (do inglês, *shopping*), ainda que haja tanto *teatro/teatral* e *música/musical* quanto *comércio/comercial* e *centro/central* – respectivamente dentro dos mesmos campos morfossemânticos. Cumpre notar que essa restrição não parece pesar sobre a aplicação de uma RFP que forma diminutivo, por exemplo, como atestam *showzinho* e *shoppingzinho* – embora seja justo mencionar que a formação de diminutivos em português tem um estatuto distinto de outras RFPs sobretudo no tipo de restrição que impõe.

Finalmente, a postulação de uma regra que requeira que o radical que se adjuge ao sufixo *-al* tenha o traço [+ERUDITO] fornece um outro tipo de explicação para um fato que alguns linguistas têm considerado como instância de alomorfa condicionada fonologicamente, a saber, a de que palavras que terminam em /sãw/, quando submetidas à RFP *-al*, são substituídas pelo alomorfe /sioN/, como é visto em *nação/nacional*, *situação/situacional*, *comunicação/comunicacional* etc. Entretanto, se esse fosse um fenômeno com condicionamento fonológico (e não morfológico), seria de se esperar que houvesse a forma **coracional* de *coração* (em vez de *cordial* – do latim *cordis*) e igualmente que *racional* derivasse de *ração* e não de *razão* (do latim *rationis*¹²).

Ademais, a postulação da exigência do traço [+ERUDITO] está em convergência com a análise de Câmara Jr. (1970) no que toca às “formas teóricas” a partir das quais se formam o plural dos nomes terminados em *-ão*. Para o autor, a flexão de número nesses casos requer a substituição da forma de superfície por uma forma teórica – entendida neste trabalho como uma que tem o traço [+ERUDITO] – como, por exemplo, em *leão > leoN-es > leões*, *irmão > irmaN-os > irmãos* e *pão > paN-es > pães*).

A despeito desse fenômeno, como já antecipado, alguns autores tratam-no como instância de evolução fonético-fonológica (e não morfofonológica, por exemplo). Williams (1961) entende que, no caso do *-n-* intervocálico latino, em palavras cuja primeira vogal era tônica como entre *a* e *o*, *o* e *e* e *a* e *e*, a ressonância nasal permaneceu e essas combinações posteriormente se tornaram ditongos nasais¹³. Sob a mesma perspectiva, Mattos-e-Silva (2006) comenta que a queda do *-n-* intervocálico está na origem dos ditongos nasais /ãw/, /õy/ e /ãy/; segundo a autora, historicamente, o hiato precede a ditongação, que põe em contato vogais (de faixas e alturas distintas) que estavam em sílabas diferentes.

De todo modo, paralelamente à evolução fonética que culminou na neutralização de três formas em *-ão* no singular, as estruturas que aparecem na base das formas plurais são as mesmas encontradas em processos derivacionais, tais como em *leonino*, *irmandade* e *panificadora* respectivamente, constituindo evidência tanto para

¹² A diferença entre a forma latina *ration* em oposição à forma erudita, *racion*, que antecede o sufixo *-al* pode ser explicada pelo fato de que na passagem do latim vulgar para o português, o grupo consonantal /tj/ (ou seja, com uma oclusiva alveolar surda antecedendo uma semivogal) passa a uma pronúncia palatal, isto é, uma fricativa alveolar surda. Tal mudança fonética pode ser expressa pela regra [t] → [s] / ___ [j].

¹³ Para Williams (1961, p. 82), em palavras eruditas, o sufixo *-ano* substitui o sufixo *-ão*, como no par *castelhão* (português arcaico) e *castelhano* (português moderno).

a afirmação de que isso é um fenômeno morfo(fono)lógico (e não somente fonológico) quanto para a possibilidade de entender que tais formas não se encontram lexicalizadas na língua, mas que aparecem para satisfazer exigências morfológicas específicas.

Ainda sobre os adjetivos formados pela RFP *-al*, convém tecer algumas considerações acerca de casos particulares. Como já mencionado, essa RFP requer que a peça morfológica que lhe serve de base seja um radical e, segundo a presente análise, um radical erudito; assim sendo, a natureza dessa exigência possibilita que se encontrem adjetivos formados por *-al* que não apresentem um nome correspondente em português; esse é o caso de *pluvial*, *fluvial*, *trivial*, *fatal*, *letal*, *naval*, *litoral* e *imoral/amoral* – derivados das formas latinas *pluvia* ('chuva'), *fluvius* ('rio'), *trivium* ('divisão inferior'), *fatum* ('sentença divina'), *letum* ('morte'), *navis*¹⁴ ('navio'), *litus/litor(is)* ('praia') e *mos/mor(is)* ('moral, costume'). O mesmo caso se verifica nos adjetivos *mal*, *igual*, *atual*, *anual* e *natal* (como em *cidade natal*) que não apresentam um nome correspondente, porque seus radicais provêm dos adjetivos latinos *malis*, *aequalis*, *actualis*, *annualis* e *natalis* respectivamente.

Um outro caso particular é o do adjetivo *capital* (século XIV), formado pela mesma RFP, que provém do radical latino de *capitis*, que denotava tanto 'relativo à cabeça' quanto 'principal, proeminente'; todavia, no português contemporâneo, a relação com *cabeça* não se manteve (à exceção de *decapitar*); no estágio atual da língua, em *capital* (como em *cidade capital* e *pecado capital*) não há uma base nominal que ocorra como forma livre. O mesmo ocorre com o adjetivo *cabal* (século XII), cujo radical deriva, por mutação fonética, do mesmo radical latino.

Além disso, a coexistência de formas latinas eruditas ao lado de formas nativas de origem latina por evolução morfofonológica enseja o surgimento de dois fenômenos: o primeiro é o de vocábulos que, em latim, consistiam de duas formas distintas, mas que em português, apresentam uma única, como *real* (século XV) – relativo a 'coisa', do latim *res* – e *real* (século XIII) – relativo a 'rei', em latim *regis* – que sofreu a queda da oclusiva velar intervocálica.

O segundo caso é o de pares de vocábulos que apresentam a mesma origem latina, mas que constituem duas palavras diferentes em português, como *legal* e *leal*. Da raiz latina de *legis* (*lei*), surgiram os dois adjetivos em português: *leal* (século XIII) e *legal* (século XV); com base no período de entrada na língua¹⁵, é possível supor que *leal* tenha sofrido a queda da oclusiva velar intervocálica [g] e tenha se especializado com outra contribuição semântica que não à de 'relativo à lei', papel reassumido por *legal*, dois séculos mais tarde.

Além destes, dois adjetivos merecem atenção especial, a saber, *pessoal* e *geral*. Estes não apresentam um radical [+ERUDITO]¹⁶, porque as palavras que lhes originam

¹⁴ A distinção fonética entre *naue* e *naval* (e entre muitos casos do português contemporâneo) pode ser explicada pela transformação da semivogal /w/ (grafada como *u*) em uma fricativa labiodental /v/ (inexistente na variedade clássica) na passagem do latim clássico para o latim vulgar, que se manteve em português.

¹⁵ Conforme Cunha (2010).

¹⁶ Ainda que o vocábulo *personal* exista em português, sabe-se que diacronicamente, ele é fruto de um empréstimo do inglês *personal trainer* que, nessa língua, se configura como um adjetivo, mas que, em

–*personae* (‘pessoa’) e *generis* (‘relativo a gênero’) – pertencem a um grupo de palavras que sofreu mudanças fonéticas na passagem do latim para o português; no entanto, convém observar que a compatibilidade de *-al* com bases eruditas pode ser constatada em outras formas tais como *personalizar*, *personalidade* (**pessoalizar*, **pessoalidade*) e *generalizar* (**geralizar*) respectivamente. Sob essa mesma perspectiva, é interessante observar que com RFPs que não requerem um traço erudito, como a de formação de advérbios em *-mente*, os juízos de gramaticalidade são contrários (*pessoalmente* e *geralmente*, mas **personalmente*, **generalmente*).

Finalmente, restam os casos de adjetivos terminados em *-al*, que não constituem exemplos da aplicação da RFP que requer uma base erudita, mas sim se apresentam como instâncias de verdadeiras coincidências diacrônicas¹⁷: *banal* e *boçal*. O radical *ban-* não refere nada em português, ele ocorre apenas na forma adjetival (e derivados); esse adjetivo provém do francês (século XVIII) *banal*, com sentido de ‘corriqueiro, trivial, ordinário’ – como em português contemporâneo. Da mesma forma, não há nada em português (ou latim) que faça referência a um radical *boç-*; especula-se, porém, que *boçal* tenha vindo do italiano *bozza* (‘pedra talhada de maneira rudimentar’) que legou ao adjetivo o sentido de ‘grosseiro, grotesco’.

4.2 O sufixo *-ar*

Como explica Said Ali (1921[2001]), o sufixo *-ar* provém do sufixo latino *-aris* – que da mesma que maneira que *-alis*, deriva de um antigo elemento *-li*, transformando *-alis* em *-aris* por dissimilação. Em português contemporâneo, a RFP que envolve o sufixo *-ar* é formadora de adjetivos a partir de bases nominais, como ilustra a regra em (6).

$$(6) \text{ -ar: } B_N S_{ar} \rightarrow P_A$$

Adicionalmente, assim como no caso de *-al*, *-ar* parece tanto requerer que um radical (e não uma palavra) sirva de base para a sua aplicação quanto revelar preferência por radicais que contenham o traço [+ERUDITO], como indica (7). Assim como no caso daqueles formados pela RFP *-al*, os adjetivos denominais formados por *-ar* também são tratados como instâncias de lexicalização rizomorfêmica por Rocha (1998).

- (7) (a) [regra]_N S_{ar} → [regular]_A / *[regrar]_A – (do latim *regulae*) – século XIV.
 (b) [povo]_N S_{ar} → [popular]_A / *[povar]_A – (do latim *populi*) – 1873.
 (c) [saúde]_N S_{ar} → [salutar]_A / *[saudar]_A – (do latim *salutis*) – século XVI.
 (d) [lua]_N S_{ar} → [lunar]_A / *[luar]_A – (do latim *lunae*) – século XIII.
 (e) [estrela]_N S_{ar} → [estelar]_A / *[estrelar]_A – (do latim *stellae*¹⁸) – 1881.

português (devido a uma relexicalização categorial provocada pela supressão de *trainer*), ele se comporta como um nome.

¹⁷ Na análise de Rocha (1998), por exemplo, esses radicais seriam tratados como instâncias de *basóides*, isto é, peças morfológicas que servem de base para a aplicação de uma RFP (no caso, *-ar*), mas que isolados não referem nada na língua. Casos como esses ficaram conhecidos na literatura como exemplos do problema do “morfema *cranberry*”.

¹⁸ Levando em conta a prótese da vogal [e] na passagem do latim para o português.

- (f) [olho]_N S_{ar} → [ocular]_A / *[olhar]_A – (do latim *oculi*) – século XII.
 (g) [cabelo]_N S_{ar} → [capilar]_A / *[cabelar]_A – (do latim *capilli*) – 1844.
 (h) [orelha]_N S_{ar} → [auricular]_A / *[orelhar]_A – (do latim *auriculae*¹⁹) – 1813.

Sob a mesma perspectiva, assim como no caso de *-al*, existem bases com traço [+ERUDITO] que se adjungem a *-ar* que apresentam a mesma forma das bases com o traço [-ERUDITO], o que pode ser observado em (8).

- (8) (a) [círculo]_N S_{ar} → [circular]_A – (do latim *circuli*) – 1813.
 (b) [família]_N S_{ar} → [familiar]_A – (do latim *familiae*) – século XIII.
 (c) [exemplo]_N S_{ar} → [exemplar]_A – (do latim *exempli*) – século XVI.
 (d) [sol]_N S_{ar} → [solar]_A – (do latim *solis*) – 1542.

No domínio dos casos particulares para esse sufixo, existem adjetivos que apresentam um radical latino em sua estrutura, mas que não dispõem de um nome correspondente a ele empregando o mesmo radical, isso pode ser observado em *militar* (século XVI), *peculiar* (século XIX), *similar* (século XIX) e *vulgar* (século XIV), por exemplo, cujos radicais apareciam em *miles* ('soldado'), *peculium* ('propriedade particular de/a um indivíduo'), *simile* ('semelhança') e *uulgus* ('povo'). Além destes, há o adjetivo *particular* (século XV) que deriva da forma diminutiva latina²⁰ *particula* cujo radical provém de *partis* ('parte', 'porção pequena') seguida do sufixo formador de diminutivo *-culus/-a/-um*.

Com base em todos esses exemplos, assim como no caso de *-al*, ao atentar para a data de entrada²¹ de tais vocábulos na língua, é possível concluir que independentemente do momento histórico em que isso ocorreu, tais adjetivos parecem estar obedecendo à mesma regra derivacional, a saber, a que requer um radical erudito.

Por fim, da mesma maneira que ocorre com o sufixo *-al*, os mesmos radicais com traço [+ERUDITO], que aparecem em (7), não se combinam bem com RFPs que requerem uma base (uma palavra ou um radical) não erudita, como atestam os exemplos que seguem.

- (9) (a) [cabelo]_N S_{udo} → [cabeludo]_A / *[capiludo]_A.
 (b) [orelha]_N S_{udo} → [orelhudo]_A / *[auriculudo]_A.
 (c) [olho]_N S_{udo} → [olhudo]_A / *[oculudo]_A.
 (d) [pelo]_N S_{udo} → [peludo]_A / *[piludo]_A²².

Com relação a (9c), convém mencionar que, na verdade, o produto com o sufixo *-udo* relativo a *olho* mais produtivo no português vernáculo é *zoiudo*, forma que sofreu mutações fonéticas adicionais, provavelmente tomando por base *zoió*,

¹⁹ Na verdade, a palavra do latim clássico que significava *orelha* era *auris*; porém, sabe-se que o vocábulo que deu origem a *orelha* em português é resultado da evolução fonética de *auricula* – que literalmente correspondia a *orelinha*, no diminutivo – dado que sua forma de base continha o sufixo *-culus*, formador de diminutivos naquela língua.

²⁰ Assim como ocorre com *orelha* (de *auricula*), *abelha* (*apicula*) etc.

²¹ Conforme Cunha (2010).

²² Do latim *pilus/pili*, cf. *depilação*.

seguindo a evolução morfofonológica: *os olbos* > *os olbo* (queda da marca de plural) > *os oio* (palatalização) > *o zóio* (reconstrução silábica) – forma igualmente vernácula, portanto, [-ERUDITO].

4.3 O sufixo *-(i)dade*

No que toca ao sufixo *-(i)dade*, Said Ali (1921[2001]) explica que ele deriva do sufixo latino *-tate* – formador de nomes abstratos a partir de adjetivos. Como já comentado, os sufixos *-al* e *-ar* requerem que a peça morfológica que lhe serve de base seja a de um radical (e não a de uma palavra, por exemplo). No caso, de *-(i)dade*, é possível afirmar que ele se combina tanto com palavras, como mostram os exemplos em (10a), quanto com radicais – como atestam os exemplos em (10b).

- (10) (a) [real]idade, [felic]idade, [mal]dade.
(b) [fidel]idade, matur[idade], [amiz]ade.

A respeito dos casos em (10a) – e de muitos outros da língua – o processo de derivação para a RFP *-(i)dade* é transparente: toma-se um adjetivo como base, tendo como produto um nome abstrato; adicionalmente, no que toca aos exemplos em (10b), isto é, aos casos em que a base da RFP é um radical, o presente trabalho novamente defende a hipótese de que existe uma exigência de que esse radical contenha o traço [+ERUDITO]. Isso explicaria, por exemplo, por que adjetivos emprestados do inglês, tais como *light*, *sexy*, *diet* e *top* não são compatíveis com esse sufixo (**lightidade*, **dietidade*, **sexy(i)dade*, **top(i)dade*²³), mesmo que não fosse violada nenhuma restrição fonotática ou categorial da língua.

Nos casos em questão, há *fidelidade* (século XVI), e não **fielidade*²⁴, em que aparece a forma do radical latino que se vê em *fidelis* ('fiel', 'de confiança'); quanto a *maturidade* (século XIX), sabe-se que o radical que aparece é o latino (de *maturus*) e não o do adjetivo vernáculo *maduro*, que ocorre em *madureza*, por exemplo – o que é uma pista de que diferentes RFPs podem requerer peças morfológicas de natureza (ou seja, traços) distinta.

No que toca a *amizade* (século XIII), Cunha (2010) comenta que o percurso histórico dessa palavra foi *amicitate* (em latim) > *amizidade* > *amizdade* > *amizade*, em que o [k] do radical latino parece ter sofrido o processo de sonorização das oclusivas intervocálicas, do qual se seguiu a palatalização das velares antes de vogais anteriores e, finalmente, a síncope do [d] do sufixo. De todo modo, existem outros casos (como *vontade*, do latim *uoluntate*) de palavras que apresentam esse sufixo, mas tiveram histórias particulares.

De todo modo, o fenômeno morfológico mais interessante que norteia a aplicação da RFP *-(i)dade* é aquele que toma como base adjetivos (sobretudo deverbais) terminados em *-vel* (*amável*, *produtível*, *solúvel* etc.), a saber, a exigência de que os vocábulos terminados por *-vel* quando submetidos à RFP *-idade* acionam o alomorfe *-bil-* (visto em *amabilidade*, *produtibilidade*, *solubilidade* respectivamente). Visto que esse não é um caso de alomorfia com condicionamento fonológico (já que

²³ A forma *topze(i)ra*, derivada de *top*, já é encontrada no português vernáculo contemporâneo.

²⁴ Ainda que Cunha (2010) ateste a existência dessa forma no século XIV.

nenhuma das formas viola alguma restrição fonotática do português), a maioria dos morfólogos entende que a distribuição complementar entre *-vel/-bil-* constitui um exemplo de alomorfa puramente morfológica.

Entretanto, como já afirmado, a presente análise defende que a RFP *-(i)dade* requer que a peça morfológica que lhe serve de base (no caso, o sufixo *-vel*) contenha o traço [+ERUDITO], e o alomorfe *-bil-* satisfaz justamente essa exigência (uma vez que é essa a forma que aparecia em latim). Na verdade, a ideia de que *-bil-* é uma instância de “requerimento diacrônico” do sufixo *-idade* não é nova. Said Ali (1921[2001], p. 176) afirma que “se o termo termina em *-ável, -ível, -úvel*, restitui-se lhe a forma latina primeiro que se forme o derivado”.

Além disso, Câmara Jr. (1976, p. 217), sobre o sufixo *-vel*, alega que “o português clássico introduziu a variante erudita *-bil-* que se conserva para dar a forma básica de novos derivados dos adjetivos em *-vel*”. De todo modo, o caso é o de que em português vernáculo contemporâneo a produtividade de *-vel* (e, portanto, de *-bil-*) vai muito além dos adjetivos de origem latina.

Para citar apenas um exemplo, *surf* é uma palavra de origem inglesa que legou ao português o nome *surfe* e, logo, o verbo denominal *surfear*; por consequência, é possível dizer que uma onda é *surfável* ou ainda discorrer sobre o grau de *surfabilidade* de uma onda²⁵. Sob essa perspectiva, é plausível a afirmação de que esses vocábulos não existiam em latim e, portanto, *surfabilidade* não pode, por exemplo, preservar a memória de um estágio anterior da língua (como a forma em *-bil-*, também encontrada em português arcaico).

Sendo esse o caso, parece razoável considerar que, de fato, o sufixo *-idade* requer que adjetivos terminados em *-vel* sejam substituídos por um alomorfe [+ERUDITO], mesmo para o caso de vocábulos que nem sequer existiam em latim. Dessa forma, partindo da análise proposta, é coerente concluir que as peças morfológicas, sejam elas afixos ou radicais, submetidas à RFP *-(i)dade* devem apresentar uma forma (ou um alomorfe) com o traço [+ERUDITO].

FLP 20(1)

5 PALAVRAS FINAIS: LIMITES ENTRE DIACRONIA E SINCRONIA

O presente trabalho constitui uma tentativa de fornecer explicações para alguns fenômenos morfológicos do português, mesclando alguns pressupostos teóricos e metodológicos tanto da linguística diacrônica quanto da linguística sincrônica, embora tenha sido necessário (naturalmente) excluir pressupostos e métodos de análise das duas correntes para que essa interface fosse possível.

Esta análise se distancia da abordagem diacrônica na medida em que trata da maneira como a competência linguística (e, sobretudo, morfológica) do falante nativo concebe os processos de formação de palavras. No que respeita à perspectiva sincrônica, este estudo diverge de seus pressupostos no sentido de que não considera determinados fenômenos morfológicos como plenamente idiossincráticos e não trata como instâncias de lexicalização “problemas” morfológicos transparentes de um ponto de vista histórico.

²⁵ Exemplos de Maria Cristina Figueiredo Silva (comunicação pessoal).

Por outro lado, a presente análise está em convergência com uma abordagem diacrônica na medida em que defende que a história da língua enseja a explicação de um grande número de fenômenos linguísticos constatados na sincronia. Com a perspectiva sincrônica, este trabalho compartilha a ideia de que a competência linguística do falante nativo, sem acesso a estágios anteriores da língua, é plenamente autossuficiente no que toca à criatividade/produzibilidade lexical e, nesse caso, morfológica.

Em síntese, à parte convergências e discrepâncias, o presente trabalho defende que determinadas operações morfológicas refletem as suas origens históricas e que a competência linguística do falante é sensível a aspectos diacrônicos e translinguísticos. O falante não sabe, mas a língua sabe. Conforme assume Rio-Torto (2014), o contínuo entre latim e português não apaga a existência de padrões, recursos e produtos genolexicais similares.

A despeito disso, vale a pena frisar que este trabalho reconhece o dilema epistemológico que subjaz à presente análise; sob essa perspectiva, Viaro (2012) entende que a síntese utópica entre as duas linguísticas não é desejável, já que são facetas distintas de uma única ciência da linguagem; contudo, para o autor, a postulação de um léxico poderoso – repleto de bloqueios *ad hoc* – acolhe recortes artificiais desde que satisfaçam alto grau de previsibilidade, à custa da verdade documental que frequentemente a contradiz. Na base dessas asserções, o presente trabalho propõe uma releitura de alguns fenômenos morfológicos ditos “idiossincráticos” à luz de uma explicação que se ancora na gênese lexical.

No que diz respeito aos fenômenos analisados, este estudo tentou mostrar que algumas regras de formação de palavras plenamente produtivas no português contemporâneo são sensíveis à natureza da peça morfológica que lhes serve de base, isto é, se são palavras nativas ou palavras estrangeiras, radicais nativos ou radicais eruditos. Naturalmente, existem casos de palavras que não se enquadram como produtos prototípicos de RFPs produtivas, mas não porque impõem restrições que pesam sobre tais processos morfológicos, e sim porque sofreram mutações fonéticas (gerais ou particulares) ao longo da história da(s) língua(s).

Como é bem sabido, as línguas clássicas serviram e continuam servindo como língua de adstrato permanente. Sempre que necessário os falantes recorrem ao latim e ao grego na busca de termos e/ou radicais para cunhar novas palavras e, ao transplantá-los para o português, tais peças morfológicas e/ou lexicais passam a obedecer aos princípios morfológicos da língua de chegada. E a hipótese defendida no presente trabalho é a de que a manipulação das peças morfológicas (nesse caso) eruditas não é fortuita, mas oferece restrições e revela preferências por determinadas combinações em detrimento de outras.

Conforme a presente análise, o vocábulo *corpo*, por exemplo, tem o radical [-ERUDITO] *corp-*, que aparece em *corpão*, *corpinho*, e possui um alomorfe [+ERUDITO] *corpór-*, que ocorre em *corpóreo*, *corporeal*, *corporificar*; tal alomorfe é acionado quando for uma exigência da RFP que a base seja erudita. Do mesmo modo, *maduro* tem dois radicais: um [-ERUDITO] *madur-*, visto em *madureza*, *amadurecer*, e outro [+ERUDITO] *matur-* encontrado em *imatur*, *maturidade*, *maturar*.

Por hipótese, qualquer peça morfológica (erudita ou estrangeira) quando inserida no léxico português vai revelar algum tipo de restrição ou preferência quanto às combinações em que pode ocorrer, sem que o falante tenha a menor consciência da etimologia da forma inserida ou mesmo de estágios anteriores da língua. Esse tipo de informação, de que a competência morfológica já parece dispor, é inclusive uma maneira mais elegante de tratar casos comumente concebidos como alomorfia “puramente” morfológica ou ainda de lexicalização. As restrições e as preferências de combinação parecem apontar para uma direção em que existem explicações de outra natureza para um grande número de (aparentes) idiosincrasias e de casos de lexicalização morfológica e que, inclusive, podem ser (de alguma maneira) decodificadas na gramática/competência do falante nativo.

REFERÊNCIAS

- Brinton LJ. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: Bertinetto PM; Bianchi, V; Higginbotham J; Squartini M, editores. Temporal reference, aspect and acionality. Torno: Rosenberg & Sellier; 1995. p. 27-45.
- Câmara Jr JM. Problemas de linguística descritiva. Petrópolis: Vozes; 1970.
- _____. História e estrutura da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão; 1976.
- Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon; 2010.
- Gonçalves CA. Morfologia construcional: uma introdução. São Paulo: Contexto; 2016.
- Kato MA. A gramática nuclear e a língua-i do brasileiro. In: Martins MA, organizador. Gramática e ensino. Natal: EDUFRRN; 2013.
- Mattos-e-Silva RV. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.
- Neves MH de M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Rio-Torto MG. Desafios em Morfologia: história e (re)conhecimento. In: Viaro ME, organizador. Morfologia histórica. São Paulo: Cortez; 2014. p. 31-57.
- Rocha LCA. Estruturas morfológicas do português. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
- Said Ali M. Gramática histórica da língua portuguesa. 8ª ed. Brasília: Editora da UnB; 2001[1921].
- Teyssier P. História da língua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Viaro M. Linguística da comunicação e linguística descritiva: os eixos sincrônico e diacrônico nos atuais modelos de morfologia. Estudos Linguísticos. 2012; 41(1):277-290.
- Williams EB. Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1961.

FLP 20(1)

As relações de poder em uma abordagem modular da organização do discurso: um estudo contrastivo de cartilhas de agências reguladoras do Estado

*Power relations in a modular approach to the discourse organization:
a contrastive study of guidelines produced by state regulatory agencies*

Gustavo Ximenes Cunha*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Rafael Vinicius de Carvalho Picinin**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Com base no Modelo de Análise Modular do Discurso, este trabalho buscou evidenciar que, na prática de leitura propiciada por duas cartilhas de agências reguladoras do Estado, a ANAC e a ANATEL, essas cartilhas constituem instrumentos que evidenciam e reforçam as relações de poder entre instâncias governamentais e diferentes segmentos da população. Para alcançar esse objetivo, propusemos um estudo contrastivo sobre a maneira como, em cada cartilha, a instância de produção articula os constituintes do texto, estabelecendo relações de discurso (argumento, reformulação, comentário etc.). O estudo revelou que uma instância governamental, ao interagir com um determinado segmento da população por meio de uma cartilha, expressa a imagem que faz desse segmento, bem como a natureza mais ou menos vertical das relações hierárquicas que a ligam ao seu leitorado.

Palavras-chave: Estratégias discursivas. Cartilhas. Modularidade.

Abstract: Based on the Modular Approach to Discourse Analysis, this paper studied two guidelines of state regulatory agencies, ANAC and ANATEL. With this study, it was possible to show that these guidelines are instruments that reinforce the relations of power between the government and different segments of the population. To achieve this goal, we performed a comparative study of the textual articulation in the two guidelines. The study revealed that an agency, when interacting with a segment of the population through a guideline, expresses an image of that segment. The agency also expresses the vertical nature of the hierarchical relations between the agency and the readers.

Keywords: Discursive strategies. Guidelines. Modularity.

* Professor da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; ximenes Cunha@yahoo.com.br

** Bacharel em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduando em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; rafaelpicinin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cartilha institucional é um gênero do discurso que tem recebido pouca atenção dos estudiosos do texto e do discurso, diferentemente do que ocorre com os gêneros que estruturam outros domínios da vida social, como, por exemplo, os do domínio jornalístico. Entretanto, apesar dessa pouca atenção, a cartilha institucional que é produzida e veiculada por diferentes instâncias governamentais (governos federal, estadual e municipal, ministérios e secretarias, agências reguladoras etc.) é um gênero frequentemente lido tanto em locais públicos, quanto em ambientes virtuais, o que, por si só, justifica o estudo de seu papel na mediação e regulação de práticas sociais de leitura. Mas cabe salientar que, do ponto de vista do regime enunciativo que a caracteriza, a cartilha merece atenção e estudo por ser um gênero que permite a uma instância governamental dialogar com determinada parcela da população, não só dando informações úteis a seus integrantes, mas também prescrevendo normas de conduta a serem seguidas por eles (Mozdzinski, 2006). Nesse sentido, a cartilha constitui um meio privilegiado por meio do qual a instância que por ela se responsabiliza se vale do lugar de poder que ocupa para impor deveres e obrigações ou conceder direitos e privilégios ao leitor (o integrante de determinado segmento social) ou a terceiros (Cunha, 2016, 2016a).

Tendo a caracterização do regime enunciativo do gênero cartilha institucional como pano de fundo, este trabalho tem por finalidade evidenciar que, na prática de leitura mediada por duas cartilhas, cada uma produzida por uma agência reguladora do Estado, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), essas cartilhas atuam não apenas como veículo de informações de interesse público, mas também como instrumento que expressa e reforça as relações de poder entre instâncias governamentais e diferentes segmentos da população¹.

Realizamos este trabalho com base em uma abordagem da Análise do Discurso, o Modelo de Análise Modular do Discurso (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). Por ser uma abordagem social e interacionista dos estudos da linguagem, o modelo modular, que será apresentado de maneira mais detalhada no próximo item, tem como uma de suas finalidades compreender o papel do discurso no processo de figuração² por meio do qual cada interlocutor, em função do contexto em que a interação se desenvolve, utiliza a linguagem para colocar-se ou deixar-se colocar em um determinado lugar hierarquicamente superior ou inferior em relação ao interlocutor, reivindicando, nesse movimento, uma determinada imagem de si (*face*) e atribuindo ao outro uma imagem correspondente ou interdependente. Nos termos do modelo, uma de suas finalidades é estudar a forma de organização estratégica do discurso.

¹ Este trabalho filia-se ao projeto de pesquisa intitulado “A negociação de imagens identitárias no discurso organizacional”, coordenado pelo Professor Gustavo Ximenes Cunha, na Faculdade de Letras, da UFMG. Esse projeto tem por objetivo estudar as estratégias discursivas empregadas em dez cartilhas produzidas por cinco agências reguladoras do Estado (ANAC, ANP, ANATEL, ANTT, ANVISA). Todas as cartilhas componentes do corpus, inclusive as duas que são objeto de estudo neste trabalho, foram extraídas, no ano de 2016, dos sites eletrônicos de cada agência reguladora.

² No Modelo de Análise Modular do Discurso, o processo de figuração é uma noção próxima da de trabalho de *face* (*face work*) proposta por Goffman (2011) e busca dar conta da maneira como ocorre a negociação de imagens identitárias e de lugares no discurso.

Para alcançar o objetivo deste trabalho com base no modelo modular, estudamos a forma de organização estratégica das cartilhas, o que se fez em três etapas. Inicialmente, partimos do estudo da interação propiciada pelas cartilhas, buscando elementos que permitissem entender o contexto ou a situação de que elas participam. Em seguida, realizamos o estudo contrastivo da maneira como, em cada cartilha, a instância de produção articula os constituintes do texto, estabelecendo relações de discurso (argumento, reformulação, comentário etc.). Julgamos relevante focalizar o plano da articulação do discurso, tendo em vista o papel importante que esse plano pode exercer no processo de figuração (Cunha, 2014a, 2015, 2017; Cunha, Braga, 2016). Por fim, combinamos os estudos realizados nas duas etapas iniciais, contrastando a maneira como, nas cartilhas estudadas, a articulação do discurso revela a gestão de faces e territórios que ocorre entre cada agência e os leitores visados.

Na sequência deste artigo, apresentaremos cada uma dessas etapas. Mas, antes, abordaremos, ainda que de maneira sucinta, as proposições centrais do Modelo de Análise Modular do Discurso.

2 UM MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DA COMPLEXIDADE DISCURSIVA

No Modelo de Análise Modular do Discurso, o discurso é concebido como interação verbal situada (Roulet, 1999; Roulet, Fillietaz, Grobet, 2001). Essa concepção de discurso conduz seus proponentes a desenvolverem um modelo de análise que se inscreve em um quadro epistemológico cognitivo-interacionista. Na busca por elucidar os princípios epistemológicos de que parte e em que situa sua proposta, Roulet (Roulet, Fillietaz, Grobet, 2001, p. 27-29) define as exigências que subjazem a toda abordagem cognitivo-interacionista dos estudos da linguagem. Para Roulet, uma abordagem dessa natureza deve:

- a) recusar uma concepção solipsista da comunicação que a reduza à mera transmissão de informações entre sujeitos isolados de todo contexto histórico e social;
- b) conforme Bally, Bakhtin, Austin, Searle, Ducrot, Bronckart e Clark, admitir que a função fundamental da linguagem é de ordem comunicativa e que a função de representação é secundária;
- c) adotar a hipótese de que toda comunicação constitui uma negociação permanente entre interactantes guiada por finalidades (*enjeux*);
- d) basear-se na hipótese de Bakhtin e Bronckart de que a ação linguageira é primeira em relação à língua e de que o sistema linguístico se desenvolve e se desenvolve progressivamente, no decorrer das negociações entre os interactantes;
- e) adotar, seguindo Bakhtin e Pike, um procedimento metodológico descendente;
- f) analisar discursos autênticos, ou seja, não fabricados pelo estudioso para fins de análise;
- g) conceber a língua como um sistema formado por subsistemas, que são movediços e permeáveis e que constituem uma abstração de modalidades de funcionamento dos discursos, o que aponta para a necessidade não de descartar, mas de reconsiderar as análises das gramáticas formais num quadro mais amplo;

- h) assim como o fazem Bronckart e Clark, distinguir os aspectos esquemáticos (sócio-históricos) e os aspectos emergentes (interacionais) do discurso.

Conforme Bronckart (2004), as exigências colocadas por Roulet para uma abordagem cognitivo-interacionista permitem aproximar o Modelo de Análise Modular do Discurso e sua própria abordagem, o Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2007). Apesar das especificidades teóricas e metodológicas de cada abordagem, ambas se guiam pelo princípio de que os discursos não emanam da atividade de uma consciência individual (Bronckart, 2004). Ao contrário, “eles são produtos da interação social e são condicionados por essa última, e, em razão desse estatuto, apresentam sempre um caráter *dialógico*; eles se inscrevem num *horizonte social* e se endereçam a um *auditório social*” (Bronckart, 2004, p. 369, grifos do autor).

Partindo de princípios interacionistas, Roulet busca, com o modelo modular, fornecer instrumentos de análise para descrever e explicar a organização de toda forma de discurso (oral, escrita, dialogal, monologal, literária, não literária). Isso significa que o modelo constitui um instrumento cuja finalidade é permitir a compreensão dessa organização como um todo e não apenas de um aspecto, plano ou dimensão do discurso, tais como a construção da cadeia referencial, a prosódia, a representação de discursos alheios, a estruturação do texto, a sintaxe etc. Articulando contribuições de estudiosos do texto e do discurso que se centraram em aspectos isolados da organização discursiva³, Roulet entende que o discurso enquanto interação verbal situada corresponde a uma forma de organização bastante complexa, resultante da confluência de informações de três dimensões: linguística, textual e situacional. Nessa perspectiva, a compreensão do discurso requer a consideração de todas essas dimensões e não apenas de uma delas.

Para dar conta dessa complexidade, Roulet (Roulet, Fillietaz, Grobet, 2001, p. 42) adota a hipótese da modularidade não como um princípio de funcionamento da mente (na linha dos cognitivistas radicais, como Fodor), mas como uma hipótese metodológica:

Adotar um dispositivo modular é fazer a hipótese de que um objeto complexo pode ser decomposto em um certo número de sistemas de informações simples e nocionalmente independentes, que determinam diferentes formas de organização; entendemos por nocionalmente independentes o fato de que cada sistema pode ser descrito num primeiro momento, sem referência a outros sistemas de informações.

Com base nesse método, propõe o autor que uma compreensão satisfatória do discurso apenas pode ser alcançada mediante dois movimentos, que são o de *desacoplagem* e o de *acoplagem*. Por meio do primeiro movimento, o analista identifica as informações básicas (módulos) de que o discurso se compõe (sintáticas, lexicais, hierárquicas, interacionais e referenciais). Conforme Cunha (2014, p. 30), “Um

³ Ao longo de sua formulação, desde o final dos anos 1970, o modelo modular foi incorporando e redefinindo conceitos teóricos sobre a estrutura da ação e do texto (Pike), a enunciação (Bakhtin/Volochinov, Benveniste, Ducrot) o contexto (Goffman, Bronckart), os atos de fala (Austin, Searle), a articulação textual e sua marcação por conectores (Ducrot), a polifonia (Ducrot), a construção da cadeia referencial (Danes, Chafe, Givón), os tipos e sequências textuais (Adam, Bronckart), a gestão de faces e territórios (Goffman, Kerbrat-Orecchioni, Brown e Levinson) etc. Para um histórico do Modelo de Análise Modular do Discurso, cf. Roulet (1999a).

módulo é definido como um sistema de informações elementares, o qual deve fornecer a descrição de um domínio específico da organização discursiva”. A descrição correspondente a cada módulo “deve ser exaustiva, coerente, econômica e independente da descrição dos domínios de que se ocupam outros módulos”.

Por meio do segundo movimento (acoplagem), as informações obtidas com o estudo dos módulos são (re)combinadas, com o fim de se descreverem as formas de organização de que o discurso se compõe (relacional, semântica, informacional, sequencial, enunciativa, tópica, polifônica, estratégica etc.) (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001, Marinho, 2004, Cunha, 2014). No modelo, a proposição de formas de organização tem como fim dar conta do fato de que, no discurso, as informações linguísticas, textuais e situacionais de que tratam os módulos são permeáveis, não podendo, portanto, ser estudadas apenas de modo isolado. Afinal, há fenômenos sintáticos (por exemplo, topicalização, nominalização, voz passiva, pronominalização) e discursivos (por exemplo, representação do discurso alheio, negociação de imagens identitárias, estratégias argumentativas) cujo entendimento apenas se obtém mediante a consideração conjunta de aspectos das dimensões linguística, textual e situacional.

Esses dois movimentos de desacoplagem e acoplagem de informações componentes da organização do discurso são inerentes à análise proposta por Roulet e, por isso, o levam a postular que uma abordagem modular da organização do discurso implica duas exigências:

- a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos) reduzidos a informações simples e b) descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados. (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001, p. 42)

Neste trabalho, o estudo da forma de organização estratégica das cartilhas da ANAC e da ANATEL foi feito, como exposto na introdução, em três etapas. Na primeira, estudamos a dimensão situacional das cartilhas, buscando informações dos módulos interacional e referencial para verificar quem são os interactantes que interagem por meio da cartilha, bem como as relações de faces e territórios que caracterizam essa interação. Na segunda etapa, contrastamos o modo como, nas cartilhas, a instância de produção estabelece relações de discurso (argumento, reformulação, comentário etc.). No modelo, esse estudo se faz na forma de organização relacional. Por último, as análises realizadas nas duas etapas iniciais foram combinadas, a fim de verificarmos, com o estudo da forma de organização estratégica das duas cartilhas, que a articulação do discurso está a serviço da gestão de faces e territórios que ocorre entre cada agência e os leitores visados. A seguir, expomos os resultados de cada uma dessas etapas.

3 A DIMENSÃO SITUACIONAL DAS CARTILHAS

A relação ou o “contato social” (Goffman, 1973) propiciado pelos exemplares do gênero cartilha é de tipo bastante particular. Uma cartilha não apenas medeia uma interação social, mas a cria, uma vez que possibilita a determinados

agentes sociais (redatores das cartilhas⁴) criar um espaço de interação fictício em que instâncias de produção e recepção (agência e leitores, respectivamente) dialogam. Tratando de discursos organizacionais e buscando a contribuição, em especial, da teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987), Cunha (2016) descreve o regime enunciativo desse tipo de discurso, ao qual pertencem as cartilhas.

No discurso organizacional, o sujeito produtor do enunciado (o redator) ocupa uma posição subsidiária em relação ao sujeito responsável pelo enunciado (a organização), sendo este o sujeito com o qual o público-alvo efetivamente dialoga. Tanto é assim que, para esse público-alvo, apenas o sujeito responsável pelo enunciado existe. O redator anônimo que o elaborou não participa do regime enunciativo que o enunciado dá a ver. (Cunha, 2016, p. 113)

No discurso organizacional, o redator é quem efetivamente produz o enunciado. No entanto, a descrição que esse enunciado dá da enunciação não comporta nenhuma marca que remeta a seu produtor efetivo. [...] De fato, no discurso organizacional, se há marcas que revelam seu responsável, elas referem não o produtor efetivo, mas outra instância, a organização. (Cunha, 2016, p. 115)

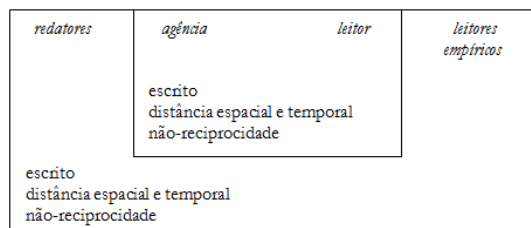
No modelo modular, a caracterização desse espaço de interação fictício em que uma organização, como uma agência reguladora, dialoga com o leitor se faz com o auxílio de duas noções de natureza situacional, que são o quadro interacional e o quadro acional.

O quadro interacional descreve as propriedades materiais da interação (*canal*: oral, escrito, visual; *modo de interação*: co-presença ou distância espacial e temporal entre os interagentes; *tipo de vínculo*: existência ou não de reciprocidade entre eles), bem como o processo pelo qual, em uma dada interação, diferentes níveis interacionais podem estar encaixados (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001).

Nos exemplares do gênero cartilha, a materialidade da interação se caracteriza pelo encaixamento de, pelo menos, dois níveis interacionais. No primeiro, os redatores da cartilha dialogam com os leitores efetivos. Esse é o nível em que a interação ocorre entre sujeitos empíricos e em que estão situados os agentes que se responsabilizam pela produção e pela leitura efetivas da cartilha. No segundo, que é englobado pelo primeiro, a agência dialoga com o público previsto ou representado pelos redatores situados no primeiro nível interacional. Assim, o nível mais interno é uma criação dos redatores, agentes localizados no primeiro nível, já que são eles os responsáveis pela representação, no discurso, de uma instância (a agência) que assume a responsabilidade pelo que é dito na cartilha e por outra instância (o leitor) que corresponde às expectativas ou hipóteses desses redatores sobre quem são os leitores efetivos da cartilha. Ambos os níveis se caracterizam pela distância espacial e temporal entre os interagentes, pelo canal escrito e pela ausência de reciprocidade. Esse quadro interacional pode ser representado por meio do Quadro 1.

⁴ O termo 'redatores' recobre o conjunto dos profissionais (autores, ilustradores, fotógrafos, diagramadores, editores, revisores etc.) que participam da elaboração de uma cartilha.

Quadro 1 - Quadro interacional



Por sua vez, o quadro acional descreve as propriedades referenciais de uma interação verbal, propriedades que dizem respeito aos agentes e ao modo como participam da ação conjunta. Partindo da hipótese de que o engajamento dos participantes do discurso não acontece de forma desorganizada, esse quadro busca reconstruir as propriedades ligadas às instâncias agentivas de uma interação, propriedades responsáveis em grande medida pela regulação das produções verbais (Filliettaz, 2000; Cunha, 2013). Neste trabalho, interessa-nos, por meio do quadro acional, descrever propriedades da interação de nível mais interno do quadro interacional, que é aquele em que interagem a agência e o leitor visado, já que, como exposto, é a agência (e não o redator) que assume a responsabilidade pelo que é dito na cartilha.

Um elemento importante da composição do quadro acional são as posições acionais ocupadas pelas instâncias. Essas posições se referem à representação das identidades participativas que são efetivamente assumidas pelos agentes e se definem, dentre outros aspectos, pelo status, pela face e pelo território (Filliettaz, 2000)⁵.

No que se refere ao status, a dimensão performativa das informações expressas numa cartilha vem do lugar de poder assumido pela instância que assume a responsabilidade pelo que é dito na cartilha. Esse lugar de poder decorre evidentemente do status de agência reguladora do Estado de que dispõe essa instância. Por isso, numa cartilha, mesmo quando a agência apenas apresenta informações, ela prescreve ações a serem realizadas pelo leitor ou por um terceiro, buscando, com isso, modificar a realidade. É o que ocorre neste trecho de uma cartilha componente do *corpus* deste estudo. Nessa cartilha, a ANAC dialoga com passageiros, informando seus direitos.

Nos casos de atraso e cancelamento de voo e preterição de embarque (embarque não realizado por motivo de segurança operacional, troca de aeronave, *overbooking*, etc.), o passageiro que comparecer para embarque tem direito à assistência material, que envolve comunicação, alimentação e acomodação.

Do ponto de vista linguístico, o trecho é uma asserção. Mas, tendo em vista o lugar de poder da ANAC ou seu status de agência reguladora do Estado, o trecho ganha o valor ilocucionário de ordem, segundo a qual a empresa aérea está obrigada a oferecer assistência material ao passageiro, em caso de atraso e cancelamento de voo

⁵ Além das posições acionais, o quadro acional se compõe ainda dos *enjeux comuns* (finalidades compartilhadas pelos agentes), das *ações participativas* (objetivos individuais de cada um dos agentes) e dos *complexos motivacionais* (razões exteriores à situação que motivam a interação) (Filliettaz, 2000, Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). Neste trabalho, serão suficientes as informações fornecidas pelas posições acionais.

e preterição de embarque. Desse modo, o valor ilocucionário do enunciado vem mais da autoridade da instância por ele responsável do que propriamente da forma como o enunciado foi escrito⁶. Mesmo que o enunciado não apresente um verbo performativo (*ordenar, condenar, batizar*), ele tem o poder, decorrente do capital simbólico acumulado pelos agentes responsáveis por sua produção (a agência e os profissionais que nela elaboram documentos), de manter, reforçar ou alterar determinadas relações de poder, especificando o que agentes sociais podem ou não fazer e constituindo, dessa forma, um meio de modelagem social.

Quanto à face⁷, cada agência reivindica valores sociais ligados a seu status de agência governamental criada para regular (fiscalizar) setores da sociedade, impondo normas de conduta, garantir o funcionamento de uma sociedade de mercado (capitalista) e preservar os direitos do cidadão/consumidor, ao passo que o leitor representado na cartilha reivindica o respeito a seus direitos de cidadão/consumidor nessa sociedade de mercado.

No que se refere ao território, a agência preserva, omitindo, todos os tópicos que possam comprometer ou ferir a face reivindicada, como, por exemplo, os interesses mercadológicos e privatistas que constituem o motivo de sua criação e que, por isso, costumam ser evitados no texto da cartilha⁸. Por sua vez, o território do leitor se constitui de seus direitos enquanto cidadão/consumidor.

As relações de face e território que se estabelecem entre os interagentes que ocupam o nível mais interno do quadro interacional (agência e leitor) são bastante agressivas para o leitor. Isso porque a agência, tendo em vista seu status, tem legitimidade para expor os direitos do outro, o que constitui uma invasão a seu território. Afinal, informar os direitos de alguém é invadir seu território, na medida em que se revela um domínio de sua territorialidade ou uma parte daquilo que lhe pertence. Mas, mais importante, informar os direitos do outro é (de)limitar pelo outro, para o outro e à sua revelia a natureza e a quantidade desses direitos; é, portanto, tirar ou diminuir sua autonomia (Goffman, 1973).

A revelação desses direitos tem duas implicações importantes para a face do leitor ou para a atribuição a ele de valores sociais. Em primeiro lugar, ao revelar seus direitos, a agência atribui a ele uma ignorância acerca desse domínio de seu território, fazendo crer que o outro desconhece o que é seu de direito. Em segundo lugar, a revelação desses mesmos direitos contribui para atribuir ao leitor a imagem de uma

⁶ Tal como observado por Bourdieu (1982), em crítica à teoria dos atos de fala de Austin (1962), a força das palavras e sua capacidade de agir sobre o outro e sobre a realidade vem do poder (capital simbólico) acumulado por aquele que fala e pelo grupo a que este pertence. Assim, para entender a eficácia das palavras é preciso articular “as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciar esse discurso” (Bourdieu, 1982, p. 111).

⁷ A noção de face deve ser compreendida como “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha [de conduta social] que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular” (Goffman, 2011, p. 13-14). Complementando a noção de face, a de território corresponde ao conjunto de elementos físicos e simbólicos que o locutor deseja preservar no decorrer da interação (Goffman, 1973).

⁸ Para um estudo aprofundado dos interesses privatistas que nortearam a criação das agências reguladoras no Brasil, cf. Dasso Jr. (2006).

instância duplamente frágil. Ele é frágil em relação às empresas, de quem precisa ser defendido pela agência, e é frágil em relação à agência, que precisa atuar na definição de seus direitos e em sua defesa no trato com as empresas.

O que legitima e sustenta o exercício dessa agressividade da agência contra o leitor é exatamente seu status. Afinal, é o status de agência reguladora do Estado que dá à instância responsável pelo que é dito legitimidade para realizar essa violência verbal (simbólica) e para fazer crer que o exercício dessa violência é em benefício do outro. Em outros termos, é essa legitimidade que dá à agência o direito de produzir um discurso de Estado, ou seja, um discurso cuja violência, tendo em vista sua origem estatal, não é questionada ou deslegitimada (Bourdieu, 2014).

Porém, dependendo de quem é esse outro, ou melhor, de como esse outro é representado pelos agentes sociais que elaboram a cartilha (redatores), serão usadas ou não estratégias discursivas para amenizar ou intensificar a agressão ao território e à face do leitor. Assim, em cada cartilha, o diálogo entre a agência e o leitor possui especificidades que dependem de como os redatores concebem a instância com quem a agência dialoga: quem é esse agente social, de quanto poder (capital simbólico acumulado lhe permitindo agir sobre outros) esse agente dispõe, quem são os demais agentes (empresas de aviação, postos de gasolina, empresas de telefonia etc.) com os quais indiretamente a agência dialoga, quais são as relações de poder existentes entre esses demais agentes e o leitor etc.

Em sua cartilha, a ANAC explica quais procedimentos os passageiros devem realizar em caso de atraso e cancelamento de voo. A leitura da cartilha permite levantar algumas hipóteses sobre quem é esse passageiro com quem a ANAC dialoga. É alguém que tem domínio de outras línguas, tendo em vista a presença, no texto da cartilha, de termos em inglês, como *overbooking*, bem como a informação, ao final da cartilha, de que a central de atendimento recebe ligações em português, inglês e espanhol. Da mesma forma, é alguém que tem relativa familiaridade com as práticas que ocorrem em um aeroporto, em virtude da presença de termos como escala, conexão, tarifa de embarque, segurança operacional, termos cujo conhecimento pelo leitor é pressuposto, já que não são acompanhados de explicação. Essas informações revelam que a ANAC dialoga com um leitor com relativo poder aquisitivo⁹.

Por sua vez, a ANATEL, em sua cartilha, explica quais são os direitos dos cidadãos que criam uma conta telefônica e os deveres das empresas de telefonia. Mais especificamente, a cartilha trata de aspectos contratuais da relação entre usuário e empresa de telefonia, especificando direitos do usuário (“Conhecer previamente as condições de contratação, prestação e suspensão do serviço”; “Ser notificado por escrito em caso de inadimplência e da conseqüente rescisão de contrato”; “Receber em dobro os valores pagos que foram cobrados indevidamente”) e deveres das empresas (“Dar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”; “Assegurar a disponibilidade mínima de um posto de venda de cartões para cada grupo de 12 orelhões”; “Manter centrais de atendimento para

⁹ Dados do IPEA de 2010 sustentam nossa interpretação. Eles revelam a existência de uma correlação entre a demanda de voos nacionais e o aumento do poder aquisitivo do brasileiro que usa o avião como meio de transporte. A partir da década de 1990, mas em especial a partir dos anos 2000, o aumento na demanda de voos acompanhou a elevação do PIB e da renda Per Capta, o que evidencia que quanto maior o poder aquisitivo da população, maior o número de voos (IPEA, 2010).

intermediação da comunicação telefônica para deficientes auditivos”).

Por isso, o público leitor dessa cartilha é mais amplo e heterogêneo do que o da cartilha da ANAC. Porém, verifica-se que a agência se dirige não a todo e qualquer cidadão, mas ao usuário comum de telefonia, ou seja, ela dialoga não com os responsáveis por linhas telefônicas de estabelecimentos comerciais ou empresas, por exemplo, mas sim com pessoas que têm telefone fixo em casa e que podem fazer uso de orelhões, considerando a exigência, expressa na cartilha, de que as empresas assegurem a disponibilidade de pontos de venda de cartões para telefones de uso público (orelhões).

Neste item, realizamos, ainda que de modo sucinto, uma descrição de aspectos importantes da dimensão situacional das cartilhas em estudo neste trabalho. As informações constantes deste item serão importantes para a explicação das diferenças na maneira como, em cada cartilha, é desenvolvido o processo de negociação entre a agência e os leitores e, por isso, serão retomadas no último item deste trabalho, que trata da forma de organização estratégica das cartilhas. No próximo item, será apresentado o estudo contrastivo da articulação do discurso nas duas cartilhas.

4 ARTICULAÇÃO DO DISCURSO: UM ESTUDO CONTRASTIVO DAS CARTILHAS

Para o Modelo de Análise Modular do Discurso, toda interação, monológica ou dialógica, se caracteriza por um processo de negociação em que os interlocutores trocam cumprimentos, informações, críticas, despedidas etc. Por exemplo, um bate-papo se caracteriza por um processo de negociação em que a pergunta de um locutor provoca a resposta do outro. Por sua vez, a resposta permite ao primeiro realizar um agradecimento, fazer uma objeção a ela ou pedir um esclarecimento, evidenciando sua gratidão, seu desacordo ou sua incompreensão (Cunha, 2017).

Esse processo de negociação subjaz a toda interação e não só aos diálogos orais e face a face, tendo em vista a natureza dialógica de toda produção linguística (Bakhtin, 2003). Uma reportagem veiculada em um jornal pode motivar a produção de cartas de leitores ou comentários nas redes sociais. A promulgação de uma lei constitui uma proposição que pode dar origem a debates, artigos de opinião, discussões, etc. A cartilha, gênero de que se ocupa este trabalho, pode ser entendida como uma proposição que motiva a produção de telefonemas para a central de atendimento das agências, reclamações sobre o excesso ou a falta de regulamentação, matérias jornalísticas sobre as regras impostas para agentes do mercado etc.

Caracteriza o processo de negociação a necessidade de que cada etapa desse processo – proposição, reação, ratificação – seja elaborada de modo suficientemente claro e completo, para que seja possível a interação. Por isso, a busca dos interlocutores por produzir uma intervenção suficientemente completa pode fazer com que cada etapa do processo de negociação apresente configurações bastante complexas. Em função das hipóteses do locutor sobre quem é seu interlocutor (quais conhecimentos possui, qual sua posição acional na interação, quais suas exigências em termos de face e território etc.), ele pode produzir uma intervenção estruturalmente complexa, para que o outro não peça esclarecimentos e não inicie negociações secundárias (Roulet, 1986; Cunha, 2017). Em outros termos, em função

de como representa aquele com quem dialoga, o locutor pode ser levado a realizar diferentes manobras que, no texto, correspondem a relações de discurso, tais como argumentar, comentar, reformular, contra-argumentar etc. (Roulet, 2003; Cunha, 2015).

Para dar conta dessas manobras, o modelo modular propõe categorias genéricas de relações de discurso, cujo estudo se faz na forma de organização relacional (Roulet, 2003; Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). As informações expressas em textos monológicos (não produzidos por dois locutores) se ligam por oito categorias de relações de discurso interativas: argumento, comentário, topicalização, reformulação, tempo, preparação, contra-argumentação e clarificação. Essas categorias genéricas abarcam relações específicas. Por exemplo, a relação de argumento abarca as relações de condição, argumento suplementar, explicação, justificativa, exemplificação etc. (Roulet, 2003), ao passo que a relação de tempo abarca as relações de sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, inclusão etc. (Cunha, 2012).

A comparação dos processos de negociação desenvolvidos por meio das duas cartilhas estudadas neste trabalho permite perceber que, em relação à cartilha da ANATEL, a ANAC realiza manobras discursivas mais complexas para produzir uma intervenção (a própria cartilha) suficientemente completa. Assim, na busca por produzir uma intervenção que possa ser considerada completa e adequada pelo leitor, a ANAC justifica, explica, exemplifica, traz argumentos potenciais, apresenta condições etc. Por isso, nessa cartilha, há um percentual elevado de relações de argumento, por meio das quais a ANAC oferece justificativas para a exposição de direitos, exemplifica informações expressas, explica as condições para a concessão de direitos dos passageiros etc. Especificamente, na cartilha, há um total de 156 relações de discurso, sendo 90 (57,7%) de argumento, 23 (14,7%) de comentário, 7 (4,6%) de preparação, 5 (3,2%) de topicalização, 2 (1,3%) de contra-argumentação e 1 (0,6%) de tempo. Há ainda 28 (17,9%) ocorrências de coordenação¹⁰.

Esses resultados evidenciam que os redatores da cartilha concebem o leitor que dialoga com a ANAC como alguém que não se contenta com a simples justaposição de direitos e deveres, necessitando ser convencido das informações expressas nos constituintes centrais do texto. A simples justaposição de constituintes textuais, sem informações subsidiárias fornecendo exemplos, explicações, justificativas etc., poderia levar esse leitor à abertura de negociações secundárias com função de esclarecimento¹¹.

¹⁰ Constituintes coordenados são aqueles entre os quais não é possível inferir nenhuma relação de discurso (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). Neste trabalho, a coordenação foi considerada como uma relação de discurso.

¹¹ Porque a cartilha é um gênero monológico, que não permite a abertura de trocas secundárias no instante em que uma objeção surge, a abertura de negociações secundárias pode ocorrer por meio da realização de ligações telefônicas ou do envio de mensagens eletrônicas (e-mails) para a central de atendimento. Na cartilha da ANAC, as formas de contato do leitor são expostas ao final do texto (“FALE COM A ANAC Internet: www.anac.gov.br/faleanac Central de atendimento: 0800 725 4445 (atendimento 24 horas por dia em português, inglês e espanhol)”). Na cartilha da ANATEL, que estudaremos em seguida, há apenas o endereço eletrônico da agência (www.anatel.gov.br) e um número telefônico (133).

A mesma comparação dos processos de negociação desenvolvidos por meio das duas cartilhas permite verificar que, em relação à cartilha da ANAC, os redatores da cartilha da ANATEL consideram que uma intervenção suficientemente completa e adequada para a interação pode ser elaborada de modo mais simples, por meio da justaposição de constituintes textuais expressando direitos do consumidor e deveres das empresas, e, conseqüentemente, que o leitor que dialoga com a agência não é alguém que exige justificativas, exemplos ou explicações. Assim, a ANATEL dialoga com um leitor de quem não se espera a abertura de negociações secundárias com função de esclarecimento ou um leitor de quem a abertura de negociações desse tipo, feita por meio de ligações telefônicas ou de mensagens eletrônicas, não é vista como um problema.

Por isso, essa cartilha se caracteriza por apresentar um percentual elevado de constituintes coordenados. Na cartilha, há um total de 52 relações: 19 (36,6%) de coordenação, 13 (25,0%) de argumento, 10 (19,2%) de preparação, 5 (9,6%) de comentário, 4 (7,7%) de topicalização e 1 (1,9%) de contra-argumentação. A coordenação de constituintes textuais é a forma de estruturação textual que caracteriza qualquer tipo de lista (lista de produtos a serem comprados no supermercado, lista de alimentos dispostos num cardápio, lista de nomes e números na lista telefônica etc.). Elaborando a cartilha por meio da justaposição de constituintes textuais, a ANATEL limita-se basicamente à exposição de direitos e deveres, oferecendo poucos argumentos para justificar, explicar, exemplificar esses mesmos direitos e deveres.

Para ilustrar as diferenças de estruturação textual das duas cartilhas, vamos estudar um trecho de cada uma delas. Começamos com o estudo de um trecho da cartilha da ANAC. A numeração presente nos dois trechos indica que eles foram segmentados em atos. O ato é a unidade mínima de análise do modelo modular (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001).

(5) Nos casos de atraso e cancelamento de voo e preterição de embarque (6) (embarque não realizado por motivo de segurança operacional, troca de aeronave, *overbooking*, etc.), (7) o passageiro que comparecer para embarque tem direito à assistência material, (8) que envolve comunicação, alimentação e acomodação.

(9) Essas medidas têm como objetivo minimizar o desconforto dos passageiros enquanto aguardam seu voo, (10) atendendo às suas necessidades imediatas.

(11) A assistência é oferecida gradualmente, pela empresa aérea, (12) de acordo com o tempo de espera, (13) contado a partir do momento em que houve o atraso, cancelamento ou preterição de embarque, (14) conforme demonstrado a seguir:

(15) A partir de 1 hora: (16) comunicação (17) (internet, telefonemas, etc.).

(18) A partir de 2 horas: (19) alimentação (20) (*voucher*, lanche, bebidas, etc.).

(21) A partir de 4 horas: (22) acomodação ou hospedagem (23) (se for o caso) (24) e transporte do aeroporto ao local de acomodação. (25) Se você estiver no local de seu domicílio, (26) a empresa poderá oferecer apenas o transporte para sua residência e desta para o aeroporto.

(27) Se o atraso for superior a 4 horas (28) (ou a empresa já tenha a estimativa de que o voo atrasará esse tempo), (29) ou houver cancelamento de voo ou preterição de embarque, (30) a empresa aérea deverá oferecer ao

FLP 20(1)

passageiro, além da assistência material, opções de acomodação ou reembolso.

Nesse trecho, a informação central se encontra nos atos (05-08), que correspondem ao primeiro parágrafo. Isso porque a finalidade de todo o trecho é informar em que condições o passageiro terá direito à assistência material, que é a informação dada no ato (07): “o passageiro que comparecer para embarque tem direito à assistência material”. Todo o restante do trecho (09-30) traz informações sobre essa assistência material e, por isso, constitui uma intervenção que se liga por uma relação de argumento à intervenção formada pelos atos (05-08).

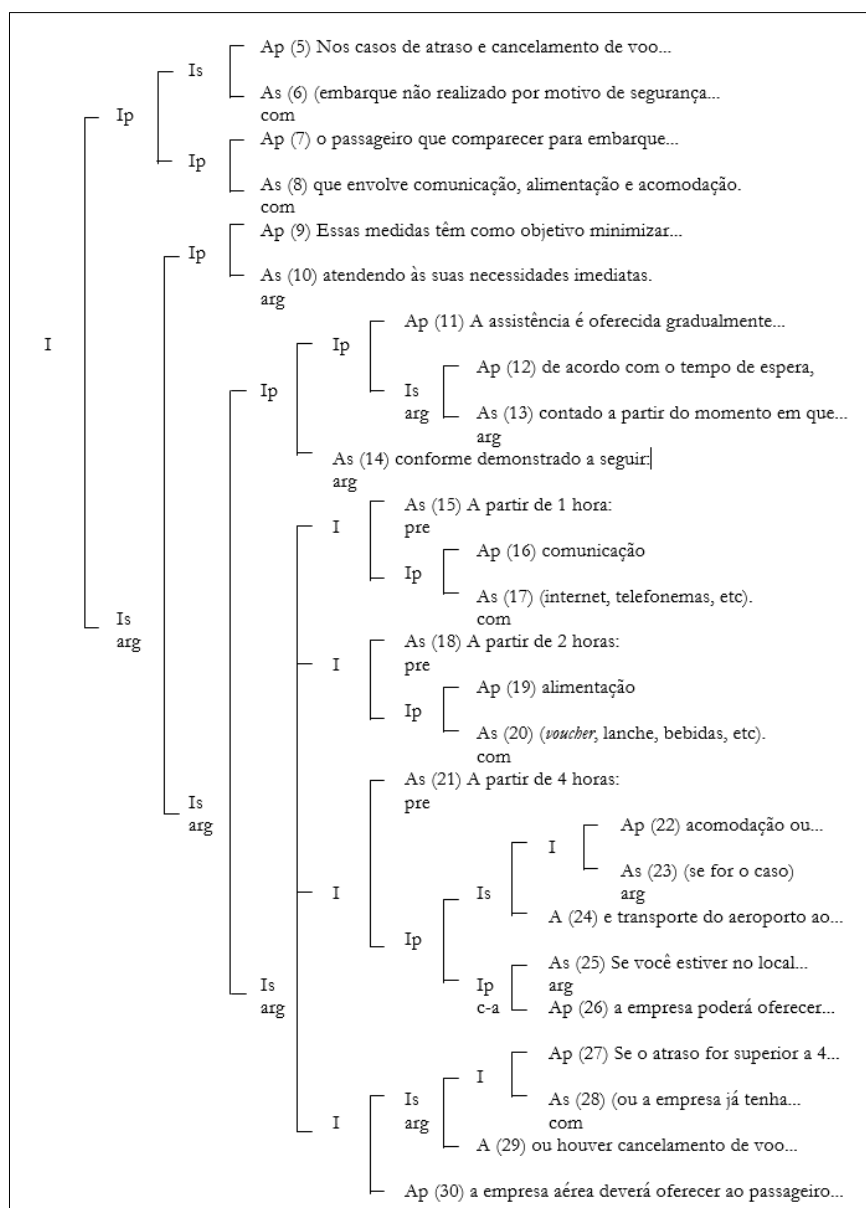
Na intervenção (09-30), os direitos dos passageiros são apresentados, nos atos (09-10), como medidas que visam minimizar o desconforto dos passageiros e atender às suas necessidades (“(9) Essas medidas têm como objetivo minimizar o desconforto dos passageiros enquanto aguardam seu voo, (10) atendendo às suas necessidades imediatas”). Entre os atos (09) e (10), há uma relação de argumento, já que o ato (10) explica por que é necessário “minimizar o desconforto dos passageiros enquanto aguardam seu voo” (09). Esses atos compõem uma intervenção em relação à qual a intervenção formada pelos atos (11-30) constitui um grande argumento com que o locutor detalha como a assistência será oferecida. Nessa grande intervenção, os atos (11-14) informam que a empresa oferecerá assistência de forma gradual, considerando o tempo de espera (“(11) A assistência é oferecida gradualmente, pela empresa aérea, (12) de acordo com o tempo de espera, (13) contado a partir do momento em que houve o atraso, cancelamento ou preterição de embarque, (14) conforme demonstrado a seguir:”). Esse trecho, assim como os atos (05-08) rapidamente analisados no item anterior, constitui um exemplo de como, nas cartilhas, enunciados assertivos ganham o valor de ordem. Afinal, os atos expressam um dever a ser cumprido pelas empresas aéreas.

Em relação aos atos (11-14), os atos (15-30) formam uma intervenção subordinada com função de argumento, porque especificam como a assistência será oferecida gradualmente. Essa intervenção é composta de quatro intervenções coordenadas. Cada uma delas informa os direitos do passageiro cujo voo está atrasado ou foi cancelado ou preterido, em distintos intervalos temporais (a partir de uma hora, de duas horas, de quatro horas e superior a quatro horas). Em cada uma dessas intervenções, especificam-se o direito (alimentação, comunicação, acomodação ou hospedagem etc.), bem como as condições para que o direito seja concedido. Por isso, cada uma dessas intervenções coordenadas se compõe de um ato principal, em que se expressa o direito do passageiro, e de atos ou intervenções subordinados ao ato principal que explicam ou comentam o direito.

No modelo modular, o estudo da articulação dos constituintes textuais por meio das relações de discurso é representado em estruturas hierárquico-relacionais. A Fig. 1 traz a estrutura hierárquico-relacional do trecho analisado, representando a descrição feita anteriormente. Essa estrutura reúne informações sobre os constituintes textuais (ato = A; intervenção = I), sobre a hierarquia existente entre esses constituintes (principal = p; subordinado = s), bem como sobre as relações de discurso existentes entre as informações expressas nesses constituintes textuais (argumento = arg; comentário = com; preparação = pre). A coordenação de constituintes textuais é representada pela ausência de indicação sobre hierarquia entre

FLP 20(1)

eles. É o que acontece, na estrutura, entre as intervenções coordenadas (15-17), (18-20), (21-26) e (27-30).



FLP 20(1)

Figura 1 - Estrutura hierárquico-relacional (ANAC)

Passemos agora ao estudo de um trecho da cartilha da ANATEL.

- (41) Na sua conta:
- (42) Contestar os débitos lançados em sua conta que considere indevidos.
- (43) A nova inclusão do débito contestado está condicionada à comprovação da prestadora sobre a realização das chamadas e à respectiva comunicação por escrito ao consumidor
- (44) Receber em dobro os valores pagos que foram cobrados indevidamente
- (45) Receber crédito proporcional à assinatura, (46) quando houver interrupção do serviço

- (47) Não ser cobrado em valor superior ao da habilitação, (48) quando houver mudança de endereço
- (49) Solicitar que cada prestadora encaminhe separadamente seu documento de cobrança
- (50) A prestação de qualquer novo serviço, utilidade ou comodidade deverá ser expressamente autorizada pelo usuário.

Os constituintes textuais (atos e intervenções) desse trecho se articulam de maneira bastante simples, tendo em vista o fato de o trecho ser uma lista de direitos do usuário de telefonia fixa, bem como o fato de que cada um dos direitos não é acompanhado de argumentos que o justifiquem ou expliquem, diferentemente do que ocorre no trecho da cartilha da ANAC analisado anteriormente. Na cartilha da ANATEL, quando esses argumentos existem, eles são muito sucintos, formados por um ato apenas e introduzidos por conectores que não são típicos da relação de argumento, como o *quando*. Essa análise pode ser representada por meio desta estrutura hierárquico-relacional (Fig. 2), cujas convenções de formulação são as mesmas da estrutura anterior. Nesta há uma relação ausente no trecho da cartilha da ANAC, que é a de topicalização (top).

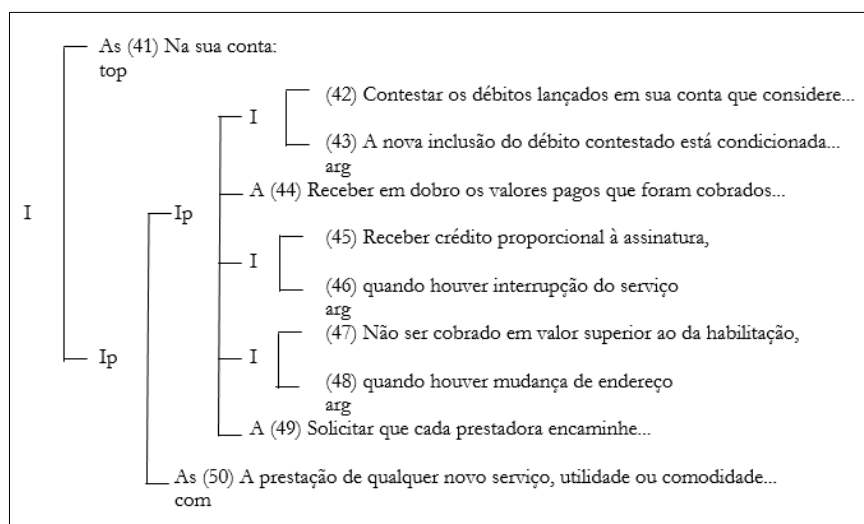


Figura 2 - Estrutura hierárquico-relacional (ANATEL)

Após o estudo contrastivo do processo de negociação desenvolvido nas duas cartilhas, a etapa final deste estudo consiste em estudar a forma de organização estratégica das cartilhas, buscando explicar, à luz do estudo da dimensão situacional, realizado no item anterior deste trabalho, as diferenças verificadas na maneira como em cada cartilha se escolheu desenvolver o processo de negociação. Essa explicação permitirá alcançar o objetivo deste trabalho, qual seja, evidenciar que, na prática de leitura mediada pelas cartilhas da ANATEL e da ANAC, essas cartilhas atuam não apenas como veículo de informações de interesse público, mas também como instrumento que expressa e reforça as relações de poder entre instâncias governamentais e diferentes segmentos da população.

5 O IMPACTO DA INTERAÇÃO SOBRE A ARTICULAÇÃO DO DISCURSO

Observa Roulet (Roulet et al., 1985, p. 9) que “a estrutura do discurso é amplamente determinada pelas restrições da interação verbal”. Assim, o contexto exerce forte impacto sobre o desenvolvimento do processo de negociação (Roulet, 1988). Em outros termos, o contexto

restringe a forma como os interlocutores desenvolvem o processo de negociação e, conseqüentemente, como eles podem iniciar proposições, reagir a elas, detectar e avaliar problemas de completude, contribuir no reparo desses problemas, etc. Nessa perspectiva, a situação de ação restringe quais manobras discursivas são possíveis e quais não são possíveis de ser realizadas pelos interlocutores (Cunha, 2017, p. 1704).

Parte importante do contexto é a maneira como os interagentes fazem a gestão de faces e territórios, atribuindo ou negando para si e para o outro determinados valores sociais e protegendo seu território das investidas alheias ou invadindo o território do outro. Esse aspecto do discurso, estudado no item inicial deste trabalho, impacta a maneira como os interagentes constroem o discurso, mobilizando informações dos diferentes planos de sua organização: sintático, lexical, hierárquico, sequencial, prosódico, tópico etc. (Roulet, 1999; Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001; Cunha, 2013). No modelo modular, o processo por meio do qual os interagentes mobilizam esses planos do discurso para fazer a gestão de faces, territórios e lugares é denominado processo de figuração. Nesse processo, os recursos textuais e linguísticos, em função do papel que assumem na co-construção de imagens identitárias, são vistos como estratégias discursivas.

Neste trabalho, não estudamos todas as estratégias discursivas mobilizadas nas cartilhas. Optamos por focalizar a articulação dos constituintes do texto e a marcação das relações de discurso por meio de conectores, tendo em vista o papel importante que esse plano da organização do discurso pode desempenhar no processo de figuração (Cunha, 2014, 2015). A finalidade é investigar em que medida, nas cartilhas, as relações de discurso, descritas no item anterior, constituem estratégias discursivas por meio das quais as agências amenizam ou agravam o ataque à face do leitor e a invasão ao seu território, dependendo de quem é esse leitor ou da maneira como ele é representado.

Em sua cartilha, a ANAC se dirige a um público-leitor formado por pessoas com capital econômico e cultural relativamente elevado. Essa característica da interação propiciada pela cartilha faz com que a agência não se limite a informar quais são os direitos do passageiro, expondo uma parte de sua territorialidade, mas se esforce por revelar os motivos que fazem esse passageiro ser merecedor desses direitos. Em outros termos, a agência, por meio, em especial, das relações de argumento, ameniza a invasão ao território do leitor e valoriza sua face. Com isso, torna mais equilibrada uma relação de poder desigual entre uma agência governamental e determinada parcela da sociedade. Vejamos, de maneira mais detalhada, como ocorre esse processo.

Na cartilha, a finalidade central é informar um direito do passageiro, direito que é expresso no ato (07): “o passageiro que comparecer para embarque tem direito à assistência material”. Não por acaso, esse é o ato mais hierarquicamente superior na

estrutura hierárquico-relacional (Fig. 2). Os atos que o circundam especificam esse direito, trazendo informações suplementares supostamente desconhecidas do leitor. Como vimos, informar um direito é expor o território daquele que o detém, (de)limitando a natureza e a quantidade desses direitos, e é, ao mesmo tempo, atribuir a ele a ignorância desse direito, atacando sua face. Para amenizar essas agressões contra o leitor, a ANAC faz de todo o restante do trecho (atos 09-30) uma grande intervenção com função de argumento, cujos constituintes, como foi analisado, se ligam por várias relações de argumento. Por meio dessas relações, a ANAC ameniza as agressões cometidas contra a face e o território do leitor, ao explicar em que medida esses direitos o favorecem por serem benéficos para sua face ou capitalizadores de valores sociais positivos, como se observa nos atos (09-10): “(9) Essas medidas têm como objetivo minimizar o desconforto dos passageiros enquanto aguardam seu voo, (10) atendendo às suas necessidades imediatas.”.

Nessa perspectiva, as relações de argumento constituem estratégias discursivas por meio das quais a agência, instância que assume a responsabilidade pelo dito, atribui ao leitor valores sociais positivos (dignidade, respeito, importância), expressando deferência em relação a ele e, por isso mesmo, amenizando os ataques à sua face e a invasão ao seu território. Assim, ainda que a ANAC seja o agente mais poderoso da interação, em função de seu status de agência reguladora do Estado, a relação de poder entre os interagentes se constrói de maneira relativamente equilibrada, já que a ANAC se dirige a um interlocutor que ocupa uma posição social que o torna merecedor de ser esclarecido e respeitado, tendo sua autoimagem preservada e valorizada.

Já na cartilha da ANATEL, diferentemente do que ocorre na da ANAC, a agência se limita a informar os direitos do leitor, o que contribui para o estabelecimento de um processo de figuração agressivo para ele. Ao dialogar com o leitor, a ANATEL, por meio da coordenação de constituintes textuais, expõe uma parte de seu território (seus direitos). Ao mesmo tempo, tendo em vista a escassez de argumentos que justifiquem esses direitos ou expliquem o porquê de sua exposição, atribui a ele a ignorância desses mesmos direitos, bem como uma fragilidade em relação à agência, de cuja proteção necessita, e em relação às empresas de telefonia, de que precisa ser protegido. Esse modo de elaborar a cartilha contribui, portanto, para construir a imagem de uma agência que, no trato com o leitor, não ameniza ou ameniza pouco a invasão ao seu território e os ataques à sua face, reforçando uma relação de poder mais vertical entre uma instância muito poderosa (a agência) e uma instância pouco poderosa (o leitor).

Revelador desse processo de negociação agressivo é o fato de que duas das raras relações de argumento presentes no trecho analisado são marcadas pelo *quando*, conector típico da relação de tempo (Cunha, Marinho, 2012), e não por conectores típicos da relação de argumento, como *se*, *porque*, *por exemplo*, *já que* etc. Nas duas ocorrências, o *quando* poderia ser substituído pelo conector *se*, como revela a substituição da primeira das duas ocorrências: “(45) Receber crédito proporcional à assinatura, (46) *quando (se)* houver interrupção do serviço”.

Como evidenciado em Cunha (2014a), em estudo sobre o uso do *quando* como marca de reformulação em reportagens, marcar uma relação de discurso com um conector típico de outra relação constitui uma estratégia que tem papel

FLP 20(1)

importante na maneira como os interlocutores constroem imagens identitárias. No trecho em análise, o uso do *quando* torna menos perceptível a relação de argumento (condição) e faz da interrupção do serviço pela prestadora um fato cuja ocorrência é mais certa. Com o emprego do *quando*, a agência compromete a imagem das prestadoras, já que coloca como previsíveis problemas com o serviço de telefonia, e do leitor, que, quando o problema ocorrer, terá (apenas) o direito, estabelecido pela agência de cuja proteção depende, de “Receber crédito proporcional à assinatura”.

Nesse sentido, a justaposição de direitos, a escassez de argumentos que os justifiquem e a marcação de relações de argumento por conectores típicos de outras relações favorecem a atribuição ao leitor de atributos negativos, como ignorância, fragilidade e falta de autonomia. Diferentemente do que ocorre na cartilha da ANAC, não é possível dizer que o que leva a ANATEL a expressar os direitos do leitor seja o fato de ele ser merecedor de atenção e respeito, já que nenhuma justificativa nesse sentido é apresentada no texto da cartilha. Nela reforça-se a relação de dependência de uma instância mais frágil junto a uma instância mais forte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no arcabouço teórico e metodológico do Modelo de Análise Modular do Discurso, este trabalho buscou revelar que, na prática de leitura propiciada por duas cartilhas de agências reguladoras do Estado, a ANAC e a ANATEL, essas cartilhas não atuam como simples veículos de informações de interesse público. Ao contrário, as cartilhas constituem instrumentos que evidenciam e reforçam as relações de poder entre instâncias governamentais e diferentes segmentos da população. Para alcançar esse objetivo, propusemos um estudo contrastivo da maneira como, em cada cartilha, a instância de produção articula os constituintes do texto, estabelecendo relações de discurso (argumento, reformulação, comentário etc.).

Focalizando esse plano da organização do discurso, o estudo obteve alguns resultados mais gerais:

- i) diferentemente da cartilha da ANATEL, a da ANAC apresenta maior frequência de relações de argumento com que expressa as razões para expor os direitos do leitor, amenizando as agressões cometidas contra sua face e seu território, já que, por meio dessas relações, informa que a exposição dos direitos é em nome do bem-estar do leitor;
- ii) diferentemente da cartilha da ANAC, a da ANATEL oferece menor quantidade de justificativas para a exposição dos direitos do leitor, os quais são expressos em constituintes textuais justapostos ou coordenados, sem, portanto, articulação entre si, o que constitui uma invasão a seu território. Ao mesmo tempo, a escassez de relações de argumento faz da exposição de direitos uma atitude agressiva para a face do leitor, a quem se atribui a ignorância desses direitos e uma fragilidade em relação à agência e às empresas de telefonia.

Com base nesses resultados, verifica-se que essas diferenças no estabelecimento das relações de discurso refletem divergências na maneira como cada agência reguladora do Estado propõe processos de figuração no diálogo com

segmentos sociais específicos. Enquanto a ANAC propõe um diálogo menos vertical com o leitor, concebendo-o como uma instância merecedora de consideração e deferência, a ANATEL reforça a verticalidade da relação que estabelece com o leitor, eximindo-se da apresentação de justificativas para a invasão de seu território e atacando, desse modo, sua face.

Do ponto de vista do processo de figuração, o estudo das relações de discurso empregadas nas duas cartilhas consideradas revela que uma instância governamental, ao interagir com um determinado segmento da população por meio de uma cartilha, expressa a imagem que faz desse segmento, bem como a natureza mais ou menos vertical das relações hierárquicas que a ligam ao seu leitorado. Desse modo, o estudo contrastivo de cartilhas da ANAC e da ANATEL permitiu chamar a atenção para o fato de que a prática de leitura para a qual o Estado, por meio de suas agências reguladoras, convoca parcelas da população constitui um meio para o reforço de diferenciações sociais, assim como um meio de imposição, mais ou menos negociada, de controle ou modelagem social dessas parcelas da população.

REFERÊNCIAS

- Austin JL. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press; 1962.
- Bakhtin M. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes; 2003. p. 261-306.
- Bourdieu P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard; 1982.
- Bourdieu P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.
- Bronckart JP. Enjeux épistémologiques de l'analyse des discours. In: Auchlin A, et al., organizadores. *Structures et discours: mélanges offerts à Eddy Roulet*. Québec: Éditions Nota Bene; 2004. p. 367-382.
- Bronckart JP. *Atividade de linguagem textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC; 2007.
- Cunha GX. Uma proposta para o tratamento das relações de discurso temporais no Modelo de Análise Modular do Discurso. *Revista do GEL*. 2012;9:29-49.
- Cunha GX. *A construção da narrativa em reportagens [tese]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2013.
- Cunha GX. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris; 2014a.
- Cunha GX. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. *Confluência*. 2014;47:205-238.
- Cunha GX. As condições de emergência da função reformulativa do conector quando em reportagens. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2014a;22:143-170.
- Cunha GX. *O papel das relações retóricas na negociação de faces em debate eleitoral [relatório de Pós-Doutorado]*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2015.
- Cunha GX. A construção de imagens de si no discurso organizacional. In: Tomazi MM, Rocha LHP, Pompeu JC, organizadores. *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota Editora; 2016. p. 111-126.

- Cunha GX. Análise de uma cartilha institucional em uma abordagem modular da complexidade do discurso. *Revista do GEL*. 2016a;13:31-55.
- Cunha GX. Conectores e processo de negociação: uma proposta discursiva para o estudo dos conectores. *Fórum Linguístico*. 2017;14:1699-1716.
- Cunha GX, Marinho JHC. O conector quando e o encadeamento de episódios da narrativa jornalística. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 2012;54(2):187-203.
- Cunha GX, Braga PB. O comentário metadiscursivo como estratégia argumentativa em debates eleitorais. *EID&A*. 2016;12:101-118.
- Dasso JR. AE. Reforma do Estado com participação cidadã?: déficit democrático das agências reguladoras brasileiras [tese]. Florianópolis: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis; 2006.
- Ducrot O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes Editores; 1987.
- Filliettaz L. Actions, activités et discours [tese]. Genebra: Faculdade de Letras, Universidade de Genebra; 2000.
- Goffman E. La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public. v. 2. Paris: Les éditions de minuit; 1973.
- Goffman E. Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes; 2011.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Infraestrutura Econômica no Brasil: panorama e perspectivas para o transporte aéreo no Brasil e no mundo, 2010. [citado 23 jul. 2017]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal>.
- Marinho JHC. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*. 2004;16:75-100.
- Mozdzinski LP. A cartilha jurídica: aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais [dissertação]. Recife: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pernambuco; 2006.
- Roulet E. Complectude interactive et mouvements discursifs. *Cahiers de linguistique française*. 1986;7:189-206.
- Roulet E. Variations sur la structure de l'échange langagier dans différentes situations d'interaction. *Cahiers de linguistique française*. 1988, jan./jun.;9:27-37.
- Roulet E. La description de l'organisation du discours. Paris: Didier; 1999.
- Roulet E. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: Mari H, et al., organizadores. *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG; 1999a. p. 139-171.
- Roulet E. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. In: Mari H, et al., organizadores. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG; 2003. p. 149-178.
- Roulet E, et al. L'articulation du discours en français contemporain. Berne: Lang; 1985.
- Roulet E, Filliettaz L, Grobet A. Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours. Berne: Lang; 2001.

Aspectos paleográficos de um processo crime de roubo e estupro do início do século XX: análise das abreviaturas

Palaeographic study of a crime of robbery and rape of the early 20th century: an analysis of abbreviations

Damare Oliveira de Souza *

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz **

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

Resumo: Os processos crimes são documentos jurídicos que possuem vastos e ricos mananciais de informações, e constituem fonte de conhecimento e objeto de estudo para pesquisadores de áreas diversas. Incursionar pelo universo filológico-paleográfico é uma atividade que, além da preservação do suporte, possibilita a leitura e interpretação dos documentos, bem como de suas formas gráficas. Sendo assim, neste artigo, objetivamos apresentar o estudo de alguns aspectos paleográficos de um processo crime de roubo e estupro, do início do século XX, arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no Estado da Bahia, assim descrito: série: processo crime, sessão: judiciária, sob a localização: estante 03, Caixa 65, Documento 1205; tendo como suportes as suas edições fac-similar e semidiplomática. Utilizamos como aportes teóricos Spina (1977), Acioli (2003), Spaggiari e Perugi (2004), Cambraia (2005) e Queiroz (2007), dentre outros.

Palavras-chave: Processo crime. Paleografia. Edição fac-similar. Edição semidiplomática.

Abstract: Criminal processes are legal documents that preserve vast and rich sources of information, constitute sources of knowledge and objects of study by researchers from diverse areas. Incursing through the philological-palaeographic universe is an activity that, besides preservation, makes possible the reading and interpretation of the documents, as well as their graphic forms. Thus, in this article, we present the study of some palaeographic aspects of a crime process of robbery and rape, from the beginning of the 20th century, that is archived at the Documentation and Research Center (CEDOC), at the State University of Feira de Santana (UEFS), in the State of Bahia, as follows: series: crime process, session: judicial, under the location: shelf 03, Box 65, Document 1205; the study is based on its facsimile and semidiplomatic editions. We consulted as theoretical bases: Spina (1977), Acioli (2003), Spaggiari and Perugi (2004), Cambraia (2005) and Queiroz (2007).

Keywords: Criminal process. Palaeography. Fac-similar edition. Semidiplomatic edition.

* Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil; da_mares.oliveira@hotmail.com

** Professora Titular Pleno, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil; rcrqueiroz@uol.com.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Levando em consideração o valor dos documentos escritos, tivemos como intuito desenvolver um estudo de cunho filológico e paleográfico do processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca e Maria dos Santos, ocorrido na cidade de Feira de Santana, Bahia, no início do século XX.

Assim sendo, objetivamos apresentar, neste artigo, o estudo de alguns aspectos paleográficos do referido processo crime, a partir de teóricos como Spina (1977), Acioli (2003), Cambraia (2005), dentre outros, tendo por suporte o exercício da Crítica Textual, especificamente, na realização das edições fac-similar e semidiplomática. Neste segmento, destacamos que este trabalho está vinculado à dissertação de mestrado *Edição filológica e estudo lexical de um processo crime de roubo e estupro do início do século XX*, defendida em março de 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana - BA.

2 EDIÇÃO DO PROCESSO CRIME DE ROUBO E ESTUPRO

Trata-se de um documento jurídico, lavrado em 1914, o qual encontra-se arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, sob a cota: Estante 03, Caixa 65, Documento 1205.

As vítimas são Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos. Segundo consta nos autos, os crimes foram cometidos enquanto Maria Francisca de Jesus dirigia-se para a igreja, na madrugada de 24 para 25 de dezembro do ano de 1913, objetivando assistir à missa do “Natal”, e deixou dormindo em sua casa a filha de nove anos de idade, Maria dos Santos. Ao voltar, Maria Francisca deparou-se com o arrombamento de portas e janelas da frente de sua casa, roubo de muitos objetos e, finalmente, o estupro de sua filha Maria dos Santos, que foi acordada pelo ladrão para aquele fim, o qual chegou ameaçando-a de morte. O acusado de ter cometido os crimes de roubo e estupro é identificado como Possidonio Gasparino de Araújo, pessoa conhecida da vítima, pois a mesma declarou tê-lo reconhecido pela voz, informando, ainda, que este já vinha rondando a frente de sua casa.

2.1 Edições fac-similar e semidiplomática

A edição de texto pode ser considerada como uma das formas mais importantes para a salvaguarda e/ou preservação de documentos, além de torná-los mais acessíveis ao público. Neste sentido, existem diversos tipos de edição, cada uma com características próprias e definidas, das quais a escolha do tipo a ser realizada depende do próprio documento e do público destinado.

Sendo assim, em virtude de o *corpus* deste trabalho constituir-se de um documento jurídico, em um único registro, optamos pela realização das edições fac-similar, isto é, pela reprodução fotográfica do texto, onde não se permite a intervenção do crítico textual - o que contribui para a não-deterioração do documento, evitando, assim, o seu manuseio - e a edição semidiplomática, por esta possuir um grau mínimo

FLP20(1)

de intervenção (Cabraia, 2005).

Destarte, para a realização das edições fac-similada e semidiplomática, fizemos fotografias digitais de todo o processo crime e adotamos alguns critérios de transcrição, os quais apresentamos a seguir.

2.1.1 Critérios adotados na descrição e transcrição semidiplomática

Para a edição semidiplomática, foram seguidos alguns critérios desenvolvidos e utilizados pelos estudiosos do NEMA¹ e pesquisadores do GET², correlacionados com os de Queiroz (2007, p. 34), a saber:

- Para a descrição, observamos:
 - 1) Número de colunas;
 - 2) Número de linhas da mancha escrita;
 - 3) Existência de ornamentos;
 - 4) Maiúsculas mais interessantes;
 - 5) Existência de sinais especiais;
 - 6) Número de abreviaturas;
 - 7) Tipo de escrita;
 - 8) Tipo de papel;
 - 9) Data do manuscrito.

- Para a transcrição, optamos por:
 - a) Respeitar fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fôlio etc.;
 - b) Indicar o número do fôlio à margem direita;
 - c) Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do papel almaço. A numeração é não corrida, feita fôlio a fôlio.
 - d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
 - e) Desdobrar as abreviaturas, apresentando-as em itálico e negrito;
 - f) Utilizar colchetes para as interpolações: [];
 - g) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores: ((†)) rasura ilegível; [†] escrito não identificado; // leitura conjecturada; < > supressão; () rasura ou mancha; [] acréscimo; ** interferências de terceiros.
 - h) Para a transcrição utilizamos a fonte *Times New Roman*, tamanho 11.

FLP20(1)

¹ Núcleo de Estudos do Manuscrito – Universidade Estadual de Feira de Santana.

² Grupo de Edição de Textos – composto por pesquisadores da área de Filologia, Linguística, Antropologia, Desenho e outras; coordenado pela professora Doutora Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

2.1.2 À guisa de ilustração: edição de um fôlio do processo

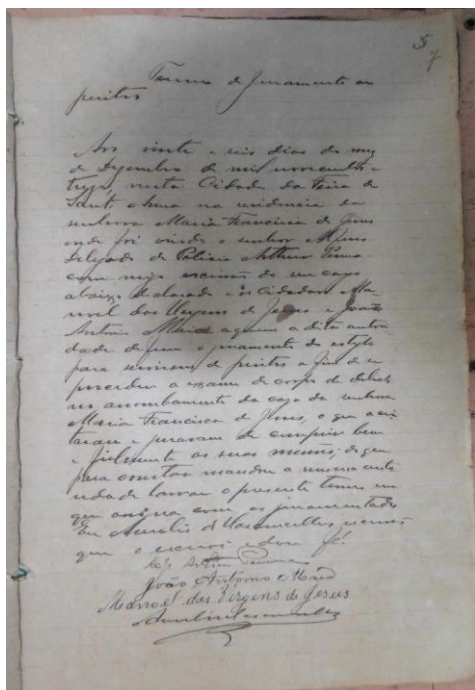


Figura 1 – Fól. 8r

Termo de juramento aos Peritos

- 05 Aos vinte e seis dias do mez de Dezembro mil novecentos e treze, nesta cidade da Feira de Sant' Anna na residencia da senhora Maria Francisca de Jesus onde foi vindo o senhor Alferes Delegado de Policia Arthur Penna com migo escrivão do seu cargo abaixo declarado e os cidadaos Manoel das Virgens de Jesus e João Antonio Maia a quem a dita autoridade deferiu o juramento do estylo para servirem de peritos a fim de se proceder a exame de corpo de delicto no arrombamento da caza da senhora Maria Francisca de Jesus, o que aceitaram e juraram de cumprir bem e fielmente as suas missões; do que para constar mandou a mesma autoridade lavrar o presente termo que assigna com os juramentados Eu Aurelio d[e] Vasconcellos escrivão que o escrevi e dou fé.
- Alferes Arthur Penna
- João Antonio Maia
- 30 Manoel das Virgens de Jesus
Aurelio Vasconcelos

FLP20(1)

2.2 Paleografia: Descrição dos aspectos extrínsecos e intrínsecos do documento

Entendemos que a edição crítica é uma operação extremamente necessária à completa interpretação filológica e, para que o exercício da Crítica Textual possa efetivar-se por completo, é indispensável o reconhecimento do seu caráter transdisciplinar, uma vez que, para fixar textos, isto é, estabelecer, preparar e editar os mesmos, é necessário o auxílio de outras disciplinas de outras áreas do conhecimento.

Considerando a sua grande importância sobre o labor do crítico textual, destacamos a Paleografia como disciplina essencial no estudo de documentos, pois, em sentido *lato*, proporciona um amplo conhecimento sobre os manuscritos e mais segurança quanto a sua autenticidade, uma vez que, de acordo com a etimologia grega da palavra: *paleos* (antiga) + *graphein* (escrita) (Berwanger, Leal, 2008, p. 16), a Paleografia é compreendida como o estudo de escritas antigas.

De acordo com Spaggiari e Perugi (2004), a Paleografia tem como propósito o estudo dos caracteres gráficos, examinando e catalogando as formas de escrita.

Todavia, “[...] não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto à sua autenticidade, levando em consideração o aspecto gráfico dos mesmos” (Acioli, 2003, p. 5).

Dessa maneira, a Paleografia apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática, de modo que a primeira tem como objetivo a preocupação em entender como se construíram sócio-historicamente os processos de escrita, enquanto a segunda busca a habilitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento e interpretarem corretamente as escritas do passado (Cambraia, 2005). Portanto, “[...] a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica”. (Berwanger, Leal, 2008, p. 16).

2.2.1 Aspectos paleográficos

Os aspectos paleográficos proporcionam informações valiosas para a realização de diversos estudos, como, por exemplo, o estudo dos caracteres gráficos que favorece o processo de edição e análise do texto. Com tal intento, atemo-nos aos aspectos materiais, tais como o suporte da escrita, dimensão do documento, estado de conservação, tinta, datação, quantidade de páginas, entre outras características, dado que “a Paleografia tem por objeto o estudo das características extrínsecas dos documentos, admitindo a sua leitura, transcrição e determinação de sua data e origem”. (Berwanger, Leal, 2008, p. 16).

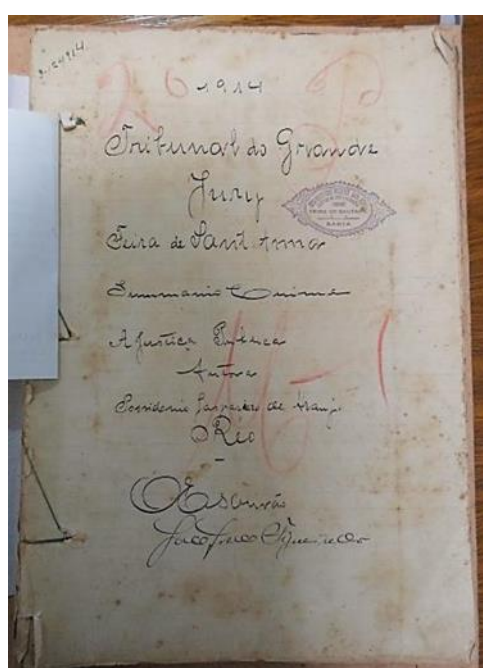
O processo crime estudado, lavrado em 1914, com 56 fólhos, está escrito em papel almaço pautado, com a seguinte dimensão: 225 mm x 331 mm; encontra-se em bom estado de conservação. Ademais, os fólhos, em sua maioria numerados, estão amarrados por um barbante que os costura. Vejamos a seguir outras particularidades do documento:

Quadro 1 - Principais características extrínsecas do suporte

CARACTERÍSTICAS EXTRÍNSECAS	FÓLIOS	EXEMPLOS
Carimbo	1r	Figuras 2 e 3
Ficha catalográfica	1r (Sobre a capa do processo)	Figura 4
Marca d'água “Almasso”	f.3, f.10, f.24, f.27, f.29, f.31, f.39, f.40, f.42, f.46, f.48, f.50	Figura 5
Marca d'água “Superiore”	f.41, f. 43, f.47, f.51	Figura 6
Marca d'água “Fiume”	f.2, f.9, f.23, f.25, f.26, f.28, f.30, f.32, f. 37	Figura 7
Marca d'água “A. Binda & C	f.1, f.52 e f.53.	Figura 8
Marca d'água “Almasso Extra Lambrensis”	f.54, f.55, f.56 e a contracapa.	Figura 9
Rasgos	12v, 13r, 13v, 14v e 15v.	Figuras 10 e 11

Manchas de tinta	8r, 19v, 32r, 40r, 40v, 41r, 43v	Figuras 12 e 13
Marcações de lápis de cera de cor azul	15r, 16r, 17r, 18v, 19r, 28v	Figuras 14
Marcações de lápis de cera de cor vermelha	1r, 12r, 13v, 16v, 17r, 17v, 18r, 19v, 20r, 28r, 29r, 30r	Figuras 15 e 16
Sem numeração	3r, 47r, 48r, 49r, 50r, 51r, 52r, 54r, 55r, 56r	Figuras 17

Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914.
Elaboração: Damares Oliveira de Souza.



FLP20(1)

Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914/ CEDOC / UEFS.
Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figuras 2 e 3 - Fól. 1r: Destaque para o carimbo³

³ Transcrição do texto contido no carimbo: EPAMINONDAS VICENTE DOS REIS – ESCRIVÃO DE JURI E EXECUÇÕES CRIMINAIS – FEIRA DE SANTANA / / _ - BAHIA.

Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914/ CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figura 4 - Fól. 1r: Capa do processo

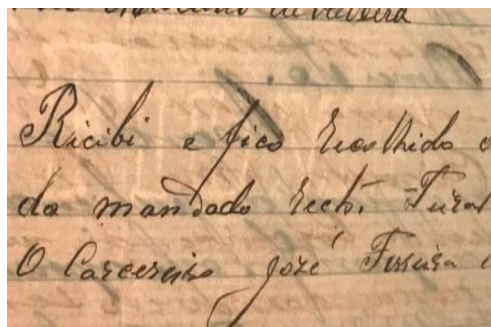
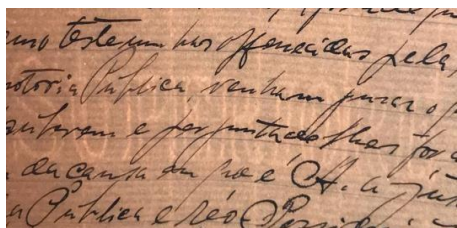
Na ficha catalográfica constam as seguintes informações: o nome do Fórum Desembargador Filinto Bastos; o Centro de Documentação e Pesquisa, responsável pela catalogação e guarda dos documentos; a localização do documento (E = estante, Cx = caixa e Doc = documento); a seção: judiciária; a série: Processos crime; a subsérie: Sumário – Roubo / Estupro; a localidade: Feira de Santana; o número de folhas: 55 (exceto a capa); o período: 1913 - 1914; as partes interessadas: Possidonio Gasparino de Araújo, o réu do processo, Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, as partes autoras; e as observações: Maria dos Santos, a filha (de Maria Francisca), foi vítima de estupro.

FLP20(1)



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914/ CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

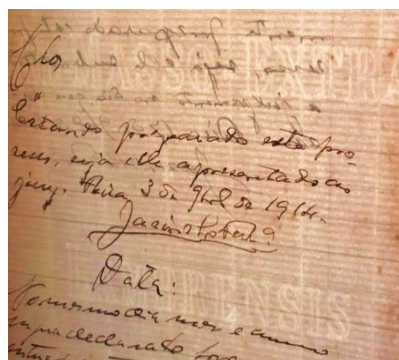
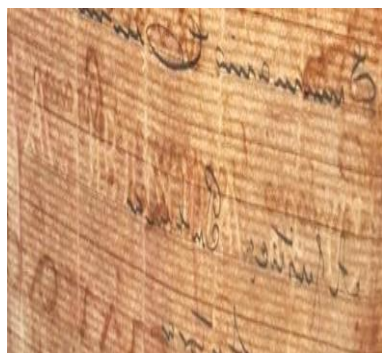
Figura 5 - Fól. 50: Marca d'água "ALMASSO"



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914/ CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figura 6 - Fól. 51: Marca d'água
 "SUPERIORE"

Figura 7 – Fól. 23: Marca d'água
 "FIUME"

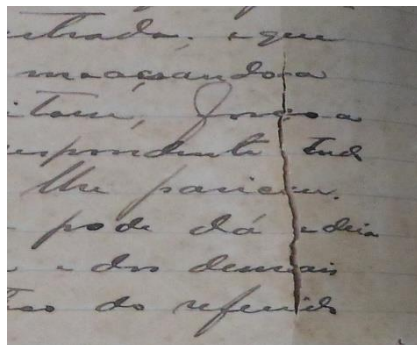
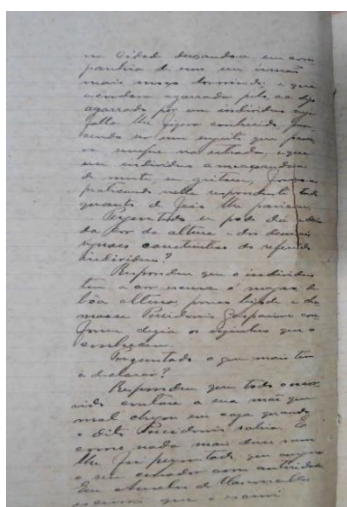


FLP20(1)

Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914/ CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

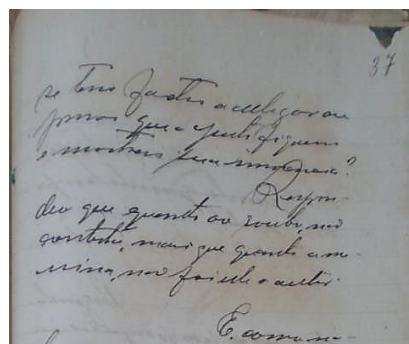
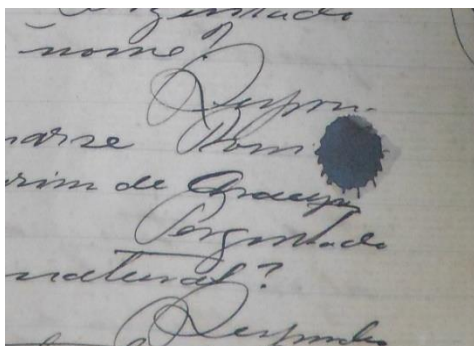
Figura 8 – Fól. 1: Marca d'água
 "A. Binda & C"

Figura 9- Fól. 56: Marca d'água
 "Almasso Extra Lambriensis"



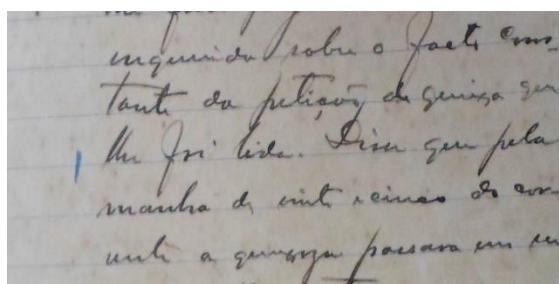
Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1914 / CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figuras 10 e 11 - Fól. 12v: Destaque para o rasgo



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1913 / CEDOC / UEFS.
Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

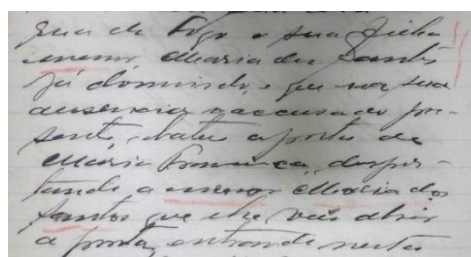
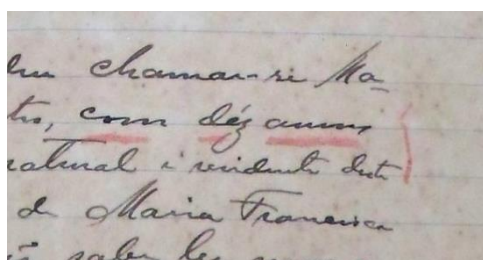
Figuras 12 e 13 – Fól. 40r e f. 41r: Destaque para as manchas de tinta



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1913 / CEDOC / UEFS.
Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

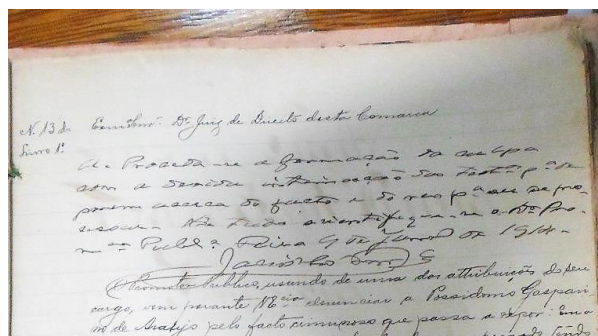
FLP20(1)

Figura 14 – Fól. 18v: Destaque para marcações com lápis de cera de cor azul



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1913 / CEDOC / UEFS.
Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figuras 15 e 16 – Fól. 12r e 28r: Destaque para marcações com lápis de cera de cor vermelha



Fonte: Processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca de Jesus e Maria dos Santos, 1913 / CEDOC / UEFS.
 Fotografia: Damares Oliveira de Souza.

Figura 17 - Fólio 3r: Destaque para fólio sem numeração

O texto do processo crime de Maria Francisca e Maria dos Santos foi escrito em letra cursiva. Observamos a caligrafia de quatro escrivães, os quais foram identificados, também, através de suas assinaturas, como pode ser constatado a seguir:

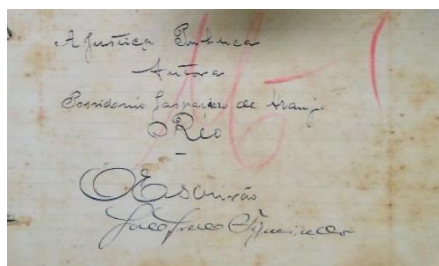


Figura 18 – Fól. 1r
 Escrivão: Godofredo Rebello de Figueiredo

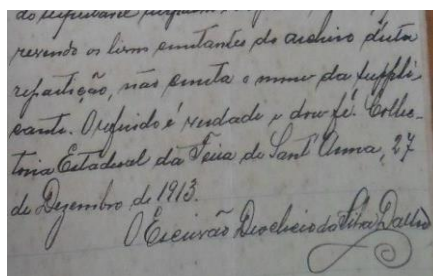


Figura 19 - Fól. 7r
 Escrivão: Deoclecio da Silva Dalto

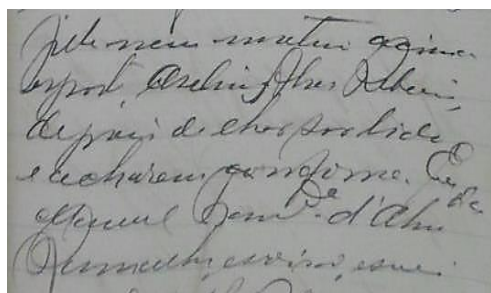


Figura 20 - Fól. 29r
 Escrivão: Manuel Francisco de A. Ramalho

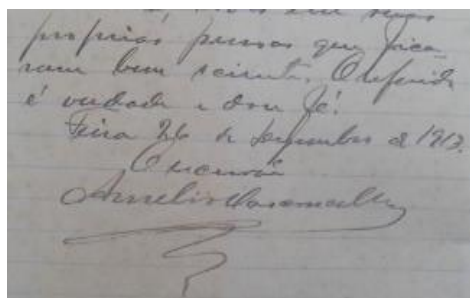


Figura 21 - Fól. 5v
 Escrivão: Aurelio Vasconcellos

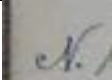
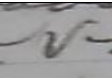
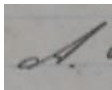
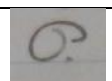
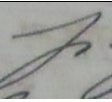
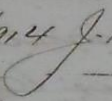
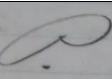
Outro aspecto considerável é a presença de abreviaturas. Desde a época romana, abreviar palavras é um mecanismo extremamente conhecido e utilizado para acelerar a escrita e economizar material empregado, como papel e tinta. De acordo com Spina (1977), na Idade Média o sistema de abreviaturas passou a ser muito usado,

pois os materiais de escrita eram raros e, em razão disso, tinham preços elevados. Assim, com o uso das abreviaturas cada vez mais frequente, surgiram dificuldades para a leitura dos textos manuscritos, pois nem todos sabiam identificar a que palavras tais abreviaturas se referiam, razão pela qual Spina (1977, p. 44) afirma que o conhecimento das abreviaturas é “a chave para a interpretação paleográfica”.

Para classificação das abreviaturas, tomamos como base os seis tipos definidos por Spina (1994, p. 45), bem como por Flexor (2008), os quais descrevemos e apresentamos, respectivamente, com os exemplos encontrados no processo crime, a saber:

i) Abreviatura por sigla: caracteriza-se pela representação da palavra por sua letra inicial maiúscula. Esse tipo ocorre de duas formas - quando indicada apenas por uma letra (sigla simples) ou ainda com a apresentação de duas letras iguais, indicando o plural desta palavra (sigla reduplicada). No entanto, identificamos casos apenas da sigla simples.

Quadro 1 - Abreviaturas por sigla

FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	N.	<i>Número</i>	f. 3r, l. 1; f. 52r, l. 6.	2
	V	<i>Vossa</i>	f. 3r, l. 12; f. 3v, l. 4; f. 5r, l. 20; f. 6r, l. 15; f. 7r, l. 14.	5
	A.	<i>Arthur</i>	f. 4, l. 16; f. 9r; f. 12r; f. 13r; f. 14r; f. 16r; f. 17r; f. 18r; f. 19r; f. 20r (do f. 9r ao f. 20r, esta abreviatura aparece na margem direita, no sentido vertical).	10
	P.	<i>Pede</i>	f. 5r, l. 26; f. 6r, l. 20; f. 7r, l. 19.	3
	p.	<i>próximo</i>	f. 34v, l. 30.	1
	J.	<i>Jonas</i>	f. 38r, l. 18; f. 43r, l. 24.	2
	P.	<i>Para</i>	f. 3r: l. 4 e l. 5; f. 3v, l. 4; f. 33v, l. 23; f. 37r, l. 9; f. 42r, l. 9; 43v, l. 27; f. 44v, l. 2.	8

FLP20(1)

	q.	<i>que</i>	f. 44v: l. 15 e l. 17; f. 45r, l. 3.	3
Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.				Total = 34

ii) Abreviatura por suspensão ou apócope: consiste na supressão dos elementos finais do vocábulo, em que se utiliza o ponto (.) como signo abreviativo.

Quadro 2 - Abreviaturas por apócope


FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	Cod.	<i>Código</i>	f. 44r, l. 13; f. 45r, l. 8; f. 3r, l. 32; f. 44r, l. 13, f. 45r, l. 8.	5
	test.	<i>testemunhas</i>	f. 5r, l. 25.	1
	Es.	<i>Escrivão</i>	f. 34v, l. 10.	1
	cida.	<i>cidade</i>	f. 35r, l. 9.	1
	art.	<i>artigo</i>	f. 52r, l. 6.	1
Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.				Total = 9

FLP20(1)

iii) Abreviatura por contração ou síncope: é o tipo de abreviatura em que ocorre supressão de letras no meio do vocábulo. Para facilitar a identificação, conservam-se letras intermediárias, chamadas de características.

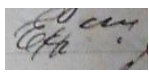
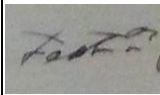
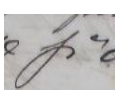
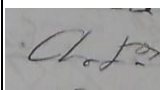
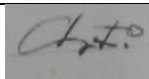

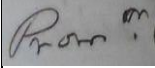
Quadro 3 - Abreviaturas por síncope

FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	Sr	<i>Senhor</i>	f. 5r, l. 8; f. 6r, l. 2; f. 7r, l. 1; f. 20r: l. 31 e l. 33; f. 20v, l. 1; f. 20v, l. 25; f. 38r, l. 6; f. 45v, l. 14; f. 46r, l. 18.	10
	Snr.	<i>Senhor</i>	f. 5r, l. 1.	1

	fs.	<i>folhas</i>	f. 45r, l. 5.	1
Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.				Total = 12

iv) **Abreviatura por letras sobrescritas:** este tipo de abreviatura ocorre na sobreposição da última ou das últimas letras da palavra. Constatamos que este foi o tipo de mais uso no *corpus*.

Quadro 4 - Abreviaturas por letras sobrescritas

FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	Ex.mo	<i>Excelentissimo</i>	f. 3r, l. 1; f. 20v, l. 25; f. 21r, l. 9; f. 22r, l. 2; f. 27v, l. 8; f. 38v, l. 5.	6
	Test.as	<i>Testemunhas</i>	f. 3r, l. 6.	1
	pa	<i>para</i>	f. 3r: l. 6 e l. 7; f. 3v, l. 4; f. 33v, l. 23; f. 43r, l. 27.	5
	Art.os	<i>Artigos</i>	f. 44r, l. 12; f. 45r, l. 8.	2
	Art.o	<i>Artigo</i>	f. 49r, l. 26.	1
	Dr	<i>Doutor</i>	f. 3r, l. 1; f. 3r, l. 8; f. 5r, l. 3; f. 5v, l. 6; f. 13r, l. 12; f. 14r, l. 5; f. 20r, l. 31; f. 20v: l. 1, l. 23 e l. 25; f. 21r: l. 9, l. 16 e l. 22; f. 21v: l. 6 e l. 18; f. 22r: l. 2 e l. 14; f. 23r, l. 24; f. 24r, l. 16; f. 26r, l. 8; f. 27v, l. 13; f. 29r, l. 5; f. 30v, l. 12; f. 32r, l. 20; f. 33v, l. 32; f. 35v, l. 13; f. 37v: l. 16 e l. 25; f. 38r: l. 1, l. 7 e l. 25; f. 38v: l. 5 e l. 32; f. 40r, l. 12; f. 42v: l. 6, l. 14 e l. 24; f. 43r: l. 5 e l. 31; f. 43v: l. 11 e l. 22; f. 44r, l. 22; f. 45r, l. 22; f. 47r: l. 13 e l. 25; f. 47v: l. 6 e l. 10; f. 49r: l. 6 e l. 15; f. 49v, l. 7.	50
	Promo.or	<i>Promotor</i>	f. 37v, l. 16; f. 42v, l. 14; f. 44r, l. 22; f. 47r, l. 25.	4

FLP20(1)

	Publ. ^o	Publico	f. 3r, l. 9; f. 44r, l. 22.	2
	Ex.cia	Excelexcia	f. 3r, l. 12; f. 3v, l. 4.	2
	Illmo	Illustrissimo	f. 5r, l. 1; f. 6r, l. 1; f. 7r, l. 1; f. 20v, l. 23; 21v: l. 6 e l. 18; f. 23r, l. 24; f. 27v, l. 13; f. 38r: l. 6 e l. 24; f. 43r: l. 5 e l. 31.	12
	Sn ^s	Senbores	f. 5, l. 3.	1
	Ferr ^a	Ferreira	f. 5r, l. 8; f. 23r, l. 33; f. 25v, l. 17; f. 26v, l. 32; f. 29r, l. 32; f. 30v, l. 32; f. 32v, l. 9; f. 37r, l. 24; f. 37v, l. 19; f. 38v, l. 19; f. 40r (esta abreviatura aparece na margem direita, no sentido vertical), f. 41r, l. 25; f. 42r, l. 24; f. 42v, l. 17; f. 45r, l. 16; f. 46r, l. 30; f. 47r, l. 29; f. 51v, l. 2.	18
	sup ^e	suplicante	f. 5r, l. 14.	1
	supp ^e	supplicante	f. 5r: l. 21 e l. 23; f. 6r: l. 16 e l. 31; f. 7r, l. 15.	5
	S. ^a	Senboria	f. 5r, l. 20; f. 6r, l. 15; f. 7r, l. 14.	3
	Se ^r	Senhor	f. 5v, l. 4; f. 19r, l. 5.	2
	Cel	Coronel	f. 6r, l. 1.	1
	fl. ^s	folhas	f. 14r, l. 33; f. 17v, l. 26; f. 43r, l. 21; f. 43v, l. 25; f. 44r: l. 21, l. 23, l. 25 e l. 27; f. 44v: l. 2 e l. 3; f. 45r, l. 5.	11
	Pharma ^{co}	Pharmaceutico	f. 14r, l. 6.	1

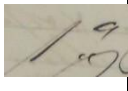
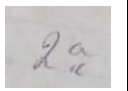
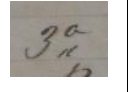
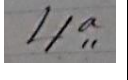


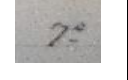
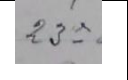
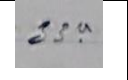
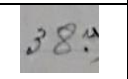
FLP20(1)

	Alf ^r	Alferes	f. 8r, l. 28; f. 10r, l. 11; f. 11r, l. 27; f. 14r, l. 4; f. 15v, l. 2; f. 16v, l. 24; f. 17v, l. 8; f. 18r, l. 30; f. 19r, l. 10; f. 20r, l. 12; f. 20v, l. 5;	11
	jan ^o	janeiro	f. 20v, l. 4.	1
	Sen ^r	Senhor	f. 21r, l. 22; f. 38r, l. 25; f. 38v, l. 5; f. 40r, l. 12; f. 42v, l. 6; f. 42v, l. 23; f. 43r: l. 5 e l. 31; f. 43v, l. 11; f. 46v: l. 6 e l. 20.	11
	Sn ^r	Senhor	f. 11r, l. 19; f. 14r, l. 17; f. 20v, l. 23; f. 21r, l. 9; f. 21v: l. 6 e l. 18; f. 22r: l. 2 e l. 14; f. 23r, l. 24; f. 24r, l. 14; f. 27v: l. 9 e l. 13; f. 32r, l. 20; f. 37v, l. 25; f. 38v, l. 31.	15
	Clos	Condusos	f. 21v, l. 25; f. 37v, l. 15; f. 38v, l. 14; f. 42v, l. 13; f. 43v, l. 20; f. 46r, l. 26; f. 47r, l. 22; f. 49r, l. 20; f. 56r, l. 13; f. 56v, l. 8.	10
	Alm ^{da}	Almeida	f. 2r, l. 32; f. 21r, l. 26; f. 21v: l. 10 e l. 22; f. 22r, l. 6; f. 23r, l. 30; f. 23v, l. 28; f. 24r, l. 29; f. 24v, l. 11; f. 26v, l. 30; f. 27v, l. 22; f. 29r, l. 30; f. 29v, l. 15; f. 30v, l. 30; f. 32v, l. 32; f. 34v, l. 10; f. 36r, l. 27; f. 37v: l. 11 e l. 29; f. 38v, l. 9; f. 39r, l. 11; f. 43v, l. 15; f. 45v, l. 29.	23
	Fran ^{co}	Francisco	f. 2r, l. 31; f. 21v: l. 10 e l. 22; f. 23r, l. 30; f. 24r, l. 29; f. 24v: l. 11 e l. 21; f. 25v, l. 15; f. 26v, l. 30; f. 27v, l. 21; f. 29r, l. 30; f. 29v, l. 15; f. 30v, l. 30; f. 31r, l. 15; f. 32v: l. 6 e l. 31; f. 34r, l. 24; f. 34v, l. 10; f. 36r, l. 26; f. 37r, l. 21; f. 37v: l. 11 e l. 29; f. 38r: l. 10 e l. 28; f. 38v, l. 9; f. 39r, l. 11; f. 41r, l. 22; f. 42v: l. 9 e l. 27; f. 43r, l. 9; f. 43v: l. 2 e l. 15; f. 45r, l. 25; f. 45v, l. 3; f. 46r: l. 10 e l. 22; f. 46v, l. 29.	37
<p>Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.</p>				Total = 236

FLP20(1)

v) Abreviatura por letras numerais: constituem-se por abreviaturas com numerações, designativas de ordem, divisão e meses do ano.


Quadro 5 - Abreviaturas por letras numerais

FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	1ª	<i>Primeira</i>	f. 3v, l. 11; f. 16r, l. 17; f. 27v, l. 25; f. 48v, l. 23; f. 52r, l. 12, f. 53r, l. 11.	6
	2ª	<i>Segunda</i>	f. 3v, l. 1; f. 3v, l. 12; f. 3v, l. 12; f. 16v, l. 30; f. 29v, l. 18; f. 48r, l. 14; f. 48v, l. 24.	7
	3ª	<i>Terceira</i>	f. 3v, l. 13; f. 17v, l. 15; f. 31r, l. 18; f. 48r, l. 18; f. 48v, l. 25.	5
	4ª	<i>Quarta</i>	f. 3v, l. 14; f. 48r, l. 21; f. 48v, l. 26.	3
	5ª	<i>Quinta</i>	f. 3v, l. 15; f. 48r, l. 25; f. 48v, l. 27.	3
	6ª	<i>Sexta</i>	f. 48r, l. 31.	1
	7ª	<i>Sétima</i>	f. 48v, l. 1.	1
	23ª	<i>Vigésima terceira</i>	f. 44r, l. 21.	1
	33ª	<i>Trigésima terceira</i>	f. 44r, l. 23.	1
	38ª	<i>Trigésima oitava</i>	f. 44r, l. 27.	1
Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.				Total = 23

FLP20(1)

vi) Abreviatura por signo especial de abreviação: tipo em que ocorre a presença de um sinal colocado no início, meio ou fim da palavra abreviada, indicando os elementos ausentes.

Quadro 6 - Abreviatura por signo especial de abreviação

FAC-SÍMILE	ABREVIATURA	DESDOBRAMENTO	OCORRÊNCIAS	QUANTIDADE
	§	<i>Parágrafo</i>	f. 3r, l. 32; f. 3v: l. 1 e l. 2; f. 48v: l. 8 e l. 9.	5
Fonte: Processo crime de roubo e estupro (1914). Elaboração: Damares Oliveira de Souza.				Total = 5

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas, realizar o estudo dos aspectos paleográficos do processo crime de roubo e estupro de Maria Francisca e Maria dos Santos, aliado às edições fac-similar e semidiplomática do mesmo, foi extremamente importante para o entendimento do texto e a sua completa interpretação filológica, uma vez que, segundo Berwanger e Leal (2008), a Paleografia é auxiliada pela Filologia, ao mesmo tempo em que lhe presta serviços.

Assim, ao realizarmos o estudo dos aspectos paleográficos no *corpus* em questão, pudemos identificar, além das características extrínsecas, expostas no quadro 1, a caligrafia de quatro escritas, o que ficou comprovado, também, através de suas assinaturas. Quanto aos aspectos abreviativos, definidos e classificados em seis tipos (Spina, 1977), catalogamos o total de 319 abreviaturas, das quais, a maioria, quase 74%, corresponderam a abreviaturas por letras sobscritas.

Por fim, salientamos que o estudo paleográfico aqui apresentado, não se faz exaustivo, visto que, como já dito, o *corpus* deste trabalho é constante de uma dissertação de mestrado, defendida em março de 2018. Além das abreviaturas analisadas, faz-se de interesse da Filologia tudo o que se relaciona ao texto: as peculiaridades da escrita dos escritas, como o traçado das letras e o grau de escolaridade; o vocabulário; as marcas d'água; o tipo de papel, dentre outros aspectos relevantes para a análise filológica, como as condições de produção documental.

REFERÊNCIAS

- Acioli VLC. A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2ª ed. Recife: UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana; 2003.
- Andrade EA. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2009;10-11:149-172.
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de paleografia e diplomática. 3ª ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM; 2008.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Flexor MHO. Abreviaturas: manuscritos do século XVI ao XIX. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 2008.

Queiroz RCR. Introdução metodológica. In: _____, organizadora. Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; 2007. p. 23-34.

Spaggiari B, Perugi M. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.

Spina S. Introdução à edótica. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo; 1977.

FLP20(1)

Impressos da instrução pública no império brasileiro sob as lentes da Filologia

Prints of the public instruction in the brazilian empire from a philological view

Suzana Lopes de Albuquerque*
Instituto Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil

Carlota Boto**
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O presente trabalho visa trazer visibilidade aos embates envolvendo a atuação dos irmãos portugueses Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879) no campo dos impressos destinados à instrução pública primária e secundária no Império brasileiro, enfatizando a atuação do português José de Castilho e as disputas envolvendo a adoção de seu livro *Iris Classico* (1859) em diferentes províncias brasileiras. O trabalho *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860) foi escrito por José de Castilho para responder às críticas. Abordando a temática da circulação de impressos em Portugal e no Brasil, o presente artigo analisa o engendramento de territórios, saberes e métodos em um contexto de internacionalização de ideias pedagógicas. Em tal impresso, destinado aos alunos do ensino secundário brasileiro, estavam apresentadas discussões da filologia, uma vez que José de Castilho defendia a língua vernácula e o purismo português, na contramão da “invasão da barbárie” dos “alienígenas” franceses. Tais adjetivos pejorativos utilizados pelo português para caracterizar as matrizes francesas no ensino da leitura e escrita no Império brasileiro denotam o espaço de embates, lutas e resistências presentes no campo da filologia brasileira oitocentista, em um contexto de construção da língua nacional brasileira.

Palavras-chave: Castilho. História da educação. Ensino. Impressos. Instrução.

Abstract: The present work aims to bring visibility to the conflicts involving the work of the portuguese brothers Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) and José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879) in the field of the primary and secondary public education in the Brazilian Empire, emphasizing the performance of portuguese José de Castilho and the disputes involving the adoption of his book *Iris Classico* (1859) in different brazilian provinces. The portuguese work *Portuguese orthography and mission of the elementary books; official correspondence concerning Iris Classico* (1860) was written by José de Castilho to answer the criticisms. Addressing the issue of the circulation of printed matter in Portugal

* Professora do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Goiânia Oeste, doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Qualificação para Servidores do IFG (PIQS); suialopes@hotmail.com

** Professora titular da Faculdade de Educação da USP, pesquisadora produtividade do CNPq (bolsa PQ 1D), pedagoga e historiadora, mestre, doutora e livre-docente pela USP. É autora, dentre outros, dos livros *A liturgia escolar na Idade Moderna*, publicado pela Editora Papyrus, *A escola do homem novo e Instrução pública e projeto civilizador*, ambos publicados pela Editora Unesp; reisboto@usp.br

and Brazil, this article analyzes the engenderment of territories, knowledge and methods in a context of internationalization of pedagogical ideas. In this work, addressed to students of the Brazilian secondary education, discussions of philology were presented, since José de Castilho defended the vernacular language and the Portuguese purism against the “invasion of barbarism” of the French “aliens”. These pejorative adjectives used by the Portuguese language to characterize French matrices in the teaching process of reading and writing in the Brazilian Empire denote the space of struggles and resistances present in the field of nineteenth-century Brazilian philology, in a context of Brazilian national language construction.

Keywords: Castilho. History of education. Teaching. Prints. Instruction.

1 INTRODUÇÃO

A saga dos incansáveis irmãos portugueses Antônio Feliciano de Castilho e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha por um espaço no campo de circulação dos impressos sobre instrução pública no século XIX brasileiro foi registrada em diferentes fontes das diversas províncias, como a de Goiás e da corte brasileira. Abelardo Duarte (1961), por exemplo, mencionou as dimensões dos conflitos entre dois irmãos alagoanos com Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), o que teria sido noticiado inclusive no jornal *Diário das Alagoas* (1859), quando os alagoanos Ignacio Joaquim Passos e seu irmão José Alexandre Passos eram ainda redatores.

Ao expor tais conflitos com Antônio Feliciano de Castilho, Abelardo Duarte (1961) registrou as polêmicas sobre a discordância do filólogo alagoano José Alexandre Passos no que diz respeito à adoção do *Método Português-Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem falar*, de Antônio Feliciano de Castilho, na província alagoana. Tais conflitos decorreram de um motivo político, uma vez que o irmão de José Alexandre Passos, o professor Ignacio Joaquim Passos, perdeu sua cadeira interina de professor de Retórica do Liceu de Maceió para Francisco José Soares, o qual havia sido escolhido pelo presidente da província para frequentar o curso ofertado pelo poeta e filólogo português no Rio de Janeiro.

Antônio Feliciano de Castilho tornou-se referência internacional, a partir de meados dos anos cinquenta, no debate sobre métodos de ensino no mundo luso-brasileiro. Os estudos de Castilho representaram um modelo para o ensino de primeiras letras no Brasil; fato é que relatório apresentado à presidência da província de Alagoas, em 1857, pelo primeiro diretor da instrução pública, Silva Titara, assinala que “trazia a novidade de se estar ensaiando em uma escola da capital o método chamado de Leitura Repentina, de Antônio Feliciano de Castilho. Para estudá-lo no Rio de Janeiro, onde se achava o autor do método, o governo comissionou o professor José Francisco Soares, que era talvez o mais abalizado preceptor da Província” (Costa, 1931, p. 13).

O que Abelardo Duarte não deixou registrado em seu escrito sobre a história do liceu alagoano foi a polêmica envolvendo o “outro” Castilho - José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1812-1879). Se o embate envolvendo Antônio Feliciano de Castilho decorreu do juízo acerca da obra *Método Português-Castilho para o ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem falar*, o embate com José de Castilho decorreu da avaliação

FLP20(1)

sobre o livro elementar *Iris Classico*, datado de 1859, de autoria do filólogo José de Castilho.

O livro elementar *Iris Classico*, do português José de Castilho, circulou em diferentes províncias brasileiras, sendo adotado no Colégio Pedro II, na corte brasileira.

[...] Já hoje consta haver sido adotado, para o sobredito fim, pelas províncias da Bahia, Ceará, Espirito Santo, Goiás, Maranhão, Minas, Pará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, e bem assim pelo Conselho da Instrução Pública da corte e Colégio Pedro II, apressei-me a submeter igualmente essa obra ao alto juízo dessa presidência, sem todavia pedir, como inexatamente se insinua, que a província das Alagoas lhe liberalizasse iguais distinções. (Noronha, 1860, p. 15)

Esse impresso foi destinado aos alunos e mestres das escolas brasileiras, sendo conceituado pelo seu autor como “uma plantinha humilde, disposta e cultivada de propósito para vós, e que, formada de sem números de enxertinhos de grandes e boas árvores, não pensa em se afrontar com alguma delas, senão que ainda se ufanará se a tomardes como ramallete” (Noronha, 1859, p. 5).

Essa obra é composta de vários excertos de textos clássicos destinados aos meninos das escolas de diferentes províncias brasileiras, denominados de “amiguinhos” por José de Castilho. Esse termo, segundo Oliveira e Campos (2016), aproximava o autor do interlocutor em uma relação de confiança.

O tom valorativo com que o autor se dirige a seus interlocutores representa, por outro lado, o perfil juvenil dos alunos – não podemos nos esquecer de que esse *Iris Classico* foi utilizado no primeiro ano do secundário, com meninos de menos de dez anos de idade, que estavam sendo inseridos em um sistema de ensino clássico. (Oliveira, Campos, 2016, p. 1486)

Em sua escolha por excertos de textos clássicos, era “mister que em vez de obras longas, e já só por isso fastidiosas, se lhes dêem estes trechos grandes em sua mesma pequenez – pedras preciosas de elevado valor em diminuto volume” (Noronha, 1860, p. 31). A presença desse debate no campo instrucional das primeiras letras e do ensino secundário, especificamente do ensino de português, remeteu-nos ao diálogo com o campo da Linguística, em uma explanação histórica de um período em que começavam a moldar-se as bases de um pensamento linguístico nacional brasileiro.

Com efeito, dois fatos políticos dos Oitocentos, de grande repercussão para a vida cultural do Brasil, criaram o ambiente favorável para que os naturais da terra se interessassem em escrever textos descritivos e normativos – bem mais normativos do que descritivos, saliente-se – sobre a língua portuguesa: a transferência da Corte para o Novo Mundo e a declaração de independência da colônia em 1822. (Cavaliere, Palma, 2014, p. 4)

Os embates envolvendo os irmãos Castilho residiam nesse contexto de construção de uma língua nacional brasileira, momento em que estavam latentes as lutas no campo dos impressos para a instrução pública e também no campo literário.

José de Castilho enquanto jornalista e filólogo atuou na cena literária e política imperial – “haja visto seu papel como editor e redator da revista *Íris* e a polêmica que travou com José de Alencar nas páginas do periódico *Questões do Dia* –, mas também, polígrafo que foi, desenvolveu trabalhos como filólogo e latinista” (Vieira, 2010, p. 71).

Na defesa pelo ensino do clássico e da língua vernácula¹ portuguesa em solo brasileiro, José de Castilho recebeu críticas do filólogo alagoano José Alexandre Passos, em uma doura luta literária, e ainda críticas e adjetivos pejorativos dos primeiros literatos tipicamente brasileiros, como José de Alencar.

Por mais que José de Castilho anunciasse como um de seus primeiros registros no prólogo da obra *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860), que não estava em sua “mente empenhar-se no que pareça uma luta literária com tão doutos antagonistas” (Noronha, 1860, p. 17), é notável um posicionamento permeado por uma defesa apaixonada pelo clássico português “puro” no campo da filologia e dos impressos da instrução no século XIX no Brasil, em um momento de constituição do português abasileirado, inclusive recebendo influências de outras línguas, como o francês, que ele próprio denominou de “alienígena” em um ato de “invasão da barbárie” no campo da filologia. A filologia é compreendida como o estudo das línguas, ou de uma língua especificamente, sob a perspectiva tanto de sua história literária quanto de sua gramática; sendo interpretada basicamente como uma ciência da linguagem.

2 IRMÃOS CASTILHO: REJEIÇÃO EM SOLO BRASILEIRO

O impasse entre o alagoano José Alexandre Passos e José de Castilho nos remonta a um novo espaço, não mais o de primeiras letras, como o impasse com Antônio Feliciano de Castilho, mas o espaço do ensino da língua portuguesa na instrução secundária brasileira.

Se o manual de Antônio Feliciano de Castilho era destinado ao ensino da leitura e escrita para as crianças, o livro dirigido aos “amiguinhos” de José de Castilho era destinado aos alunos já adiantados nesse processo de leitura, para os “provectos”.

Cumpre, todavia, antes de passar avante, declarar que não compreendo bem o pensamento, quando se-diz que o *Iris* só serve para *meninos provectos*. É claro como a luz meridiana que ele não foi composto para servir de cartilha. Se assim fosse, teria de principiar, o que não sucedeu, pelo abecedário, e elementar combinação de letras e sílabas. Supõe esse livro que de antemão se prepararam os meninos para entrar ou se aperfeiçoar na leitura, depois que os rudimentos dela lhes forem familiares. (Noronha, 1860, p. 32)

A obra *Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares; correspondência oficial, relativa ao Iris Classico* (1860) foi uma resposta elaborada por José de Castilho, em 15 dias, acerca das críticas que ele recebera do filólogo alagoano José Alexandre Passos,

¹ Língua vernácula, de acordo com Elia (2000, p. 91), é a “língua materna de uma comunidade, mantida longe do contato com qualquer outra língua estrangeira. Na sua forma substantivada do gênero masculino, *vernáculo* significa a feição ‘pura’ do falar materno”.

objetivando aprimorar a escrita dos “amiguinhos” a partir dos clássicos excertos de seu ramalhete *Iris*.

Nessa obra encontra-se uma defesa pelo ensino clássico e de um português “bem falado” etimologicamente, a ser ensinado de forma pura desde a tenra idade.

Importa, pois, muito que, desde o início dos estudos da puerícia, comece a prolação dos meninos por palavras verdadeiramente portuguesas, evitando as vozes estrangeiras; ouçam e leiam as frases dos nossos melhores escritores, e não os redundantes e híbridos períodos de muitas dessas versões que por aí andam, e em grande cópia: prendam-lhes a atenção os heróicos feitos, e as meritórias ações dos nossos maiores; estampem-se-lhes na memória fatos revestidos de moralidade; finalmente amenize-se e fertilize-se o estudo primário. (Noronha, 1860, p. 38)

Na defesa das acusações recebidas pelo alagoano Passos sobre sua ortografia, José de Castilho evocou grandes “homens do saber” que grafavam, de certa forma, segundo as mesmas regras etimológicas que ele tinha adotado no *Iris Classico*.

Direi ora que eruditíssimas bocas têm repetido igual conselho; por exemplo: Duarte Nunes de Leão, Álvaro Ferreira de Vera, Madureira, R. Ferreira da Costa, Tristão da Cunha Portugal, os autores do Dicionário da Academia, Figueiredo Vieira, P. J. da Fonseca, morgado de Mateus, Filinto, Garrett, e inúmeros outros, para não citar senão os mortos. (Noronha, 1860, p. 78)

Dentre esses inúmeros nomes ilustres, alguns tiveram excertos publicados no *Iris Classico*. Na concepção de José de Castilho, para escrever-se etimologicamente com correção, não seria exigido que o escritor soubesse latim, etc.; antes, que soubesse a sua língua como “os doutos lha houverem delineado” (Noronha, 1860, p. 84), posicionando-se assim pelo retorno aos clássicos na defesa da língua vernácula, por um melhoramento que vislumbrava ligá-la “intimamente à língua-matriz” (Noronha, 1860, p. 93).

O que estava em xeque nessas doudas disputas literárias era também o nascente e latente nacionalismo brasileiro que lograva espaço no campo instrucional e literário, vislumbrando uma independência com autores como os Castilho, ligados e representantes da Coroa Portuguesa em solo brasileiro. Vale pontuar que a dita obra *Iris Classico* foi oferecida ao Imperador e dedicada a “Sua Majestade, o Senhor D. Pedro Segundo Imperador do Brasil” (Noronha, 1860). Como José de Castilho defendia a tradição da manutenção da língua como legado de Portugal, aliando-se ao projeto da Corte lusitana nas diferentes esferas, política, instrucional, literária, dentre outras, sofreu ataques, recebendo, inclusive, nomeações como “gralha” e “mercenário”.

Não serei eu quem vá recordar, neste fúlgido momento, a triste e inócua campanha do tamborileiro mercenário que pretendeu vamente destruir a figura homérica do romancista patricio. Sabeis, decerto, que me refiro ao homem que Alencar, num instante de cólera olímpica, classificou de ‘gralha imunda’ ao medíocre José Feliciano de Castilho, cujo único valor literário consistia em ser o guia de um cego ilustre: o notável escritor português Castilho (Antônio...). (Lima, 1939, p. 3)

Os embates entre José de Alencar e José de Castilho foram registrados por Filgueiras Lima (1939), rendendo a Castilho a acusação de receber dos cofres públicos, de forma mercenária, subsídios para registrar uma oposição à literatura portuguesa, especificamente brasileira, que estava sendo construída naquele momento.

O Gabinete Rio Branco, como o anterior, de Itaboraí, recebeu de cheio os golpes vibrados pelo formidável batalhador, golpes aos quais respondeu com aquela triste campanha difamatória sustentada pelos cofres públicos e dirigida, intelectualmente, pelo mercenarismo de José Feliciano de Castilho. [...] Nunca recorri a penas mercenárias (alusão a Castilho) para atirar aos meus antagonistas o estigma que não tivesse a coragem de lançar em rosto; nunca. (Lima, 1939, p. 8-9)

A questão da instrução, ortografia e literatura em um contexto de busca pela identidade nacional e libertação intelectual de Portugal passou a ser o cerne das oposições aos irmãos Castilho, partindo de alguns professores de liceus, de Escolas Normais e de primeiras letras de diferentes províncias brasileiras.

Dessa forma, o embate envolvendo, no campo da filologia, protagonistas como o alagoano José Alexandre Passos, encontrou respaldo em literatos como José de Alencar, o qual, no caminho da emancipação da vernaculidade lusitana, aspirava “aquele perfume de liberdade que sentia nas flores de nossos campos, integrado no seu meio e raça” (Lima, 1939, p. 3).

3 DEFESA DE JOSÉ DE CASTILHO PELA LÍNGUA VERNÁCULA E PURISMO: OPOSIÇÃO AOS “ESTRANGEIROS” E “ALIENÍGENAS” E À “INVASÃO DA BARBÁRIE”

FLP20(1)

A partir de uma teoria positivista e naturalista, José de Castilho entendia a língua, seu principal objeto no *Iris Classico*, como um organismo vivo que nascia, evoluía e morria; reconhecendo as transformações pelas quais passavam as línguas, temia assim, “a consequência natural dessa evolução: a morte” (Leite, 2006, p. 51).

As línguas são como os rios, que nascem pobres, se aumentam em caudais à proporção que se alongam da matriz, até que ao final, avizinhandose ao mar, paradoro comum, já não são na sinceridade e doçura as mesmas, nem já quase lhes quadra o antigo nome; são mais ricas, mais poderosas, mas não porventura tão belas. (Noronha, 1859, p. 6)

Nessa concepção evolucionista das línguas, José de Castilho explicitou a defesa pela tradição dos estudos clássicos dos “jardins da linguagem”, defendendo o espaço do estudo do vernáculo no campo da construção da língua portuguesa em um contexto de construção da nação brasileira, na contramão dos movimentos da adoção dos estrangeirismos.

Se perdas alheias nos pudessem consolar das nossas, de sobra tínhamos para alívio nos estragos e paupéries que o mesmo francês está ocasionando nas duas outras gentilíssimas línguas irmãs da nossa, a italiana e a espanhola. Este fenômeno tão geral confirma o que, pouco há, aventávamos: que os idiomas tendem, convergindo, a unificarem-se. Embora seja assim; mas nesta delicada matéria da construção da frase nacional, é que melhor cabe, e mais se deve, não ceder senão pelejando,

não nos deixarmos ir para o futuro, sem relutarmos varonilmente para o passado. (Noronha, 1859, p. 13)

Ao encontrar nos textos do passado clássico, a chave para o futuro, objetivava criar bons cidadãos, amantes da linguagem; assim, percebe-se no discurso do autor, na abertura do compêndio *Iris Classico*, a destinação de sua fala “aos amiguinhos” com a preocupação sobre o estudo da língua. Desde o prefácio, a questão filológica assumia “a altura, as dimensões e a importância de questão social e humanitária” (Noronha, 1859, p. 7).

Pelos tempos que vão correndo, por boa estrela tenho, apesar de nossas tranquilas dissidências, ver que os espíritos cultivados e superiores aplicam atenções ao que é já irracional moda desdenhar. O mundo novo é o herdeiro e continuador do mundo velho. Nossas riquezas, em letras, em ciências, em progresso, em sabedoria, no grande, no útil e no belo, embora engrossada por inúmeros regatos adventícios, trazem da Grécia e Roma o seu manancial. Por fortuna, o idioma entre nós falado nasce dessas puras e admiráveis fontes. Ninguém melhor que o português pode ufanar-se de que nele o latim não vive, mas sobrevive. Para aumentar esse título, e progredir em audaz e patriótico retrocesso, afigura-se-me que esta reforma ortográfica talvez possa contribuir. (Noronha, 1860, p. 156)

O autor do *Iris Classico* encontrava no passado clássico e no estudo do vernáculo a chave para o futuro, para a criação do novo homem e da nova nação; nessa perspectiva, anunciara que “não raro, o progresso está no retrocesso, porque o progredir em caminho errado é afastar cada vez mais do alvo da jornada” (Noronha, 1852, p. 24). Dessa forma, fica explícito o seu objetivo do “retemperar da língua, tão ameaçada de dissolução, apresentando modelos de puro dizer” (Noronha, 1852, p. 29).

Temendo a “morte” da língua portuguesa como último estágio desse quadro evolutivo, podemos pensar na preocupação de José de Castilho com a sobrevivência do português pautado na vernaculidade da língua apegada ao retorno aos clássicos. Pode-se pensar no filólogo José de Castilho, a partir dos estudos de Leite (2006, p. 51), adotando uma postura de

radicais de “preservação da época de ouro” do desenvolvimento da língua portuguesa: o classicismo. O que se revelou na defesa exagerada da norma escrita literária, a única reconhecida como “boa”, “pura” e “perfeita” e, que, portanto, não deveria ser contaminada pela língua vulgar falada do povo, ignorante das regras gramaticais e do léxico. A língua “estiolada do vulgo” encaminhava-se para a morte, o que deveria ser evitado a todo custo. (Leite, 2006, p. 51)

Ao anunciar que “o culto da língua de nossos pais é um dever da grande herança, uma quase-religião, um dos predicados do amor da pátria, um sentimento nobre” (Noronha, 1860, p. 22), José de Castilho deixou registrado explicitamente seu amor à língua portuguesa pura, porque “a considero admirável; amo-a também, porque foram esses os sons que a meus ouvidos esvoaçaram, desde que à luz da razão se abriram meus olhos” (Noronha, 1860, p. 23).

Tal amor pela língua portuguesa e pelo purismo conduziu José de Castilho a um ataque ao “vocabulário alienígena” (Noronha, 1860, p. 23) por parte dos “filhos pródigos” que a dissipavam. José de Castilho advertiu que a “convivência incestuosa

com as outras línguas, especialmente francês, vai-nos, uma a uma, despojando de todas essas belezas” (Noronha, 1852, p. 28), sugerindo que “se os diretores da instrução não comandarem cruzadas contra esta invasão da barbárie, vão preparando epitáfio para o nobre idioma, subterrado em aluviões de termos, frases, locuções, construções, antípodas do seu gênio” (Noronha, 1852, p. 28).

Podemos contextualizar essa preocupação de José de Castilho no momento histórico trazido por Leite (2006) como o purismo, que consistia na metalinguagem com a preocupação com o “bom português”, que veio a lume no começo do século XIX; tendo como objetivo combater os galicismos da escrita francesa, via um Romantismo que combatia os estrangeirismos, a valorização do vernáculo e utilização da linguagem regionalista.

A metalinguagem reacionária à mudança, o purismo, elaborada nessa época no Brasil e, pode-se dizer, até às vésperas do Modernismo, tem as mesmas características daquela iniciada no século XVIII. Somente a partir de 1922, tal situação começou a ser transformada quando a força da bandeira modernista – a ruptura com o passado – promoveu uma reforma no panorama linguístico brasileiro, por propugnar a valorização da variante da língua praticada aqui. (Leite, 2006, p. 27)

Dessa forma, o purismo vinculou-se ao conceito de vernáculo. Segundo Restaino (2005), o estudo do vernáculo adquiriu prestígio no final do Império e permaneceu em ascensão durante a República Velha; nesses períodos foram difundidos “em todo o mundo, o ideário do nacionalismo e o vernáculo foi um dos meios de garantir o sentimento nacional” (Restaino, 2005, p. 1).

Nesse campo de poder instaurado na constituição de uma nação e de um projeto de instrução pautado em diferentes disciplinas escolares, observa-se uma tensão no contexto da produção, circulação e adoção de impressos no campo da instrução pública brasileira no século XIX. Ao destinar a obra *Iris Classico* para os mestres e alunos das escolas brasileiras, o autor português José de Castilho lançou-se no campo da produção de livros elementares, para que os “amiguinhos” e seus mestres encontrassem no passado clássico a força para o “retemperar da língua, tão ameaçada de dissolução, apresentando modelos de puro dizer” (Noronha, 1860, p. 29).

Em um momento de construção do nacional brasileiro, vislumbrava, pela via do retorno aos clássicos oferecidos pelo seu ramalhete *Iris Classico*, um mundo culto e civilizado aos filhos da elite brasileira.

Parece um engano dos autores produzir um livro de leitura que mantém, no momento de valorização do nacional e do ensino científico, textos que representam a cultura clássica, no entanto, devemos nos recordar que nosso ensino era extremamente elitista e a cultura das humanidades clássicas era um bem precioso para os filhos da elite tornarem-se homens do mundo civilizado, mesmo que essa cultura fosse apenas superficial. (Restaino, 2005, p. 1)

Os diversos “enxertinhos” visavam manter a tradição do ensino do vernáculo, “prezando a leitura dos clássicos portugueses como a melhor forma de incutir nos alunos a norma culta” (Razzini, 2000, p. 17). Nessa ligação entre culturas d’aquém e d’além mar, a adoção da obra de José de Castilho em solo brasileiro representou uma disputa no campo do sentimento nacionalista, o lusitano e o brasileiro, “sem deixar,

FLP20(1)

entretanto, que as futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental” (Bittencourt, 1993, p. 30).

Ao escrever sobre a antologia escolar brasileira do século XIX, Campos e Oliveira (2016) definiram o *Iris Classico* enquanto uma obra constituinte das aulas de Português no Colégio de Pedro II, adotado entre 1860 a 1869. Segundo os autores, tal obra integrava um dos materiais didáticos utilizados pelo professor no primeiro ano do ensino secundário, na disciplina de Gramática Nacional, tornando-se assim, “não apenas na perspectiva de leitura literária, mas também como espelho da língua a ser internalizada” (Campos, Oliveira, 2016, p. 2).

Segundo Câmara Jr. ([...], p. 317), a ausência de ensino universitário sobre a língua materna fazia com que os estudos linguísticos partissem dos professores no ensino secundário, permeado por problemas de norma e estética linguística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perpassando os campos literários, dos clássicos, da pátria, da religião, dos valores morais, da ciência, da escrita, da língua, da instrução, etc., os irmãos Castilho engendraram no Império brasileiro suas marcas, de forma que, benquistos ou malquistos, não passaram despercebidos.

Se José de Alencar rechaçou o trabalho de José de Castilho, chamando-o de “gralha” e “mercenário”, o trabalho de Teles (2015) registrou a carta de Machado de Assis destinada a José de Castilho, em 1865, marcada por respeito, admiração e reconhecimento ao trabalho dos literatos irmãos portugueses.

Entre essas polêmicas, José de Castilho vislumbrava no retorno aos clássicos o desenho do Brasil nação, adotando o mundo novo como herdeiro e continuador do mundo velho. Em sua concepção naturalista de evolução das línguas, denunciou o perigo iminente de o português clássico ser dissolvido e morto pelos “galicismos” e “barbarismos”, apegando-se ao passado clássico, à pureza da língua vernácula portuguesa e ao retorno ao “mundo velho”, para encontrar respostas para o novo em construção, precavendo-se de “admitir como melhoramento toda e qualquer mudança precipitada, violenta, caprichosa, irrefletida, ou néscia, que se alvitre” (Noronha, 1859, p. 7).

Na defesa do velho perante o novo que estava sendo anunciado, os irmãos Castilho travaram embates no campo da instrução, sobre impressos para circulação nas escolas de primeiras letras e ensino secundário, sobre métodos de ensino de leitura e escrita, filologia, literatura, política, dentre outros, desenhando um projeto lusitano para o Brasil em formação.

Este artigo procurou reconstituir um desses embates, envolvendo, principalmente, o campo da filologia, a partir de protagonistas como o alagoano José Alexandre Passos e literatos como José de Alencar que, no caminho da emancipação da vernaculidade lusitana, e aspirando “aquele perfume de liberdade que sentia nas flores de nossos campos, integrado no seu meio e raça” (Lima, 1939, p. 3), trouxeram obstáculos à adoção dos impressos de Castilho no campo instrucional do século XIX.

FLP20(1)

José de Castilho compôs sua obra *Iris Classico* a partir de vários excertos de autores que comungavam desse espírito clássico, como os vários textos do Padre Antônio Vieira. O revisitar desse universo clássico estava engendrado em José de Castilho por um ideal civilizatório presente na defesa da universalização da língua via catequização e instrução. José de Castilho utilizou as obras do Padre Antônio Vieira, pois, pela via da moral cristã, trazia à tona um modelo de moral cívica condizente com o desejo de levar a reflexão aos estudantes “amiguinhos” acerca de temas como avaréza, honestidade, contentamento com o lugar ocupado na sociedade, fidelidade à pátria, enfim; os textos de Vieira apropriados por José de Castilho são a máxima católica daquele período, que tinha como objetivo formar bons cidadãos.

Dessa forma, os irmãos Castilho deixaram registrados impressos que se tornaram materiais didáticos para os professores tanto das primeiras letras quanto do ensino secundário, logrando espaço para adoção e circulação no disputado e conflitante campo das mentalidades pedagógicas e literárias do século XIX no Brasil e em Portugal.

REFERÊNCIAS

Bittencourt CMF. Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1993.

Câmara Jr. JM. Filologia. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português; [data desconhecida]. [citado 20 ag. 2017]. Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1120.pdf>.

Campos MIB, Oliveira ASS. Antologia escolar brasileira do século XIX: a presença do autor no preâmbulo. Fórum Linguístico. 2016;13(3):1476-1491.

Cavaliere R, Palma DV. Plano de atividades para o biênio 2014-2016. São Paulo: Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); 2014.

Costa JC. Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas. Maceió: EDUFAL; 2011.

Duarte A. História do Liceu alagoano. Maceió: Divulgação do Departamento Estadual de Cultura; 1961.

Elia S. A língua portuguesa no mundo. São Paulo: Ática; 2000.

Leite MQ. Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; 2006.

Lima F. Alencar e a terra de Iracema: conferência literária com um estudo sobre a vida e a obra de José de Alencar pronunciada. São Paulo: Auditório do Jornal A Gazeta; 1939.

Noronha JFCB. *Iris Classico*, ordenado e oferecido aos mestres e aos alunos das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert; 1859.

_____. Orthographia portuguesa e missão dos livros elementares: correspondência oficial, relativa ao *Iris Classico*. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Sousa; 1860.

Oliveira, Campos. Antologia escolar brasileira do século XIX: a presença do autor no preâmbulo. Fórum Linguístico. 2016;13(3):1476-1491.

FLP20(1)

Razzini MP. O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971) [tese]. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas; 2000. [citado 03 jun. 2017]. Disponível em: www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/tese21.html.

Restaino HC. A trajetória do ensino de língua portuguesa e de leitura na escola da República Velha. Anais do 15.º Congresso de Leitura do Brasil; 2005. [citado 05 jul. 2017]. Disponível em: www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/Sem08/hildarestaino.htm.

Teles ACS. Sobre uma carta de Machado de Assis a José Feliciano de Castilho (1865). Letrônica. 2015;8(1):195-204.

Vieira BVG. Um tradutor de latim sob D. Pedro II: perspectivas para a história da tradução da literatura greco-romana em português. Letras. 2010;80:71-87.

FLP20(1)

